

Organizador  
Wellton da Silva de Fatima

# Leitura, Educação e suas Ressonâncias



# LEITURA, EDUCAÇÃO E SUAS RESSONÂNCIAS

Os artigos que compõem a coletânea foram revisados por pares às cegas, em avaliação organizada pela coordenação de pesquisa do Instituto Federal de Alagoas/CSAN.

"Esta publicação é financiada pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação do Instituto Federal de Alagoas por meio do edital N° 14/2023 - PRPPI/IFAL, de 12 de abril de 2023 - de apoio aos grupos de pesquisa do Ifal"



**Wellton da Silva de Fatima  
(Organizador)**

**LEITURA, EDUCAÇÃO  
E SUAS RESSONÂNCIAS**

**Copyright © Autoras e autores**

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

---

**Wellton da Silva de Fatima [Org.]**

**Leitura, Educação e suas ressonâncias.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2024. 182p. 16 x 23 cm.

**ISBN: 978-65-265-1454-2 [Impresso]**

**978-65-265-1455-9 [Digital]**

1. Leitura e teorias linguísticas. 2. Leitura e teorias educativas. 3. Abordagens em educação tecnológica. 4. Autores. I. Título.

---

CDD – 410/370

**Capa:** Luidi Belga Ignacio

**Ficha Catalográfica:** Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

**Diagramação:** Diany Akiko Lee

**Editores:** Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

**Conselho Editorial da Pedro & João Editores:**

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil); Ana Patrícia da Silva (UERJ/Brasil).



**Pedro & João Editores**

[www.pedroejoaoeditores.com.br](http://www.pedroejoaoeditores.com.br)

13568-878 – São Carlos – SP

2024

A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto.

Paulo Freire



## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
<i>Wellton da Silva de Fatima</i>	
CAPÍTULO 1 - Um percurso de leitura sobre os verbetes homem e humano em dicionários de língua portuguesa	13
<i>Felipe Augusto Santana do Nascimento</i>	
CAPÍTULO 2 - Estudos pragmáticos e estudos discursivos: uma breve reflexão comparativa	27
<i>Laís Virginia Alves Medeiros</i>	
CAPÍTULO 3 - Assumindo uma posição discursiva sobre a linguagem não binária	41
<i>Héilton Diego Lau</i>	
CAPÍTULO 4 - O ovo da serpente, a terceira onda da radicalização e os desafios de educar na Era do ódio	59
<i>Éderson Luís Silveira</i>	
CAPÍTULO 5 - O discurso contra a vacinação de crianças no Brasil na pandemia de Covid-19	77
<i>Wellton da Silva de Fatima</i> <i>Jéssica Ítala Melo Leite Farias</i>	
CAPÍTULO 6 - O meio material imprensa na relação com a materialidade e a forma material	99
<i>Vinícius Brito</i>	



CAPÍTULO 7 - Análise dos impactos da “sala das sensações” para a comunidade escolar do IFAL – Campus Santana do Ipanema <i>Cristian Luan dos Santos</i> <i>Odair José Silva dos Santos</i>	119
CAPÍTULO 8 - Alguns aspectos sintáticos entre o “alagoanês” e o “carioquês” <i>Kátia Leilany Beserra Siqueira</i>	133
CAPÍTULO 9 - O imaginário sobre a tecnologia a partir da posição-sujeito aluno <i>Viviane da Conceição Silva</i>	143
CAPÍTULO 10 - A robótica educacional como ferramenta no ensino da matemática <i>Carlos Eduardo Eustáquio</i>	163
SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES	179

## APRESENTAÇÃO

Esta coletânea, que temos a honra de tornar pública, é resultado de pesquisas desenvolvidas por membras e membros do grupo homônimo *Leitura, Educação e suas Ressonâncias - LER/CNPq/IFAL* -, incluídas pesquisas desenvolvidas por orientandas e orientandos de pesquisadoras e pesquisadores do grupo, produzidas desde a criação do grupo até o atual momento. Trata-se de um momento importante de nossa breve história e de uma aposta no futuro que se abre como possibilidade, nas veredas de um trabalho acadêmico para por em relação a questão da leitura em seus mais diversos aspectos e a questão da educação.

Tomamos a ação de “ler” e a noção de “leitura” em nossos fazeres teórico e prático de maneira bastante ampla: ler a palavra, ler o mundo, ler o sujeito, ler com os olhos de hoje, com os de ontem, com os de amanhã, ler academicamente, ler como prática prazerosa, ler para se informar, ler sem propósito algum... Nesse sentido, colocamos em prática o desafio um fazer científico que nos instiga a cada dia, cada um a partir de seu ponto de vista teórico e frente aos objetos pelos quais decidiu produzir conhecimento.

Desde a fundação do grupo, temos mantido uma agenda ativa de pesquisas, orientações, produções acadêmicas, dentre as quais destacamos este livro. Isso não teria se dado sem o empenho de todas as membras e todos os membros do grupo e do apoio da pró-reitoria de pesquisa, pós-graduação de inovação do Instituto Federal de Alagoas que, por meio de edital de financiamento, custeia a presente publicação. Ao IFAL, ao magnífico reitor, à pró-reitora da pesquisa e demais autoridades envolvidas nesse processo o nosso muito obrigado.

Como vocês verão, esta coletânea se constitui de uma gama bastante heterogênea de pontos de vista teóricos e de objetos de pesquisa. Essa heterogeneidade reflete a agenda do nosso grupo, que abriga pesquisadoras e pesquisadores de vários campos do

conhecimento, para pensar leitura, educação ou ambas as questões. Sendo assim, passo a comentar brevemente os dez capítulos que compõem esta obra.

No primeiro capítulo, Felipe Nascimento analisa dicionários de língua portuguesa a partir da Análise do Discurso e da História das Ideias Linguísticas. O autor produz uma reflexão sobre os verbetes “homem” e “humano” e nos mostra, no funcionamento opaco da língua, como se dá o processo de significação dessas palavras-conceito, noção com a qual o autor trabalha desde sua tese de doutoramento.

No segundo capítulo, Laís Medeiros propõe uma leitura comparativa de dois campos teóricos que, apesar de muito distintos em suas ancoragens, têm objetos e perspectivas muito parecidos. Trata-se de um ousado gesto de estabelecimento de limites e de apontamento de relações que muito podem contribuir com os leitores interessados na mobilização de conceitos dos campos do discurso e da pragmática.

Em seguida, no terceiro capítulo, Héilton Diego Lau propõe a assunção de adotar uma posição discursiva a respeito da linguagem não-binária quanto ao gênero. O autor vem se dedicando a estas questões nos últimos anos e nos brinda com uma excelente reflexão que dá norte a esta problemática, que vem sendo alvo de polêmica e que, portanto, carece de atenção.

No quarto capítulo, Éderson Silveira se coloca a refletir sobre um desafio que se impôs à educação muito fortemente nos últimos anos: a disseminação dos discursos de ódio, principalmente tendo em vista o advento da internet. O autor lê uma série de pesquisas publicadas sobre a questão e as relaciona, nos oferecendo algumas perspectivas sobre o tema.

No quinto capítulo, Wellton da Silva de Fatima e Jéssica Farias retomam, a partir da Análise do Discurso, um projeto em que investigaram práticas discursivas dos sujeitos no digital. Nesse projeto, os autores analisaram a produção e a circulação de notícias falsas sobre a vacinação em redes sociais de internet durante a pandemia de Covid-19. Os autores nos mostram que, no interior

dessa fábrica de notícias, produz-se um discurso sobre a infância que põe em jogo um certo modo de a direita política ver o mundo.

Em seguida, no sexto capítulo, Vinícius Brito faz uma instigante reflexão, derivada de sua tese de doutoramento, sobre material, materialidade e forma imprensa. O autor se interessa pelo modo como a imprensa significa os espaços, mais especificamente os espaços habitados e nos oferece uma reflexão muito consistente teoricamente e que certamente contribuirá com o leitor interessado em discutir essa temática.

No sétimo capítulo, Cristian Santos e Odair Santos produzem uma reflexão sobre um projeto desenvolvido no IFAL campus Santana do Ipanema. Com o título de “sala de sensações”, o projeto buscou colocar em relação a experiência sensível e a prática educativa de uma maneira muito original. Os autores nos oferecem, com riqueza de detalhes, uma explicação de como se deu este projeto e de como ele repercutiu entre os participantes e a comunidade escolar.

No oitavo capítulo, Kátia Siqueira ensaia algumas reflexões, em abordagem sociolinguística, sobre as sintaxes do português falado em Alagoas e no Rio de Janeiro. A autora analisa a fala de dois youtubers, um alagoano e outro carioca, e faz uma análise comparativa de alguns usos sintáticos. Com esse estudo de caso, Kátia aponta aproximações e distanciamentos entre esses dois falares do português do Brasil.

No penúltimo capítulo, Viviane Silva, a partir de uma abordagem discursiva, apresenta uma reflexão sobre o imaginário que alunos tem sobre a tecnologia. Com dados coletados durante sua atuação no PIBID, um programa de iniciação à docência, a autora nos mostra que imagem os alunos fazem da tecnologia, como eles a veem e a percebem em seu cotidiano.

Por fim, no último capítulo, Carlos Eustáquio nos apresenta uma reflexão sobre os impactos do uso da robótica em práticas educativas em uma escola de uma rede em que atua como professor, pesquisador e, principalmente, gestor. O autor nos mostra os efeitos positivos da utilização de determinados recursos

no aprendizado dos alunos e destaca a importância da integração desse tipo de artifício da sala de aula para a garantia de uma educação de qualidade.

Espero, prezadas leitoras e prezados leitores, que façam excelente proveito da coletânea de texto que ora lhes apresento.

**Wellton da Silva de Fatima**

O organizador

## CAPÍTULO 1

# UM PERCURSO DE LEITURA SOBRE OS VERBETES HOMEM E HUMANO EM DICIONÁRIOS DE LÍNGUA PORTUGUESA

Felipe Augusto Santana do Nascimento

### INTRODUÇÃO

Este texto tem como ponto de partida uma inquietação que me persegue há algum tempo: a questão da cultura. Em minha tese de doutorado (Nascimento, 2019), discuti o funcionamento da complexidade e da dificuldade em definir a palavra-conceito *cultura* a partir da análise de dicionários de línguas e de terminologias. Uma das questões que retorna ao *discurso sobre a* (palavra-conceito) cultura é o dizer de que a cultura se opõe ao natural, à natureza. Seria a cultura, então, o que diferenciaria o homem/humano do animal. O homem/humano, a partir dessa filiação de sentidos, teria cultura, produziria cultura, faria parte de uma cultura.

A cultura, para mim, seria uma *forma* pela qual os sujeitos passam a se reconhecer e a reconhecer o outro em determinado espaço-tempo, ao delimitar os pertencentes ao “seu” grupo. A cultura, por ser uma *forma-histórica de vida*, materializa práticas sociais que passam a ser naturalizadas, tornando-as um observatório a partir do qual o sujeito passa a olhar a si e ao mundo. Constrói-se, assim, uma evidência de que o sujeito pertence a uma cultura, a uma forma de vida, e, a partir dela, olha o mundo por meio da lente de sua “cultura”.

A partir do estudo da palavra *cultura*, cheguei a duas palavras (e eu diria também conceitos, uma vez que funcionam como discursos especializados) fundamentais para as diversas áreas do

conhecimento: as noções de *homem* e de *humano*. Compreender os sentidos em torno dessas palavras, tal como elas são significadas na textualidade específica do dicionário de língua, é o objetivo geral deste trabalho.

Para tanto, preciso fazer algumas considerações. Este trabalho parte de uma leitura discursiva materialista sobre as palavras no dicionário, o que significa dizer que me interessa compreender como os sentidos de uma palavra são legitimados nos dicionários em determinadas condições de produção. Essa minha leitura se filia à Análise de Discurso em articulação com a História das Ideias Linguísticas, que busca compreender a constituição e o funcionamento social/político do conhecimento linguístico. A partir dessa perspectiva, o dicionário não é entendido apenas como um lugar de consulta a que se recorre quando se necessita saber o significado de uma palavra, mas como um instrumento linguístico (Auroux, 2009), que é um objeto histórico e discursivo (Collinot; Mazière, 1997; Nunes, 2006).

Essa forma de trabalhar com o dicionário, no Brasil, foi nomeada por Eni Orlandi como “Lexicografia Discursiva” (Orlandi, 2013, 115), que se caracteriza, nas palavras da autora, como uma forma de “ler os dicionários como textos produzidos em certas condições tendo seu processo de produção vinculado a uma determinada rede de memória diante da língua”. Analisar, portanto, como os sentidos de uma palavra são materializados nos dicionários é fundamental para compreender como tais sentidos legitimados por esses instrumentos linguísticos dizem muito sobre uma sociedade.

Em trabalho anterior (Nascimento, 2019), aponte que o dicionário faz parte da memória social de uma língua, já que, por ser um instrumento linguístico, legitima sentidos para determinadas palavras na língua, funcionando imaginariamente como aquele que detém os sentidos das palavras de uma língua. Afastando-se desse posicionamento, entendo, filiado à lexicografia discursiva, que, por meio do dicionário, é possível compreender que sentidos circulam e são legitimados nesse instrumento

linguístico em uma formação social em determinadas condições sócio-históricas de produção. Por meio, então, da textualidade específica do dicionário, ao analisar o trabalho do político e o funcionamento da contradição, é possível compreender processos discursivos em torno da forma-linguística (no caso, a palavra) no dicionário. Os sentidos das palavras materializados nas definições são resultados de relações de poder que marcam a divisão de sentidos que há na formação social brasileira.

Ditas essas primeiras considerações, proponho, então, um pequeno percurso de leitura sobre as palavras *homem* e *humano* em dicionários de Língua Portuguesa. Para compreender melhor essas palavras, também tomo os verbetes *humanar/humanizar*, a fim de mostrar como o animal, o racional e o divino comparecem na estabilização dos sentidos em torno de *homem* e de *humano* que, opondo-se a *animal*, por apresentar racionalidade, é comparado ao divino. Como analista de discurso que analisa processos discursivos de definição de palavras em dicionários, trabalho no batimento entre descrição e interpretação (Pêcheux, 2012), ou seja, descrevo como a definição do verbo está estruturada linguisticamente, observo as regularidades (o que se repete) e as diferenças e, ao fazer a descrição do funcionamento linguístico, faço interpretação, apontando para processos discursivos.

Nas palavras de Pêcheux e Gadet (1998, p. 16), o processo discursivo é entendido como o “sistema das relações de substituição, paráfrases, sinónímias etc., funcionando entre elementos linguísticos - ‘significantes’ - em uma formação discursiva dada”. Na análise de discurso materialista, a origem dos sentidos não é o sujeito, ao contrário, os sentidos constituem os sujeitos. Ao enunciar, o sujeito está filiado à determinada rede de sentidos que é atualizada no dizer. No caso do dicionário, é possível afirmar que o sujeito lexicógrafo, ao produzir a definição para um verbo, atualiza sentidos de uma região do discurso na sua definição.

É preciso, ainda, pontuar, para análise de discurso materialista, a língua é equívoca e é, por haver a contradição, que



os processos discursivos se constituem, produzindo repetições, descolamentos e rupturas. Ao se propor um estudo discursivo sobre a palavra, é preciso levar em consideração os processos de substituições, paráfrases e sinonímias que se marcam na forma linguística, no nosso caso na definição da palavra *homem/humano* em dicionários de língua portuguesa. Parto, então, para os dicionários.

## HOMEM/HUMANO NO SÉCULO XVIII e XIX

Os dois primeiros dicionários que trago para análise são o *Vocabulário Portuguez e Latino*, de Raphael Bluteau, publicado entre 1712-1728, e o *Diccionario da Lingua Portugueza*, publicado em 1789. O dicionário de Bluteau é bilíngue (português-latino) e é considerado fundador da lexicografia brasileira e lusitana (Nunes, 2006). Embora se apresente como bilíngue, o dicionário de Bluteau hoje seria considerado monolíngue, já que tanto a palavra entrada e suas definições são em língua portuguesa, apresentando equivalente no dicionário de Moraes. Este, por sua vez, retoma o de Bluteau a partir de um viés iluminista, sendo considerado o primeiro dicionário monolíngue da Língua Portuguesa. Seguem as definições dos verbetes *homem*, *humano* e *humanar*.

Quadro 1. Definição das palavras homem e humano no século XVIII

Vocabulário Portuguez & Latino Bluteau 1712-1728	Diccionario da Língua Portugueza Moraes 1789
HOMEM. <u>Criatura</u> , que tem natureza humana, <u>Animal racional</u> , capaz da <u>Graça divina</u> , & da Gloria eterna.	<b>Homem</b> , s.m. Indivíduo da espécie humana, dotado de corpo orgânico e alma racional imortal, capaz de aperfeiçoar as suas faculdades por estudo, e observação, ou ensino.  <b>Humano</b> , <u>adj.</u> De homem, i. é, que tem corpo orgânico, e <u>alma</u>

<p>HUMANO. Concernente à natureza do homem. <i>Humanus, a, um.</i></p> <p><u>HUMANAR a alguém Fazer hum homem mais humano, mais cortez, menos severo.</u> &amp;c. <i>Tribueri alicui humanitatem. Cic. Aliquem à firinis moribus ad humanitatem traducere. Feros alicujus mores frangere, &amp; ad humanitatem deducere. Começa a humanarse. Fit homo inter homines Humanandose a todos a majestade, Varella, Num.Vocal. pag. 183. Vid. Abaterfe.</i></p>	<p><u>racional</u>, e é sujeito a dor, morte, de faculdade limitadas, sujeito a affectos e paixões, , &amp; c. Dotado de humanidade no f. Lettras Humanas V. Humanidades.</p> <p><b>Humanar</b>, v. ar.Reduzir ao estado, condição e misérias do homem, da creatura. Seu divino poder tanto humanou, porque o humano em divino se tornasse. Cam. Son. 241 No fig. fazer a alguém humano, benefico, affavel, compassivo. <u>Humanar-se: trazer-se homem, tomar a natureza de homem: v.g.o</u> Verbo Divino humanou-se e, padeceu por nós. <u>Fazer-se humano, benigno, afável.</u> “humanou-se Christo accomodou-se a fraqueza humana” Paiva,S.1.f.39</p>
---	--

Fonte: Bluteau (1712) e Moraes Silva (1789)

Em Bluteau, a palavra *homem* é definida por meio da estrutura N-cabeça (“criatura”) seguido de uma relativa (“que tem alma humana”) que sustenta/explica o que seria essa criatura. Homem ainda é definido como “animal racional, capaz da graça divina”. O adjetivo *racional* incide sobre o substantivo *animal* especificando-o e, assim, restringindo o seu sentido: não se trata de qualquer animal, mas do animal racional que é capaz da graça divina. Em Moraes, por sua vez, o homem deixa de ser uma criatura/animal e é definido como um indivíduo da espécie humana que possui alma racional e pode aperfeiçoar sua capacidade por meio do ensino. O homem é considerado como um indivíduo, não mais uma criatura, e tem sua racionalidade cultivada pelos estudos. O homem é definido por suas características, ele é dotado de corpo orgânico e pode aperfeiçoar a sua racionalidade. Ao contrário de Bluteau, que

era padre e fala a partir de uma posição religiosa, Moraes fala a partir de uma posição iluminista, na qual o homem passa a ser compreendido não mais em relação a Deus, mas a si mesmo. Na definição do verbete *homem* nesses dois dicionários, observamos que o teocentrismo (Deus como centro e referência para o homem) dá lugar ao antropocentrismo (o homem como centro e referência para si mesmo).

Essa relação também pode ser observada nos verbetes *humano* e *humanar*. Enquanto no dicionário de Bluteau, *humano* é definido de maneira genérica como natural ao homem (“concernente à natureza humana”), em Moraes o *humano* é um adjetivo de homem e, portanto, algo que o caracteriza: tem corpo orgânico, sente dor e é dotado de letras e humanidades, ou seja, tem racionalidade. Não há espaço para o divino, nem para o animal. O humano é definido a partir de suas próprias características.

Já a palavra *humanar*, em Bluteau, é definida como o processo de “fazer um homem mais humano, mais cortez, menos severo”. É transformar os costumes, abrandá-los, tornar o homem mais cortês. Em outras palavras: eu diria que *humanar* é “civilizar”. O homem sofre o processo de transformar os seus costumes e cabe a ele também “humanar-se”. Ao contrário de Bluteau que apresenta o sentido de *humanar* relacionado ao processo de tornar um homem em humano, em Moraes, por sua vez, *humanar* é definido como um verbo com terminação em *-ar*, cuja primeira acepção apresenta um viés religioso, em que o divino se reduz à condição de homem, humana-se: toma a natureza humana. No sentido figurado, *humanar* é definido como “fazer a alguém humano, benéfico, affavel, compassivo”, o que significa que não há uma coincidência entre homem e humano, pois há o homem e o humano. Humanos são aqueles que passaram pelo processo de *humanar*, os que tiveram seus costumes abrandados e são bons, e nem todos os homens necessariamente passaram por esse processo. Embora fale de uma posição que poderíamos dizer iluminista, observamos o funcionamento do discurso religioso na definição desse verbete. É a contradição aí funcionando, já que observamos, nos verbetes *homem*,

*humano* e *humanar* nos dicionários de Bluteau e de Moraes, uma disputa de sentidos que joga com o animal, o racional e o divino.

Parto agora para um dicionário do século XIX, o *Dicionário da Língua Brasileira*, de Luiz Maria da Silva Pinto, de 1832. Esse dicionário se apresenta como uma compilação do dicionário de Moraes, mantém basicamente as mesmas definições e traz duas novas entradas (ambas *humanar-se*) que nos aponta para processos discursivos distintos.

Quadro 2. Definição das palavras *humanar* e *humanar-se*.

**Dicionário da Língua Brasileira** – Luiz Maria da Silva Pinto, 1832.

**Humanar**, v.a no fig. fazer a alguém humano, benéfico, afável.

**Humanar-se**, v. refl. Fazer-se homem

**Humanar-se**, v. refl. Fazer-se homem. Diz-se propriamente do Verbo Divino. Fig. fazer-se menos severo, fazer-se benigno.

Fonte: Silva Pinto (1832)

Ao contrário do dicionário de Moraes, o dicionário de Silva Pinto traz a entrada *humanar* e duas entradas para o verbo reflexivo *humanar-se*. *Humanar* é definido no seu sentido figurado, significando “fazer a alguém humano, benéfico, afável” enquanto *humanar-se* apresenta duas entradas que significam respectivamente “Fazer-se homem” e “Fazer-se homem. Diz-se propriamente do Verbo Divino. Fig. fazer-se menos severo, fazer-se benigno.” Sob a mesma base material (a mesma palavra: *humanar-se*), marcam-se dois processos distintos: o primeiro marca o processo de se “fazer homem” e o segundo, embora marcando aparentemente o mesmo processo, constitui-se diferentemente, já que remete ao verbo divino, o tornar-se homem que, figurativamente, funciona em fazer-se menos severo, benigno.

Assim, temos, ao menos três movimentos, que funcionam contraditoriamente: 1) *humanar* é um processo que incide sobre os sujeitos, humanando-os; 2) *humanar-se* é um processo de se fazer homem, o sujeito também é responsável por esse processo; 3) e

*humanar-se* é o processo do verbo divino fazer-se homem, que funciona figurativamente para o homem como um processo de se fazer benigno. Temos, então:

HUMANAR = HOMEM → HUMANO  
HUMANAR-SE = HOMEM → HOMEM  
HUMANAR-SE = VERBO DIVINO → HOMEM: BENIGNO,  
MENOS SEVERO

## HOMEM/HUMANO NO SÉCULO XX

Na décima e última edição do dicionário de Moraes, de 1945, temos uma alteração no título da obra que passou de *Dicionário da língua portuguesa* a se chamar *Grande dicionário da língua portuguesa*, o que indica que a obra passou a ser uma referência não só para o português brasileiro, mas também para o português europeu. Em relação à primeira edição, de 1789, nos verbetes *humanar*, *humanizar* e *humano*, temos alguns deslocamentos.

Quadro 3. Definição das palavras humanar, humanizar e humano no século XX.

GRANDE DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA - MORAES  
SILVA 1945

**Humanar**, v.t. (de humano). Tornar humano: reduzir ao estado, condição e miséria do homem: <<a ser homem Deus chegou: | Seu neto, 24I, em Juromenha, Obras, II, 12I. || Tornar benévolo, afável, bondoso, compassivo. || Tornar possível, sofrível à fraqueza humana: <<humanar o trabalho>>

**Humanizar**, v.t. (de humano). Tornar humano, mais sociável, mais tratável: <<a nossa companhia de todas as horas humanizou-o>>. || Pôr ao alcance dos homens; tornar possível, acessível à natureza humana: <<torna-se concebível... espiritualiza o trabalho, e humanizar a faina>> António Sérgio, Ensaios, III, 57. || Tornar compreensível, inteligível: <<humanizar um problema complicado>>. || O mesmo que humanar.

**Humano**<sup>1</sup>, adj. (do lat. humanu-) Que é do homem; próprio do homem; relativo ao homem: <<o corpo humano>>; <<a condição humana>>; <<Se alguém condena os casamentos humanos e abomina a geração dos que nascem dele...>>, Frei Bernardo de Brito, Monarquia Lusitana, XI, cap I3;

**Humano**<sup>2</sup>, s.m. O homem, o ser humano: <<porque o humano em divino se tornasse>>, Luís de Camões, Soneto 24I, em Juromenha, Obras, II, I2I; <<Aqui onde há pouco a terra parece que foi volvida, que humano dorme? que humano saíu há pouco da vida?>>, Castigalho, Amor e Melancolia, 54.

Fonte: Moraes Silva (1945)

No século XX, na décima edição do dicionário de Moraes, de 1945, temos a manutenção da entrada *humanar*, o desaparecimento da entrada *humanar-se* e o aparecimento da entrada *humanizar*. *Humanar* é definido como “tornar humano”, “tornar benévolo, afável, bondoso, compassivo” e “tornar possível, sofrível à fraqueza humana”, cujo exemplo é “humanar o trabalho”. *Humanizar*, por sua vez, é tomado como sinônimo de *humanar* e aponta para o “tornar humano, mais sociável, mais tratável”, para o fato de humanizar o trabalho e o de humanizar um problema, tornando-o inteligível. Tanto *humanar* quanto *humanizar* é, sobretudo, um processo que torna o homem humano, que é descrito por meio de características sempre boas, daí a recorrência de adjetivos que o caracteriza como bondoso e racional.

As definições de *humanar* e *humanizar* funcionam como se fossem sinônimas e apontam para processos que levam o homem a tornar-se *homem humano*. No entanto, há ao menos duas posições que caracterizam esses processos. A primeira diz respeito ao processo de Deus tornar-se humano que desliza para o homem, que sendo imagem e semelhança de Deus, também pode tornar-se humano, ou seja, benigno, menos severo, bondoso. Esse processo passa pela religião, isto é, é a religião (o conhecimento da Letra – com L maiúsculo – representando o texto sagrado) que possibilita que o homem se torne humano. Assim, posso dizer que foi a

catequização dos indígenas, por exemplo, que possibilitou que os índios, considerados sem almas, fossem humanizados, se tornassem homens humanos. A segunda diz respeito ao processo de tornar o homem em humano. Esse processo passa a concorrer com o primeiro e o cultivo da inteligência/razão pelo ensino (o conhecimento das letras – a ciência e jurídico) passa a significar os sujeitos. Passar pelo ensino, ser alfabetizado (conhecer as letras – o alfabeto), é a condição para ser humano. No dizer de Eni Orlandi, “a submissão do homem a Deus (à letra) cede lugar à sua submissão ao Estado (às letras, ao jurídico)” (Orlandi, 2012, p. 90). Esses processos, embora apontem para filiações discursivas distintas, funcionam juntos e contraditoriamente “civilizando” o homem, tornando-o sociável. O *humano*, assim, é tanto um substantivo (o sujeito) quanto um adjetivo (uma característica) que se adquire. Temos, então:

HOMEM/DIVINO → RELIGIÃO → HOMEM HUMANO: BOM  
HOMEM → CIÊNCIA → HOMEM HUMANO: BOM

Tornar-se humano é um processo; entretanto, esse processo é apagado e é tomado como algo natural a ponto de a definição de *humano* ser “relativo a homem”, “próprio do homem”, “natureza humana”. O que se entende por humano é uma construção histórica, resultado de um processo que também é histórico. É um processo que passa/passou pela religião (pelas Letra – com L maiúsculo) e agora passa pelo conhecimento das letras (o ensino formal, o conhecimento do alfabeto).

Quadro 4. Definição das palavras humanizar, humano e humanar no dicionário Aurélio Século XXI

**AURÉLIO SÉCULO XXI - 1999**

**humanizar** [De humano + izar] . V.t.d 1. tornar humano; dar condição humana a; humanar. 2. Tornar benévolo, afável, tratável, humanar. 3. Fazer adquirir hábitos sociais polidos, civilizar. 4. Bras. CE Amansar (animais). P.5. Tornar-se humano, humanar-se

**humano-** [ do lat.*humanu*] Adj. 1. Pertencente ou relativo ao homem: natureza humana, gênero humano 2. bondoso, humanitário. V. calor-, capital-, ciências -as, comunicação, -a, formigueiro, gênero - geografia-a, litologia-a, natureza-a, peleontologia-a, recurso-s, relíquias -as, respeito -e humanos.

**humanar.** [ do lat. *humanitate*].V. t. d. P. V. *humanizar* (1, 2 e 5)

Fonte: Ferreira (1999)

Chego ao último dicionário analisado neste trabalho, o dicionário de Aurélio Buarque de Hollanda, conhecido como o dicionário “Aurélio”, de 1999. Assim como o dicionário de Moraes, já não temos a entrada *humanar-se*, que aparece como um dos sentidos de *humanizar*, e a entrada *humanar* remete ao verbete *humanizar*. O que temos agora não é mais um processo que passa pelo divino, pela Letra sagrada, mas pelo ensino, pela alfabetização. Apesar do religioso ainda funcionar na definição dos verbetes *humanizar* e *humano*, o que temos é a consolidação de um processo que já estava presente nos dicionários do século XVIII, que é a humanização como um processo de civilização. Posso dizer que determinados sentidos de *humanar* se filia a um processo que se assemelha ao de catequizar e que determinados sentidos de *Humanizar* estão vinculados a um processo de civilizar. São dois processos que significaram e ainda significam os sujeitos. A humanização/humanização do homem se dá pela religião e/ou pela Ciência/Jurídico (conhecimento que passa pela escrita e pelo Estado) que resulta no humano: bom, amável, caridoso benigno etc. Adjetivos que vão construindo o *homem humano* como aquele que



não apresenta maldade. Apagam-se, com isso, tanto a possibilidade de compreender o homem/humano em sua contradição, o que significaria dizer que ele não é sempre bom, quanto os aspectos negativos que o processo de humanar/humanizar historicamente produziu e ainda produz. Genocídios, guerras, mortes são apagados em prol de um ideal de homem humano (a imagem e semelhança de Deus) e um ideal de homem humano civilizado (aquele que é sociável e polido segundo determinado padrão de “civilização” pré-estabelecido). Temos, então:

HOMEM/DIVINO → RELIGIÃO → HUMANO: BOM:  
CIVILIZADO  
HOMEM → CIÊNCIA → HUMANO: BOM: POLIDO:  
CIVILIZADO

Por fim, gostaria de ressaltar que o processo de humanar/humanizar não cabe só à Igreja ou ao Estado (enquanto reguladores do conhecimento), mas também ao sujeito (o sujeito de direito é responsável por si). É um processo que pressupõe responsabilidade do sujeito, ele é responsável por humanar-se/humanizar-se e apaga-se, com isso, que nem todos têm as mesmas condições de tornarem-se polidos, civilizados. O acesso à escrita, ao conhecimento, não é o mesmo. Eu diria: onde o Estado e a Ciência falham em *humanizar*, é onde a Igreja parece *humanar*. Isso, no entanto, precisa ser melhor estudado. Por ora, termino esse texto com uma consideração: os sentidos sobre *homem* e *humano*, embora pareçam os mesmos ao longo das definições dos verbetes que analisamos, apontam para funcionamentos que deslizam. Ora pudemos observar uma predominância de um sentido religioso, ora de um sentido racional (que valoriza o conhecimento) para determinar o homem/humano. Já não há mais a necessidade de compreender o homem em relação ao animal. O que temos, agora, é uma necessidade de compreendê-lo em relação a si mesmo, afastando cada vez mais qualquer referência ao divino. O litígio

está funcionando nas palavras *homem* e *humano*. Os seus sentidos não são transparentes, há disputa de sentidos. Há o político.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Poderíamos resumir este trabalho da seguinte maneira: há o “homem humano” e os “homens”. O “homem humano” é aquele que é considerado bondoso, polido e civilizado, e os homens são aqueles que, por não se enquadrarem no ideal de “homem humano”, estão sujeitos a toda e qualquer violência física e simbólica, não gozando, portanto, de direitos. Sob uma mesma base material (ou seja, as palavras homem/humano), diferentes sentidos são materializados e apontam para a divisão social na formação social brasileira. Há “o homem humano” (e seus deslizamentos: o “cidadão de bem”) e “homens” (os outros).

## REFERÊNCIAS

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Trad. Eni Orlandi. 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

BLUTEAU, R. **Vocabulario portuguez e latino**. Lisboa: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728.

COLLINOT, A.; MAZIÈRE, F. **Un prèt-à-parler: le dictionnaire**. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Aurélio do século XXI**. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

MORAES SILVA, A. **Diccionario da língua portuguesa, composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio Silva natural do Rio de Janeiro**. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

MORAES SILVA, A. **Dicionário da língua portuguesa**. 10 ed. Lisboa: Editorial Confluência, 1945- 1954.

NASCIMENTO, F. A. S. **Definir, conceituar**: história e sentidos da palavra-conceito cultura em dicionários de línguas e de terminologias. Tese de doutorado em Linguística, Universidade Estadual de Campinas. Campinas: [s. n.], 2019.

NUNES, J. H. **Dicionário no Brasil**: Análise e História do século XVI ao XIX. Campinas: Pontes/Fapesp/Faperp, 2006.

ORLANDI, E. **Interpretação**. Autoria, leitura e efeitos do trabalho do simbólico. 6 ed. Campinas, SP: Pontes editores, 2012.

ORLANDI, E. Lexicografia discursiva. In: ORLANDI, E. **Língua e conhecimento linguístico**: para uma história das ideias no Brasil. 2 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2013. p. 113-134.

PÊCHEUX, M. **Discurso**: estrutura ou acontecimento. Trad. Eni Orlandi. 6 ed. Campinas: Pontes editores, 2012.

PÊCHEUX, M.; GADET, F. Há uma via para a Linguística fora do logicismo e do sociologismo? Trad. Eni Orlandi. In: **Escritos**. Campinas: Unicamp, n. 3, 1998, p. 6-16.

PINTO, L. M. S. **Dicionário da língua brasileira**. Ouro Preto: Typografia de Silva, 1832.

RODRÍGUEZ-ALCALÁ, C. Notas sobre a noção de cultura e sua relação com a de civilização: o ocidente como observatório das formas de vida social. In: **Fragmentum**. Número especial, p. 61-90, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/36583>. Acesso em: 06 fev. 2024.

RODRÍGUEZ-ALCALÁ, C.; NASCIMENTO, F. A dimensão coletiva dos sentidos de cultura: uma análise da palavra em dicionários brasileiros. In: **Interfaces**. N. 03, v. 13, p. 1-13, jul./set. 2022. Disponível em: [https://revistas.unicentro.br/index.php/revista\\_interfaces/article/viewFile/7333/5248](https://revistas.unicentro.br/index.php/revista_interfaces/article/viewFile/7333/5248). Acesso em: 06 fev. 2024.

## CAPÍTULO 2

### ESTUDOS PRAGMÁTICOS E ESTUDOS DISCURSIVOS: UMA BREVE REFLEXÃO COMPARATIVA

Laís Virginia Alves Medeiros

#### INTRODUÇÃO

Este texto tem como objetivo apresentar uma reflexão comparativa introdutória a respeito dos amplos campos dos estudos pragmáticos e dos estudos discursivos. Tal reflexão vem atender a uma demanda de compreensão sobre as diferentes contribuições que cada teoria traz para refletir sobre o funcionamento da linguagem, bem como sobre os pontos de proximidade e de distanciamento que podem ser traçados. Nesse sentido, um primeiro aspecto a ser abordado a respeito dos estudos discursivos e pragmáticos como perspectivas sobre a linguagem é que essas teorias têm em comum uma perspectiva que ultrapassa os limites da frase e do texto, remetendo a linguagem necessariamente ao seu uso numa dada organização social. No entanto, elas se diferenciam em aspectos importantes, que abordaremos neste capítulo.

O percurso que adotaremos para tanto inicia pela apresentação dos estudos pragmáticos, seguida pela apresentação dos estudos discursivos. Na sequência, desenvolvemos uma breve análise de um fato de linguagem, considerando ora uma perspectiva pragmática, ora uma perspectiva discursiva, procurando, assim, demonstrar como essas diferentes teorias mobilizam seus referenciais teóricos diante de uma mesma materialidade linguística.

## ESTUDOS PRAGMÁTICOS: LINGUAGEM E AÇÃO

Pinto (2004), fazendo menção à primeira edição do periódico *Journal of Pragmatics*, explica como a Pragmática analisa tanto o uso concreto da linguagem quanto as condições que determinam como esse uso se desenvolve. “Linguagem”, aqui, é uma noção importante, pois marca uma particularidade em relação a outras vertentes de estudos. Retomando os estudos saussurianos, a autora (Pinto, 2004) explica que os estudos pragmáticos voltam o olhar àquilo que ficou de fora quando Saussure (2012) propôs a dicotomia língua e fala. Enquanto Saussure estabeleceu a língua em seu funcionamento enquanto conjunto de signos em relação como objeto da Linguística, considerando que a individualidade da fala não permitiria, ao menos naquele momento, seu estudo científico, os estudos pragmáticos não separam a estrutura da língua do seu efetivo uso social como forma de ação e interação no mundo. Dada a amplitude dos estudos pragmáticos, selecionamos para os fins ilustrativos deste capítulo apenas a Teoria dos Atos de Fala, conforme postulada por Austin (1990), com a ressalva necessária de que esta é *uma das* teorias desse campo de estudos e não tem a pretensão de representar a sua totalidade.

O teórico propôs compreender um aspecto específico da linguagem: o funcionamento das sentenças “que expressam comandos, desejos e concessões” (Pinto, 2004, p. 57). Postulando que falar é uma forma de agir no mundo, Austin (1990) propõe a análise e categorização dessas sentenças a partir das ações que podem executar, mudando o estado de coisas no mundo. “Declaro abertos os trabalhos”, por exemplo, se dito pelo presidente de uma banca de concurso público, numa sala em que estão presentes os candidatos e na qual está prevista a realização de um concurso, de fato abre os trabalhos. Do mesmo modo, dizer “eu prometo” é ao mesmo tempo declarar que está prometendo e de fato realizar essa promessa. Foi num conjunto de conferências reunidas na obra *Quando dizer é fazer* que Austin propôs categorias diversas para analisar a linguagem em ação, das quais propomos um breve resumo.

Austin (1990) começa por diferenciar enunciados constatativos de performativos. “Hoje é terça-feira”, por exemplo, descreve um estado de coisas no mundo, e pode ser analisado em termos de falsidade e veracidade. “Lamento que hoje seja terça-feira”, diferentemente, pertence a uma categoria de enunciados cujo proferimento, segundo Austin (1990, p. 24), “não é descrever o ato que estaria praticando ao dizer o que disse, nem declarar que o estou praticando: é fazê-lo”. Esses enunciados são denominados pelo autor como performativos. Uma vez feita a distinção entre constatativos e performativos, Austin avança para características próprias destes últimos.

A primeira delas são as condições de felicidade. Considerando que os performativos visam a realizar uma ação, a alterar um estado de coisas no mundo, não é de qualquer forma que esses enunciados são proferidos, e, para que haja sucesso na ação pretendida por esse enunciado, é preciso que sejam satisfeitas aquilo que Austin (1990) denominou como condições de felicidades, sistematizadas nas seguintes regras:

- (A.1) Deve existir um procedimento convencionalmente aceito, que apresente um determinado efeito convencional e que inclua o proferimento de certas palavras, por certas pessoas, e em certas circunstâncias, e além disso, que
  - (A.2) as pessoas e circunstâncias particulares, em cada caso, devem ser adequadas ao procedimento específico invocado.
  - (B.1) O procedimento tem de ser executado, por todos os participantes, de modo correto e
  - (B.2) completo
  - (C.1) Nos casos em que, como ocorre com frequência, o procedimento visa às pessoas com seus pensamentos e sentimentos, e os participantes devem ter a intenção de se conduzirem de maneira adequada, e, além disso,
  - (C.2) devem realmente conduzir-se dessa maneira subsequentemente.
- (Austin, 1990, p. 31)

Essas regras, como não poderia deixar de ser, são atravessadas por convenções sociais que determinam, em cada contexto, as condições de felicidade próprias. Assim, o “convencionalmente

aceito”, “as pessoas e circunstâncias particulares”, entre outras, têm relação direta com o modo como os procedimentos e rituais são organizados na sociedade na qual se proferem esses enunciados. Do ponto de vista da materialidade linguística, Austin (1990, p. 77) elenca uma lista de verbos que classifica como *verbos performativos explícitos*, *performativos semidescritivos* e *descritivos*. Cada categoria, ainda que afetada pela ambivalência de seu uso e de suas possíveis interpretações, produziriam atos de fala mais ou menos explícitos. No avançar dos estudos pragmáticos, compreende-se que os sentidos expressos pelos verbos performativos podem ser igualmente sugeridos pelo uso de outras expressões, como veremos em nosso movimento de análise.

Uma vez estabelecidas as condições de felicidade, a Teoria dos Atos de Fala se dedica a analisar os efeitos que os performativos podem causar. É para explicar tais efeitos que é proposta a classificação de *atos locucionários*, *atos ilocucionários* e *atos perlocucionários* (Austin, 1990). Os atos locucionários podem ser compreendidos como o próprio ato de produzir um enunciado, de dizer algo. Os ilocucionários, por sua vez, dizem respeito à “realização de um ato *ao* dizer algo” (Austin, 1990, p. 89). Já os atos perlocucionários estão relacionados à produção de “certos efeitos ou consequências sobre os sentimentos, pensamentos, ou ações dos ouvintes, ou de quem está falando, ou de outras pessoas. E isso pode ser feito com o propósito, intenção ou objetivo de produzir tais efeitos” (Austin, 1990, p. 89-90).

Posteriormente, essas proposições iniciais da Teoria dos Atos de Fala foram alargadas numa compreensão de que todo enunciado é em certa medida performativo, ou seja, executa ou busca executar alguma ação no mundo. Nesse sentido, Pinto (2004) explica como Derrida (1991) compreende os estudos pragmáticos como um modo de se pensar a ética na linguagem, visto que falar é agir no mundo, o que atribui, em maior ou menor escala, uma responsabilidade ética a todo falante. É também a partir dos estudos pragmáticos, em diálogo com os estudos semânticos, que podemos analisar fenômenos linguísticos diversos, como

pressupostos, pressuposições e implícitos, sempre remetendo as estruturas linguísticas à exterioridade social. Dado o objetivo pontual deste capítulo, não vamos adentrar nessas demais questões pragmáticas. Passemos agora à compreensão da linguagem a partir dos estudos discursivos.

## **ESTUDOS DISCURSIVOS: A OPACIDADE DOS SENTIDOS**

Se até o momento pudemos observar como os estudos pragmáticos se voltam à observação e à descrição da linguagem em sua relação com o mundo, tomando-a como uma forma de ação, é possível apontar, em certo sentido, uma semelhança desses estudos com os estudos discursivos<sup>1</sup>. Para estes últimos, no entanto, o foco não está especificamente na ação da linguagem sobre o mundo, mas no modo como as relações sociais desse mundo determinam a produção de certos sentidos. Desse modo, importam as condições de produção históricas que permitem a emergência e a interpretação de certos enunciados, bem como as filiações ideológicas que condicionam seus sentidos. Dada a amplitude desse campo, assim como procedemos na seção dedicada aos estudos pragmáticos, faremos um recorte para atender aos fins deste capítulo, sem a pretensão de que este represente o campo de estudos em sua totalidade.

A perspectiva que adotaremos para ilustrar os estudos discursivos é a de linha materialista, que tem como principais autores Pêcheux (1969; 1975), na França, e Orlandi (2009), no Brasil. Nessa perspectiva, a linguagem é desde sempre atravessada pela Ideologia, que interpela os indivíduos em sujeitos. Enunciar é, necessariamente, filiar seu enunciado a redes de sentido que o significam à revelia da intenção do sujeito. Não há controle sobre os sentidos daquilo que se diz, porque os sentidos antecedem o dizer. Essa determinação é explicada pelo funcionamento da Ideologia. Nos termos de Pêcheux,

---

<sup>1</sup> Para uma articulação analítica entre esses dois campos, consultar Anjos (2021).



É a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados. (Pêcheux, [1975] 2009, p. 146).

Dessa citação, destacamos que, apesar de a Ideologia trabalhar na construção da evidência dos sentidos e não ser possível escapar de seu funcionamento, os sentidos produzidos não são os mesmos para todos os sujeitos. Uma noção mobilizada pelos estudos discursivos para explicar esse modo de produzir sentidos é a de Formação Discursiva, definida por Pêcheux como “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito*” (Pêcheux, 2009, p. 147, grifos do autor). Além do jogo de permissão-proibição, a Formação Discursiva é responsável por determinar os sentidos das palavras, visto que estas “mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam” (Pêcheux, 2009, p. 146-147).

A atribuição de sentido, desse modo, é uma questão fundamental relacionada à noção de Formação Discursiva: Pêcheux enfatiza que a mesma expressão pode receber sentidos diferentes e igualmente evidentes a depender da Formação Discursiva em que se inscrevem. Pensemos, por exemplo, em como “democracia” pode ser compreendida de diferentes formas a depender da filiação ideológica, todas igualmente evidentes para os sujeitos que com elas se identificam. Nesse sentido, é a identificação com certa Formação Discursiva, e não com outra, que determina os sentidos possíveis para “democracia” num dado discurso e para um dado sujeito.

O sujeito, aqui, não diz respeito à pessoa empírica, mas à identificação e à posição assumida pelo processo de interpelação ideológica. Se tomarmos, por exemplo, as figuras presentes na citação de Pêcheux (2009), “um operário, um patrão”, não podemos assumir que essas diferentes posições sociais necessariamente

reproduzam discursos diferentes, visto que, em dadas condições de produção, e considerando sobretudo o atravessamento da ideologia dominante, é possível ver um discurso que favorece os interesses do patrão sendo reproduzido pelo operário, por mais que seus interesses sejam opostos. Nessa perspectiva, pouco importa a intenção do sujeito, visto que não é sua vontade que determina os sentidos daquilo que enuncia. Interpelado ideologicamente, o sujeito reproduz de diferentes formas os saberes dominantes da Formação Discursiva com a qual se identifica e da qual só pode se desidentificar mediante a identificação com uma Formação Discursiva distinta<sup>2</sup>.

Isso reforça a não transparência e não univocidade do sentido, trazendo à tona a concepção de língua com a qual os estudos discursivos aqui mencionados trabalham. A língua não é transparente e os sentidos não são unívocos, tampouco estabilizados. Estão sempre em disputa, em construção, marcados pela heterogeneidade e pela relação tensa e contraditória entre ideologias dominantes e dominadas. Desse modo, as estruturas da língua e suas regras de uso, apesar de indispensáveis, não são suficientes para compreender como uma mesma materialidade linguística é capaz de produzir diferentes efeitos de sentido, considerando questões que ultrapassam suas circunstâncias imediatas de uso e a intenção voluntarista do sujeito.

Uma vez apresentadas de forma sintética as teorizações de uma linha dos estudos pragmáticos e uma linha dos estudos discursivos, dedicamos a seção seguinte a um exercício de análise que permita comparar como essas diferentes perspectivas sobre a linguagem poderiam analisar um mesmo material linguístico.

---

<sup>2</sup> Para uma maior elaboração sobre as diferentes modalidades de identificação do sujeito, consultar Pêcheux (2009).

## UM BREVE MOVIMENTO DE ANÁLISE

Para ilustrar possibilidades de leitura dos fenômenos de linguagem a partir das duas perspectivas apresentadas até aqui, propomos uma breve análise de um fato de linguagem. Em 2023, quando da realização de um concurso público para o cargo de docente numa universidade federal, estavam reunidos numa sala os candidatos e os integrantes da banca avaliadora, aguardando o horário estabelecido no Edital que regia o processo para dar início aos trabalhos. Um dos integrantes da banca, contando o número de candidatos presentes, declara: “São 21. Ainda bem que não são 22”. Todos riem.

Assim como procedemos nas seções anteriores, iniciamos pela perspectiva dos estudos pragmáticos. Diante da sentença “São 21. Ainda bem que não são 22”, podemos identificar a concatenação de um enunciado constativo, “São 21”, junto a um performativo “Ainda bem que não são 22”. Ainda que o segundo enunciado não apresente nenhum dos verbos que inicialmente Austin (1990) propusera como verbos performativos, uma paráfrase possível desse enunciado seria “Eu comemoro que não sejam 22”. De imediato, identifica-se a necessidade de relacionar o enunciado aos fatores extralinguísticos, visto que não há na estrutura linguística estrita que opõe 21 a 22 qualquer explicação plausível para o comentário, para a comemoração do docente e para o riso geral que a ele se seguiu. É pela relação com os fatores extralinguísticos que se compreende o enunciado como referência ao número de urna de um dos candidatos da última eleição presidencial, ocorrida no ano de 2022, alguns meses antes do momento do concurso. Por se tratar de candidatos ao concurso que são maiores de idade, e portanto eleitores obrigatórios, está implícito que todos saibam a quem o número 22 faz referência.

Considerando o que Austin estabeleceu como condições de felicidade, e compreendendo o enunciado performativo em tela como uma forma de humor, podemos analisar as condições A.1 e A.2, que dizem respeito às pessoas envolvidas em um

procedimento convencionalmente aceito, como bem sucedidas. Num momento no qual os trabalhos oficiais de um concurso para docente ainda não começaram, é permitido ao integrante da banca fazer comentários espirituosos junto aos candidatos, sem que isso prejudique a lisura do processo. Ainda quanto ao contexto, destacamos que esse comentário não seria permitido, por exemplo, em uma reunião de formação de mesários de um processo eleitoral, para a qual existe a expectativa de imparcialidade frente aos candidatos que disputam aquela eleição.

Avançando para as condições B.1 e B.2, compreendemos que o riso geral, sem demais intervenções, contestações ou protestos atesta o funcionamento dessas condições. Diferente teria sido, por exemplo, se houvesse uma resposta de oposição ou de não compreensão, situação na qual o enunciado performativo que visava a um humor por identificação acabaria gerando um efeito de conflito. Finalmente, considerando as condições C.1 e C.2, é também o riso geral que atesta seu funcionamento, visto que cumpriu-se a expectativa de um certo comportamento por parte dos interlocutores.

Além das condições de felicidade, destacamos, no funcionamento desse enunciado, a relação entre os atos locucionários, ilocucionários e perlocucionários. Pelo ato locucionário de enunciar “São 21. Ainda bem que não são 22.”, produziu-se um ato ilocucionário de comemoração. Este, por sua vez, levou a um ato perlocucionário, cujos efeitos e consequências diante dos interlocutores foram, imediatamente, o de riso, sugerindo também uma concordância e uma identificação com aquela comemoração – pelo menos por parte dos interlocutores que riram. Seriam esses os aspectos analisados por uma perspectiva pragmática da linguagem, a partir da qual “São 21. Ainda bem que não são 22.”, ao manifestar uma comemoração, produz sentido e efeitos que remetem necessariamente a fatores extralinguísticos e a uma determinada forma de organização social que atribui certos papéis e expectativas naquele contexto imediato de interação.

Analisemos, agora, o mesmo enunciado sob uma perspectiva discursiva sobre a linguagem. Nenhum dos aspectos levantados na análise pragmática seriam considerados equivocados, mas sua interpretação partiria de outro lugar.

Interessam, para essa perspectiva, as filiações ideológicas que permitem a produção e a compreensão desse enunciado, bem como a reação de riso por ele suscitada em certas condições de produção. Para Orlandi (2009), as condições de produção podem ser compreendidas em sentido estrito e em sentido amplo. Em sentido estrito, dizem respeito às condições imediatas de enunciação: no caso em tela, a disposição de candidatos a um concurso público em uma sala de aula, reunidos com a banca avaliadora. Em sentido amplo, remetem às condições históricas de produção do sentido. Articulando as duas dimensões de compreensão das condições de produção, identificamos, em sentido estrito, o funcionamento de relações de poder que determinam, naquele momento, a quem é possível enunciar e a quem é esperado apenas reagir à interlocução ou enunciar quando expressamente autorizado. Ao retomar as condições históricas de produção desse enunciado, observa-se que, sob o governo de tal candidato, que fora presidente entre os anos de 2019 e 2022 e concorrera em 2022 à reeleição, foi conduzido um desmonte histórico das universidades públicas, que impôs diversos desafios econômicos à educação universitária, bem como um movimento de questionamento e mesmo contestação do conhecimento científico, articulado a uma perseguição política a professores, acusados de “doutrinação” e interditados em sua liberdade de cátedra. Assim, aproximando essas condições históricas de produção às condições estritas de produção, “Ainda bem que não são 22” produz um sentido de identificação e de consenso, visto que, nessas condições de produção, é esperado que todos os candidatos de um concurso público para docência numa universidade federal considerem ruim a menção a um candidato que promoveu tais formas de combate à educação e à ciência.

Nesse ponto, cabe retomar a noção de Formação Discursiva, como aquilo que determina “o que pode e deve ser dito” e atribui

sentidos às palavras e expressões. Considerando a complexidade dessa noção e a impossibilidade de delinear os limites e saberes de uma Formação Discursiva a partir de um único enunciado, o que propomos aqui é uma hipótese guiada pelas pistas dadas pelas condições de produção. Nesse sentido, “Ainda bem que não são 22” pode indicar a filiação desse discurso a uma Formação Discursiva de oposição ao candidato representado pelo número 22, dentro da qual se pode e se deve dizer que as referências feitas a ele remetem a perspectivas indesejadas. Destaca-se, ainda, o funcionamento das formações imaginárias (Pêcheux, [1969] 2010), supostas em todo processo discursivo, que designam o lugar que seus participantes atribuem, de forma projetada, a si mesmos e aos outros. É esse funcionamento que explica como, dadas aquelas condições de produção, é possível enunciar “Ainda bem que não são 22” antecipando que tal enunciado não produza conflito ou discordância, mas, sim, uma relação de aliança confirmada pela reação geral de riso.

Por fim, sob a perspectiva discursiva, caberia questionar se esse mesmo enunciado poderia aparecer num processo seletivo de uma universidade particular, por exemplo. Remetemos, mais uma vez, às condições de produção em seu sentido amplo: consideramos, assim, a dominância progressiva do discurso neoliberal na sociedade como um todo (Dardot, Laval, 2016; Guilbert, 2020), cujos efeitos atravessam de modo particular instituições privadas de ensino, com práticas discursivas que sinalizam para a aderência à ideologia dominante. Tal ideologia foi em grande medida representada em seus interesses durante o governo do candidato à presidência de número 22, de modo que, se para as instituições públicas de ensino superior as formações imaginárias indicam uma certa homogeneidade, ou pelo menos predominância, dos discursos de oposição a esse candidato, podemos esperar um funcionamento diverso em instituições privadas – que, para os objetivos e limites deste texto, manteremos em suspenso apenas como hipótese.

Esta breve análise visou a demonstrar em que pontos as perspectivas pragmáticas e discursivas sobre a linguagem se aproximam e se afastam. Destacamos que, apesar de a materialidade linguística assumir maior ou menor centralidade a depender das análises, em ambas as perspectivas apresentadas aqui, os aspectos morfossintáticos de “São 21. Ainda bem que não são 22.” não foram fundamentais, tampouco suficientes, para a compreensão do enunciado e de seus efeitos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

De forma resumida, procuramos demonstrar neste texto como duas diferentes perspectivas sobre a linguagem possibilitam compreender aspectos linguísticos colocando-os em relação fundamental e indispensável com aspectos extralinguísticos. Os estudos pragmáticos e os estudos discursivos, mobilizando diferentes aparatos teóricos, permitem compreender a língua não apenas como uma estrutura, um sistema de signos, mas como um artefato complexo que possibilita ações e análises de e sobre o mundo e a sociedade.

Considerando a já mencionada amplitude desses dois campos de estudos, encerramos este capítulo com a expectativa de ter apresentado uma introdução de alguns aspectos dos aparatos teóricos aqui mencionados, instigando, a partir disso, à leitura e ao aprofundamento dessas diferentes reflexões teóricas sobre a linguagem.

## REFERÊNCIAS

ANJOS, L. S. **O funcionamento discursivo da promessa de pacificação**. 2021. 1 recurso online (181 p.) Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/314>. Acesso em: 12 dez. 2023.

AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer**: palavras e ação. Tradução de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução de Mariana Echalar. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DERRIDA, J. Assinatura, acontecimento, contexto. In: \_\_\_\_\_. **Margens da filosofia**. Campinas: Papyrus, 1991.

GUILBERT, T. **As evidências do discurso neoliberal na mídia**. Tradução de Guilherme Adorno, Luciana Nogueira, Luís Fernando Bulhões Figueira, Mônica G. Zoppi Fontana. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso**: princípios & procedimentos. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

PÊCHEUX, M. (1969) **Análise automática do discurso (AAD-69)**. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.) **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

PÊCHEUX, M. (1975) **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi, Lourenço Chacon Jurado Filho, Manoel Luiz Gonçalves Corrêa e Silvana Mabel Serrani. Campinas: Ed. Pontes, 2009.

PINTO, J. P. Pragmática. In: MUSSALIM, F.; BENTES, Anna Christina (orgs.). **Introdução à linguística**: domínios e fronteiras, v. 2, 4. ed. São Paulo: Cortez, 2004, p. 47-68

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. BALLY, Charles; SECHEHAYE, Albert (Orgs.). Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.





### CAPÍTULO 3

## ASSUMINDO UMA POSIÇÃO DISCURSIVA SOBRE A LINGUAGEM NÃO BINÁRIA

Héilton Diego Lau

A problematização que ora apresento diz respeito à marcação de gênero no Português; neste caso aqui, refiro-me à questão de gênero social e não gramatical, ou seja, sempre que em meu texto o sujeito emprega, em seu discurso, formas gramaticais com marcação contrastiva de gênero, busco registrar esse emprego por meio de forma(s) que não marque(m) *exclusivamente* um gênero binário (feminino ou masculino), mas um emprego que *fuja da norma*. Essa opção decorre do fato de que na perspectiva em que me inscrevo, há uma demanda dos sujeitos por quererem ser representados na/pela língua(gem)<sup>1</sup>.

A problemática das identificações de gênero apresenta um espaço profícuo de reflexão sobre a contradição constitutiva dos processos de produção de sentido e do sujeito, que tanto reforçam o imaginário social quanto irrompem como acontecimento, abrindo brechas sociais e discursivas para o deslocamento de sentidos e a emergência de novas modalidades de subjetivação (Zoppi-Fontana, 2017, p. 64).

As discussões aqui postas pautam-se em questões de maior amplitude como por exemplo, uma linguagem não sexista, a feminização da língua (Garcia; Abrahão e Sousa, 2016; Garcia, 2018), ancoram-se também em debates do movimento feminista e da teoria *queer*. É importante dizer que nessa última perspectiva, a abordagem do gênero social apresenta-se entrecruzada com a

---

<sup>1</sup> Entendo que são questões distintas, mas, a proposição implica no imbricamento das duas.

abordagem do gênero gramatical, não se trata de instâncias distintas. Ou seja, o sujeito recorre a outras/novas formas de buscar representatividade, e essa busca constitui-se como marca na língua(gem) de um gesto de resistência.

Pensar sobre o funcionamento real da língua enquanto resultado de um trabalho histórico e como processo ao mesmo tempo, implica, em primeiro lugar, ter de admitir que as lógicas do linguista e do filólogo não coincidem com a lógica dos usuários da língua, da massa falante, os quais, embora não possuam consciência, em sua maioria, das leis que regulam os conjuntos de regularidades que definem uma língua intervêm sobre ela, transformando-a, de forma permanente, no cotidiano de suas vidas (Zandwais, 2019, p. 123).

Nessa mesma esteira, sublinho que o real da língua é o impossível (Gadet; Pêcheux, 2004; Milner, 1987). O real não é descoberto, “[...] a gente se depara com ele, dá de encontro com ele, o encontra” (Pêcheux, 2006, p. 29). Ele é o não-todo, a incompletude para uma definição com base no que é relatado. Sendo assim, “[...] não há como desvincular o estabilizado do sujeito ao equívoco. A relação palavra e coisa não é nem direta, nem transparente” (Orlandi, 2017, p. 207). Com base nesses apontamentos, como pensar numa língua(gem) que não marque um gênero binário específico e ao mesmo tempo possibilite a leitura tanto escrita quanto oral e que aponte para o funcionamento dos sentidos não binários em uma perspectiva discursiva?

Em um sistema como o Português, falantes são obrigados a escolher diferentes formas de pronome de acordo com o gênero do substantivo, então surge o problema de como se referir a um grupo misto de pessoas de dois gêneros (ou mais), pois quando se fala de dez mulheres e um homem pelo pronome *eles*, essa escolha pode ser interpretada como discriminatória e pode ter consequências sociais importantes. O Português também usa primeiro o sistema masculino para pares de palavras de gêneros diferentes, como: pai e mãe, filho e filha, rei e rainha, como pontua Caldas-Couthlard (2007).

[...] o gênero dos substantivos, numa perspectiva gramatical, não encontra qualquer correspondência com a identidade de gênero, ainda que esses

substantivos se refiram a sujeitos para quem a identidade de gênero importa. Desse modo, uma língua que represente a pluralidade de gênero, conforme pleiteada pelo movimento transfeminista, não encontrará suas bases nem suas ferramentas na noção de flexão de gênero conforme proposta pela gramática (Medeiros, 2006, p. 35-36).

Segundo Caldas-Couthlard (2007, p. 237-238): “O fato de o masculino ter sido escolhido como categoria não marcada pelos nossos predecessores – conforme muitos linguistas, foi aparentemente puro acaso, e não tem nenhuma significação social ou política”. Mas, isso não é verdade.

Em relação ao Inglês, até o século XVII, o singular nas formas pronominais não marcado, a forma predominante empregada pelas falantes era o *they*, mas no século posterior, os gramáticos prescritivos “corrigiram” este uso, justificando que o masculino genérico (*he*) era mais “natural”. A partir do século XX, na década de 70, linguistas feministas (re)problematizaram a questão e a forma *they* voltou a ser utilizada como singular não marcado (Bodine, 1975), sendo hoje um dos pronomes utilizados para/por pessoas não binárias (Lesavoy, 2006).

O uso genérico do *he* também produz um efeito de sentido de forma marcada, ou seja, os sujeitos que o enunciam têm a predisposição de não pensar nos dois gêneros, mas somente no masculino.

Bodine (1975) fala sobre o masculino genérico pelo fato das gramáticas prescritivas entre os séculos XVII e XVIII terem sido elaboradas por homens, e tal gênero ter sido imposto como “sinônimo” de humanidade, como é o caso da palavra *homem* para “representar” a *raça humana*. Pagels (1976) destacou que imaginava Deus como um homem, mas acreditava que, quando o pronome *Ele* é usado, deveria ser interpretado como uma forma não marcada, como *ele* antes ou depois da forma de *alguém*, mas isso não acontece. A maioria das representações de Deus são masculinas. Entretanto, existem versões antigas do Antigo Testamento que se referiam à divindade como andrógina ou mesmo feminina. Marca disso encontra-se na música e no videoclipe *God is a Woman*, de Ariana

Grande, que mostra toda a criação do mundo e do universo de uma forma feminina.

A partir da crítica/reflexão de Bodine (1975) e Pagels (1976), as investigações neste campo ficaram conhecidas como Linguística Feminista. Estas linguistas feministas trouxeram reflexões/críticas ao masculino genérico na língua inglesa, as quais produziram uma espécie de *reforma linguística*, sendo a referência usada agora *she/he* ou *they*; itens lexicais genéricos masculinos foram re-lexionados para uma forma não binária, como por exemplo:

- *Men: human beings*;
- *Fireman: fireperson* (no singular) e *firepeople* (no plural).

Fato curioso – e até diria problemático – para o Português em traduzir o segundo exemplo, sem utilização do masculino genérico. Nesse ponto penso ser possível pensarmos a respeito da irrupção do real da língua na gramática e o real sem a possibilidade de uma exatidão unívoca, haja vista que a língua é não-todo.

Feita uma reflexão sobre a forma gramatical e algumas contestações sobre ela, passo agora para a perspectiva discursiva sobre a linguagem não binária.

Orlandi (2017) traz a *deixis discursiva* para criticar o “linguisticamente correto”, como ela mesmo chama, especificamente, sobre a palavra *cisgênero*. Com relação ao entendimento de gênero de parte da autora, me afasto da sua afirmação da proposição do *linguisticamente correto*, segundo suas palavras:

[...] não é negro, não é preto, é afro-brasileiro; não é homem (sexo masculino), não é mulher (sexo feminino), é homossexual, ou, mais correto linguisticamente, homoafetivo; não é nem uma coisa nem outra, é “trans”. E, nesta região de sentidos, que busca a exatidão do que se nomeia, na precisão do que se pense que se é – ilusão de uma possível identidade entre nome e coisa – atualmente, se formula o que é “cis” (Orlandi, 2017, p. 208).

Orlandi (2017) problematiza a palavra *cis*, redução da palavra *cisgênero*, palavra utilizada como antônimo para *transgênero/transsexual* (*trans*, de forma reduzida). Uma palavra para “equiparar

linguisticamente” as identidades de gênero, pois, historicamente, quem foi marcado foi o outro sujeito, o *trans*, enquanto o sujeito que se identifica com seu sexo biológico e as construções sociais, de maneira ampla, com os papéis do sujeito na sociedade também, era marcado como *certo, verdadeiro*, provocando exclusões, invalidando corpos e identidades trans.

O que é eficaz para os sujeitos, na visão de Orlandi (2017), não é o papel social, mas a projeção imaginária destes materializados no discurso. A função do termo *cis* em termos discursivos, para ela, desempenha um papel na influência de indivíduo interpelado em sujeito pela ideologia, também afetado pela língua. Elu é constituído pela relação dissipativa e é afetado pelo valor gerado pela relação de poder. Política, sociedade, história e ideologia são explicados em termos do surgimento da vida e como se nomeiam as coisas. Por outro lado, a língua se impõe em sua ordem pelo real. “O que significa que não temos controle sobre os sentidos ou sobre os sujeitos, mudando palavras, pensando com isto mudarmos a realidade” (Orlandi, 2017, p. 216).

Orlandi (2017), ao trazer essa discussão, afirma que a palavra *cis* é um *neologismo* que pode promover aceitação ou rechaço. Ela se apoia em Pêcheux (2006), afirmando que é preciso ressoar na história, caso contrário, “não cola”, ou seja, não faz sentido na história do sujeito no processo histórico. Por um lado, a reflexão do seu trabalho é trazer os discursos do “politicamente correto” para contrapô-los, defendendo o não congelamento da palavra exata, a exemplo de *cis*, a qual, segundo ela, seria uma forma *linguisticamente correta*, contudo, é sempre politicamente falha e desrespeita a ordem da língua:

[...] pensando o exemplo que demos, do “gênero”, do “cis”, refletindo sobre a questão da fluidez, podemos dizer que esta vontade de sistema que busca exatidão nas formas de denominação para encontrar a justeza dos sentidos, a justiça social, esbarra na ilusão da compreensibilidade (universal), no jogo da interpretação, na construção dos mal-entendidos sociais. Não é no nome, mas na constituição desta alteridade que reside a possibilidade de sentidos, com suas nuances, sua fluidez, seus equívocos e deslizamentos. Na sutileza

da interpretação. Mal-entendidos. Não no sistema, mas na individuação da compreensibilidade (Orlandi, 2017, p. 225).

Por outro lado, um efeito de sentido provocado (para mim/por mim), quanto ao uso da forma *cis* é a luta/resistência ante o silenciamento de uma identidade que encontrou um nome para existir, contrapondo com outros discursos que dizem sobre ela de forma negativa. Não se trata, portanto, de um congelamento, mas de um posicionamento político, para marcar na língua(gem) uma identidade até então materialmente apagada.

Ainda discutindo a citação sobre as diversas formas de designação, a começar pela questão racial que Orlandi (2017) traz, contraponho com a reflexão de Carvalho (2019), a partir de uma discussão semântica, levantada em um vídeo, sobre qual seria o termo correto para se referir a uma pessoa afrodescendente, no qual a autora reflete sobre a memória discursiva das palavras *nigger*, “preto” e “negro”.

A partir da formação discursiva do racismo, Carvalho (2019) mostra o trabalho da memória discursiva dessas palavras, em que *nigger* foi silenciado devido às condições históricas racistas e preconceituosas no contexto americano, trazendo a designação *black* para a formação de novos sentidos que não rememorassem a escravidão. Quanto às palavras *preto* e *negro*, segundo a análise, a memória discursiva de ambas as palavras remete à escravidão e à exclusão. Com isso, a pergunta que não quer calar:

Então, qual o termo mais adequado para se referir a uma pessoa afrodescendente: “negro” ou “preto”? A forma mais aceitável de tratar um afrodescendente é aquele que ele se identifica: seja “negro”, seja “preto”. Refletir e discutir sobre o uso dessas palavras é necessário, por questão de representatividade, mas também é fundamental por meio do discurso, respeitar um povo que foi por tanto tempo discriminado pela sociedade (Carvalho, 2019, p. 33).

Trazendo para o diálogo a afirmação de Orlandi (2017) com a reflexão de Carvalho (2019), o gesto de interpretação permite afastamentos e aproximações. Pela discussão de Carvalho (2009),

ela mostra que a identificação das pessoas afrodescendentes pode ser tanto *negro* quanto *preto*, a depender de como o sujeito se identifica. Ou seja, não se fecha, não há *um* termo “correto” que *toda* a comunidade negra elegeu e será *somente* “x”, censurando “y”, como é o caso dos EUA. Sendo assim, “[...] os sentidos não dados pela língua somente, supomos que muitos efeitos de proferimento das palavras se produzem na medida em que estas remetem aos saberes e às práticas que os enunciados em que estas se inscrevem remetem” (Zandwais, 2019, p. 131).

Com relação às questões de gênero e sexualidade, Orlandi (2017, p. 208) entende gênero “[...] como sinônimo de sexo: masculino ou feminino na sociedade capitalista”. Me afasto desta afirmação, pois o (meu) entendimento de/sobre gênero está vinculado à teoria *queer*, mais especificamente, em que há a separação: *sexo* é da ordem da natureza e *gênero* é cultural (Butler, 2013; Scott, 1995). Além de estar apoiado à teoria *queer*, apoio-me também em pesquisas que trabalham questões de gênero e sexualidade em perspectiva(s) discursiva(s) (Zoppi-Fontana, 2017).

Quando Orlandi (2017, p. 215) comenta a respeito da palavra *cis*, na sua análise, afirma que esta forma pode ser chamada de um *neologismo*, ou seja, “[...] ele se expande, cria um movimento no percurso social: de aceitação e de rechaço”. Concordo que sempre haverá esses dois percursos sociais em *todos* os discursos, não apenas em discursos com “neologismos”, como os sentidos produzidos de/sobre Lula antes e após ser eleito, conforme análise de Indursky (2003), por exemplo.

As condições de produção da marcação de gênero que trago para esta reflexão, se deram, inicialmente, no desenvolvimento de escrita da minha dissertação (Lau, 2016), sobre o contato em que tive com uma página do Facebook intitulada *Espectrometria não binária*. Tive contato com a pessoa que a modera, que é não binária, ou seja, não se identifica nem como homem, nem como mulher. Durante nossas conversas e interações nas postagens da página, acabei me aprofundando no assunto que, até então, era somente do domínio virtual, e trouxe a discussão/problematização para o meio



acadêmico. Importante destacar que explicito as condições de produção da minha reflexão vinda da internet, ou seja, da tecnologia, da mesma forma que Dias (2013, p. 50): “[...] ao tratar de tecnologia, estou tratando com uma questão simbólica, política e ideológica. Estou tratando a tecnologia como instância de produção de discursos, de relações de poder”. Dessa forma, “[...] a relação linguagem e tecnologia se constitui discursivamente no processo em que a ideologia da comunicação se torna uma necessidade de calar o silêncio, de apagar a incompletude da linguagem (e do sujeito)” (Dias, 2013, p. 52).

A problematização se deu ao me referir à pessoa que moderava a página do Facebook, entendendo que nem o pronome *ele* nem *ela* seria representáveis. Da mesma forma que substituir a desinência de gênero por um símbolo (como *x* ou @), por mais que os meios fossem virtuais, comumente usados em algumas postagens, a forma apresentada para mim foi substituir a desinência de gênero pela vogal *u*, ficando *elu* “[...] por um ato político, para mostrar que o pronome considerado ‘neutro’ em nossa sociedade exclui as pessoas não binárias, já que elus não se veem como homens nem como mulheres” (Lau, 2018, p. 13), posicionamento similar do feminismo, evitando uma linguagem sexista.

Numa linguagem difusamente masculinista, uma linguagem falocêntrica, as mulheres constituem o *irrepresentável*. Em outras palavras, as mulheres representam o sexo que não pode ser pensado, uma ausência e opacidade linguísticas. Numa linguagem que repousa na significação unívoca, o sexo feminino constitui aquilo que não se pode restringir nem designar (Butler, 2013, p. 28-29, ênfase da autora).

A reflexão de Butler (2013) faz pensar ainda em uma outra situação, a representação/identificação, pela língua(gem), de uma pessoa não binária, sobre o que passo a dar um exemplo: determinada pessoa ao nascer foi designada como sendo do sexo feminino por condição da genitália, pelo ato de fala (Austin, 1962) da comunidade médica. Ao ser enunciado “é uma menina!”, não somente sua genitália, mas todas as condições sociais já construídas

sobre o entendimento desse gênero lhe foram impostas, desde o momento da ecografia (Butler, 1993). Com o tempo, esta descobre não fazer parte do círculo de pessoas cis. Portanto, ela passa a se enquadrar no círculo de pessoas trans, mais especificamente no de pessoas não binárias. Esta pessoa se identifica como *gênero fluido*, em que ora pode se expressar de forma masculina, ora feminina, ora andrógina, dependendo de sua subjetividade acerca dos gêneros; como se a identidade de gênero fosse uma bússola: se estiver apontada para o M será de forma masculina, para o F, feminina, e se estiver entre os dois, de forma andrógina (Garvin, 2016).

Dependendo da sua expressão de gênero, isto é, sua forma de se apresentar na/para a sociedade, o pronome irá mudar, ou seja, um dia poderá ser masculino (*ele*), outro dia feminino (*ela*) e em outro dia “não binário” (*elu*). Este último é proposto, assim, como uma forma de representatividade na fala/escrita para representar essas pessoas. É recomendado perguntar isso à pessoa antes de impor algum pronome em consequência dos estereótipos que circulam na sociedade, ficando essa decisão legada a uma deliberação da ordem do sujeito.

Perguntar quais são os pronomes com os quais a pessoa se identifica não é um ato constrangedor, pois essa atitude vai na contramão do *cistema*<sup>2</sup> que *impõe* os pronomes binários nos sujeitos em virtude dos estereótipos. “Desta forma, a desconstrução do binário de gênero, implica o desmantelamento do sistema de gênero linguístico-social; isto inclui reformular pronomes e títulos para palavras de gênero não binário” (Saltzburg; Davis, 2010, p. 94-95), como foi possível observar nas palavras em inglês que foram re-lexicalizadas. Ou seja, o pronome *elu* “[...] marca especificamente (sic) pessoas que não se auto identificam como homens ou como mulheres num sentido binário, e sim, fogem dessa normatividade, tentando *marcar* na língua portuguesa uma marca de visibilidade” (Lau, 2018, p. 20, ênfase minha). Acredito que o pronome *elu* não é suficiente para dar conta da pluralidade de gêneros, pois se o fosse,

---

<sup>2</sup> Adoto essa forma de escrita para fazer um chiste com as questões de gênero.

configuraria uma forma de congelamento, o que iria ao encontro da problemática de Orlandi (2017) quando ela fala de *cis-palavras*. Vejo como uma *possibilidade*, tendo em vista o movimento não binário na internet de que a problematização sobre a forma de pronomes varia, e não somente o pronome *elu* pode representar estes sujeitos (Lau; Sanches 2019, Lau, 2019).

O sujeito, para Orlandi (2017, p. 210):

[...] é o sujeito individuado pelo Estado (em suas instituições e discursos) que se identifica. Não se identifica com um gênero, mas com sentidos, com uma formação discursiva, ou seja, com aquilo que em uma conjuntura dada, em uma situação dada, o sujeito pode e deve dizer, significar. Na relação com a ideologia, no fundamento da memória discursiva (interdiscurso).

Concordo com a afirmação da autora em relação à linguagem não binária, pois não é com o gênero, e sim com sentidos que essa linguagem pode(rá) significar, se o sujeito estiver inscrito na formação ideológica que defende o feminismo, a igualdade de gênero, seu discurso estará inscrito em formações discursivas que poderão ser mais inclusivas na língua(gem). Isso faz parte da tarefa da Análise de Discurso, que reconhece o trabalho da ideologia para entender como essas evidências são produzidas e replicadas. Para Schons e Mittman (2009), tornar a língua plana, transparente, clara, homogênea é se deixar confundir pela ilusão criada pela própria ideologia dominante, que deseja manter uma hipótese social livre de conflito de classes a todo custo e impor o monologismo, constantemente tentando silenciar algo que sempre irrompe: o exercício de poder entre ideologias. Nessa mesma esteira, Zandwais (2019, p. 125) afirma: “[...] a língua pode ser constantemente subvertida, tanto pelas forças sociais como pelas superestruturas, diante dos acontecimentos e nas relações político-jurídicas de tensão entre ambas”.

Dizer *bom dia a todos* seria suficiente para incluir homens e mulheres, uma vez que o Português se vale da forma masculina como uso genérico que abrange elementos distintos. Nessa perspectiva, *todas e todos* poderia ser considerado uma

redundância (ou pleonasma) de fato. No entanto, pergunto: o efeito de sentido é o mesmo quando o sujeito falante faz questão de explicar o *todas*, com o gênero feminino, que não costuma ser referida? Dificilmente, não.

A distinção, a exatidão, o segmentável, fazem parte de uma reflexão que deixa de lado a discursividade, a relação não unívoca. Nós trabalhamos com o que se mistura, o que se presta a equívoco, o que nem sempre se pode separar em unidades distintas, tudo junto e misturado. [...] Discursivamente, sabemos que esta não é uma relação nem imediata, nem linear, nem simples. Não há relação termo a termo entre linguagem, pensamento e mundo. Como, também discursivamente, fazemos entrar, nesta relação, a ideologia como relação imaginária que liga os sujeitos a suas condições materiais de existência. História e sociedade aí se apresentam (Orlandi, 2017, p. 206).

A problematização feita aqui mostra o encontro da língua com a militância, o que implica falhas e (im)possibilidades, ou seja, a língua enquanto “[...] sistema instável e heterogêneo” (Leandro Ferreira, 2000, p. 24) em que há espaço para fuga da gramatização, de uma “[...] estruturação lógico-matemática categórica” (Leandro Ferreira, 2000, p. 28). Esse espaço é o lugar de resistência da língua, que questiona o papel da ideologia e suas evidências. Por sua vez, o *status* ambíguo desta língua(gem) é considerado “[...] como um princípio constitutivo que deixa marcas na forma como ela se organiza e como incorpora para o seu âmbito o que lhe é próprio” (Leandro Ferreira, 2000, p. 49). Dessa maneira, assumo um posicionamento contrário à normatividade da língua *cistemática* e apresento possibilidade(s) de forma escrita em que será possível ler e falar entendendo os limites sintáticos do Português.

Para “neutralizar” adjetivos e substantivos como *aluno*, *bonita*, *entre outras*, utilizarei a vogal *e*. Então estas palavras serão escritas da seguinte forma: *alune*, *bonite* e *entre outres*. E no caso de *professores*, por exemplo? Palavras no plural consideradas masculinas terão a letra *i* no meio ou a vogal *e* poderá ser substituída por *i*. Então será escrito *professories* ou *professoris*. Preposições como *de* e *da* serão substituídas por *du*. A respeito dos artigos definidos, serão substituídos por *le* e *les*. Os indefinidos utilizarão a letra *e* no final,

ficando da seguinte forma: *ume, umes*. Quanto aos pronomes possessivos ficarão: *minhe(s), sue(s)* (Lau, 2018, p. 13-14, ênfase minha).

Ao observar determinadas (novas) formas de não-binarização para a escrita de determinadas palavras, consoante com a discussão feita mais acima com Caldas-Couthlard (2007) e Saltzburg e Davis (2010), na/para uma perspectiva discursiva, é possível confrontar tais mudanças morfológicas no encontro com outras línguas, por exemplo, o francês, em seus casos de flexão de gênero, que é o caso do artigo partitivo masculino singular *du*. Este é um efeito de sentido produzido, mas um outro efeito é um “ruído” no texto, um estranhamento que pode produzir reflexões sobre o sistema do Português que são práticas ideológicas reguladas por rituais e que são falhas, assim como a inserção da não binariedade no Português. Seria ousar pensar e ousar se revoltar (Pêcheux, 2014)? Sobre esse ponto, é interessante pensar na quebra do ritual como uma questão simbólica, ou seja, transcender a fronteira do significado e compreender os processos de identificação do sujeito.

Como sujeito da linguagem, tem suas consequências. A rebelião, a revolta não se realizam de forma voluntária, mas se baseia na imprevisibilidade do efeito de ressonância com a significação de um acontecimento histórico (Pêcheux, 1990), repercutindo e gerando novo(s) sentido(s). “A brecha na identificação pensada na relação com a cadeia significante” (Lagazzi, 2013, p. 324). Quer dizer, é possível questionar, problematizar, encontrar brechas no Português, seus rituais falhos, produzindo assim uma outra identificação com o movimento feminista, com o combate ao sexismo linguístico, com a teoria *queer*, em que, no caso da linguagem não binária, também é suscetível a falhas, mas também lugar de resistência, como em

[...] não entender ou entender errado; não “escutar” as ordens; não repetir as litâneas ou repeti-las de modo errôneo, falando quando se exige silêncio; *falar sua língua como uma língua estrangeira que se domina mal; mudar, desviar, alterar o sentido das palavras e das frases; tomar os enunciados ao pé da letra; deslocar*

*as regras na sintaxe e desestruturar o léxico jogando com as palavras [...]* (Pêcheux, 1990, p. 17, ênfase minha).

Para Orlandi (2017, p. 212): “O linguisticamente correto é, sempre, politicamente falho. E desrespeita a ordem da língua. Esta também, com seu impossível. Há que se aceita a incompletude, o sujeito a falhas, o sujeito (à interpretação) a equívoco. O incompreensível”. Concordo que o “linguisticamente correto” é falho, pois as formas da comunidade não binária utilizar uma palavra ao invés de outra é um discurso militante e, no encontro com o político, poderá haver várias interpretações; e não é mudando uma palavra por outra que o problema social será resolvido.

Também concordo com a equivocidade, as falhas do sujeito, a incompletude, pois foi também com/por isso que a linguagem não binária tem avançado. Essa forma de linguagem começou a ser problematizada na internet, foi para o cotidiano, o meio acadêmico, chegando até a ser utilizada em discursos políticos.

Liberdade, normalidade, compulsória na falta de um nome etc. Discurso militante, idealizando pontos de vista, e vontades. Ilusões do linguisticamente correto. Como se o sujeito pudesse autodeterminar-se sem que a linguagem, em sua ordem, funcionasse, apesar de nossas vontades. Vontade de saber, vontade de poder aí se juntam. Sem esquecer que a linguagem, não sendo transparente [...] escapasse a alguma determinação, à falha, ao equívoco. A crença no nome esquece que tudo é sujeito à interpretação e à ideologia (Orlandi, 2017, p. 214).

A língua para a Análise de Discurso é materialidade específica do discurso: “É a língua da ordem material, da opacidade, da possibilidade do equívoco como fato estruturante, da marca da historicidade inscrita na língua. É a língua da indefinição do discurso e avesso, do dentro e fora, da presença e ausência” (Leandro Ferreira, 2000, p. 42). Nesse sentido, como já comentado, a língua é passível de rupturas, falhas, brechas, pois “[...] todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, de deslocar discursivamente de seu sentido

para derivar para um outro [...]” (Pêcheux, 2006, p. 53). No entanto, todo discurso é político.

A distinção homo x hétero, cis x trans é luta política por igualdade, pois nas diferentes identidades que o sujeito se constitui (Hall, 2015), é preciso nomear, para representar – nesse caso específico das identidades sexuais e de gênero é luta histórica e visibilidade de sujeitos excluídos por sua diferença ao Outro Sujeito, da ideologia.

Nomear todas as identidades não binárias, buscar uma possibilidade de equidade linguística em oposição ao que o sistema oferece é ir em direção ao simbólico com o político. “Como se o sujeito pudesse autodeterminar-se em que a linguagem, em sua ordem, funcionasse apesar de nossas vontades. [...] A crença no nome esquece que tudo é sujeito à interpretação e à ideologia” (Orlandi, 2017, p. 214). Por outro lado, o que marcou os gêneros binários numa forma heteronormativa, foram/são os discursos (re)produzidos acerca do que é “ser homem” e “ser mulher”, ambos cis, pois a principal construção discursiva sobre esses gêneros é acerca da genitália, aspectos biológicos e seus papéis sociais de cada sujeito na sociedade (Lau, 2018).

A palavra vale pelo que significa. Depende da ideologia (jogos da interpretação na formação social, na história). Além disso, a palavra cisgênero aparece [...] como um “posicionamento”, uma tomada de posição política, face a identidade social, ou seja, uma palavra militante. Se é militante, certamente, é sujeita, politicamente, a contestação e a disputa de seus sentidos (Orlandi, 2017, p. 215).

O real da língua (Gadet; Pêcheux, 2004) é a língua sujeita a falhas, ao equívoco, ao diferente, ao não-todo. A marcação binária no Português é o próprio do funcionamento do real da língua, porque não consegue abarcar o todo do real da língua e da história, sujeitos e suas formas de expressão e de vida ficam de fora. Por outro lado, as marcações não binárias, igualmente, nunca darão conta da totalidade. Dizendo de outro modo: é sempre, em

qualquer um dos casos, o real da língua apontando para o real da história a partir dos equívocos, da incompletude.

Qual a diferença? As formas binárias marcam pela ilusão de completude que não abre para a diferença. Já as formas não binárias marcam pela ilusão de completude justamente por marcarem as diferenças. *A luta política é o que as diferencia.*

## REFERÊNCIAS

AUSTIN, John Langshaw. **How to do things with words**. New York: Oxford University Press, 1962.

BODINE, Ann. Androcentrism in perspective grammar: singular 'they' sex-indefinite 'he', and 'he or she'. **Language in Society**, v. 4, n. 2, p. 129-146, 1975.

BUTLER, Judith. **Bodies that matter: on the discursive limits of "sex"**. New York: Routledge, 1993.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CALDAS-COUTHARD, Carmen Rosa. Caro colega: exclusão linguística e invisibilidade. **Discurso & Sociedad**, v. 1, n. 2, p. 230-246, 2007.

CARVALHO, Tatiane Valério Rogério de. Interdiscursos do racismo: a memória discursiva das palavras "nigger", "preto" e "negro". In: LAU, Héilton Diego; SILVEIRA, Éderson Luís (Orgs.).

**Raça, gênero e sexualidade em perspectivas discursivas: teorias e análises**, v. 1. São Paulo: Pimenta Cultural, 2019, p. 17-34.

DIAS, Cristiane. Linguagem e tecnologia: uma relação de sentidos. In: PETRI, Verli; DIAS, Cristiane (Orgs.). **Análise de discurso em perspectiva: teoria, método e análise**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2013, p. 49-62.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. **A língua inatingível**. Campinas, SP: Pontes, 2004.

GARVIN, Jeff. **Symptoms of being human: boy or girl? Yes**. 2016.



HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

INDURSKY, Freda. Lula lá: estrutura e acontecimento. **Organon**, v. 17, n. 35, p. 101-121, 2003.

LAGAZZI, Suzy. Delimitações, inversões, deslocamentos em torno do Anexo 3. *In*: LAGAZZI, Suzy; ROMUALDO, Edson Carlos; TASSO, Ismara (Orgs.). **Estudo do texto e do discurso: o discurso em contrapontos – Foucault, Maingueneau, Pêcheux**. São Carlos: Pedro & João, 2013, p. 311-331.

LAU, Héilton Diego. Acepções discursivas sobre a linguagem não binária na língua portuguesa: visibilidades e (r)existências. *In*: LAU, Héilton Diego; SILVEIRA, Éderson Luís (Orgs.). **Raça, gênero e sexualidade em perspectivas discursivas: teorias e análises**, v. 1. São Paulo: Pimenta Cultural, 2019, p. 180-197.

LAU, Héilton Diego. **Pelo direito e orgulho de ser heterossexual no terceiro domingo de dezembro**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2018.

LAU, Héilton Diego; SANCHES, Gabriel Jean. A linguagem não binária na língua portuguesa: possibilidades e reflexões making herstory. **Revista X**, Curitiba, v. 14, n. 4, p. 87-106, 2019.

LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. **Da ambiguidade ao equívoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

MEDEIROS, Laís Virgínia Alves. **Essa língua não me representa: o discurso sobre língua e gênero**. 105 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Letras: Porto Alegre, 2016.

MILNER, Jean-Claude. **O amor da língua**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Eu, tu, ele: discurso e real da história**. 2 ed. Campinas, SP: Pontes, 2017.

PAGELS, Elaine. “What became of God the mother? Conflicting images of God in Early Christianity. **Sign: Journal of Women in Culture and Society**, v. 2, n. 11, p. 293-303, 1976.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, n. 19, p. 7-24, jul./dez. 1990.

- PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento?** 4 ed. Campinas, SP: Pontes, 2006.
- PÊCHEUX, Michel. Ousar, pensar, ousar se revoltar: ideologia, marxismo, luta de classes. **Décalages**, v. 1, n. 4, p. 1-22, 2014.
- SALTZBURG, Susan; DAVIS, Tamara S. Co-authoring gender queer youth identities: discursive telling and retellings. **Journal of Ethnic and Cultural Diversity in Social Work**, London, v. 19, n. 2, p. 87-108, 2010.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.
- ZANDWAIS, Ana. Das intervenções das superestruturas e das forças sociais sobre o funcionamento da língua. *In*: FINARDI, Kyria; SCHERRE, Marta; VIDON, Luciano (Orgs.). **Língua, discurso e política: desafios contemporâneos**. Campinas, SP: Pontes, 2019, p. 121-137.
- ZOPPI FONTANA, Mónica. “Lugar de fala”: enunciação, subjetivação, resistência. **Conexão Letras**, Porto Alegre, v. 12, n. 18, p. 63-71, 2017.



## CAPÍTULO 4

### O OVO DA SERPENTE, A TERCEIRA ONDA DA RADICALIZAÇÃO E OS DESAFIOS DE EDUCAR NA ERA DO ÓDIO

Éderson Luís Silveira

#### INTRODUÇÃO

Faz mais de quatro séculos que a expressão “ovo da serpente” foi usada por William Shakespeare na peça *Júlio César* (escrita, provavelmente, em 1599)<sup>1</sup>, quando Roma estava prestes a fenecer diante do imperador Júlio César, cuja concentração de poder incomodava políticos locais. Nesse contexto, um dos conspiradores da morte do referido soberano, Brutus, de quem César era pai adotivo, chegou a compará-lo com um “ovo de serpente que, chocado, por sua natureza, se tornará nocivo. Assim, matemo-lo, enquanto está na casca” (Shakespeare, 2000, p. 36). Por conseguinte, em meio a um jogo de relações de poder e conquista, a elite dominante de Roma se sente prejudicada e, nesse contexto, é então tecida a frase anterior.

Posteriormente, *O ovo da serpente* também foi o nome de um filme lançado em 1977 pelo diretor sueco Ingmar Bergman, que retrata o início da ascensão do nazismo na Alemanha. Com o passar do tempo, a expressão tem sido usada para se referir a momentos na história em que discursos totalitários têm emergido e ampliado alcance em escala considerável. Neste trabalho, **associo o uso da expressão à proliferação de discursos de ódio nas redes sociais**, sobretudo no que diz respeito ao crescimento de vídeos nas redes sociais com conteúdo extremista.

---

<sup>1</sup> *The Tragedie of Julius Caesar*, no original em inglês.

Inicialmente, pode ser mencionado que, no cotidiano, inúmeros jovens são expostos a conteúdos diversos, difundidos em aplicativos de mensagens, fóruns de discussão online, plataformas de jogos e redes sociais. Entre esses conteúdos, tem chamado atenção o processo de cooptação de grupos extremistas, que não necessariamente incentivam o cometimento de atos terroristas, mas que, muitas vezes, banalizam episódios de violência e negligenciam o ataque ao sofrimento de inúmeros sujeitos mundo afora, incentivando atos de ódio, como será discutido neste trabalho.

Nesse íterim, **quando se fala de neonazismo, remete-se ao fato de que, até hoje, há extremistas que negam a morte de 6 milhões de judeus na Segunda Guerra Mundial**, que afirmam que os campos de extermínio eram nada mais que “apenas” campos de prisioneiros e que o número de judeus mortos não ultrapassaria um milhão de indivíduos. Diante disso, o anonimato assegurado pela internet ou, até mesmo, subterfúgios utilizados para burlar a proibição<sup>2</sup> de discursos de ódio na esfera virtual em algumas plataformas fazem com que tal espaço seja um refúgio cada vez mais compartilhado entre os adeptos de tal radicalidade.

Para se ter uma ideia, a Safernet<sup>3</sup>, uma organização que promove a defesa dos direitos humanos na internet no Brasil chegou a explicitar, em 2022, que houve um aumento de denúncias de conteúdo neonazista na rede, chegando a um impressionante aumento de 60,7% em relação ao ano anterior. Se em 2020 haviam sido recebidas 9.004 registros, em 2022, o número chegou a 14.476 denúncias. Para se ter uma ideia sobre a gravidade da situação, o número de denúncias em 2021 foi o maior registrado desde 2010, quando se havia alcançado a quantidade de 22.443 registros. Referente ao ano de 2021, as mais de 14000 denúncias fazem alusão

---

<sup>2</sup> Neste texto, considera-se que proibição é diferente de regulação: regular a existência de discursos de ódio, banindo-os e punindo plataformas virtuais é diferente de haver proibições de discurso de ódio que não são reguladas nem monitoradas nas redes sociais.

<sup>3</sup> Informação disponível em: <https://new.safernet.org.br/content/denuncias-de-neonazismo-safernet-aumentam-60-em-um-ano>

a 894 páginas de internet, sendo que 318 foram tiradas do ar por ordem de autoridades vigentes.

Infelizmente, o cenário só piora: a antropóloga Adriana Dias, que estuda a questão desde 2002, afirmou que o número de adeptos explícitos do neonazismo no Brasil pode chegar a 10 mil pessoas, e que existem, pelo menos, 530 núcleos extremistas no Brasil, o que representa um crescimento de 270,6% de janeiro de 2019 a maio de 2021 (em um intervalo de apenas três anos)<sup>4</sup>. Recentemente, eu já havia escrito sobre o humor politicamente incorreto e a relação dessa instância com o ex-presidente e o radicalismo da extrema-direita (Silveira, 2022). Na ocasião, dissertei sobre o papel do humor na manutenção da ordem social. Além do mais, o uso do riso pode ser apontado como recurso retórico do governo de Jair Bolsonaro e isso não ocorreu por acaso, já que “negar o racismo estrutural, a misoginia, a homofobia e o machismo [...] é um ato [...] que pode levar, inclusive, a negligenciar problemas estruturantes [advindos] das desigualdades sociais [existentes] no país” (Silveira, 2022, p. 77).

Ademais, em entrevista ao Fantástico, um programa televisivo da emissora Rede Globo, em 2022, Adriana Dias<sup>5</sup> mencionou que há uma regularidade que aproxima os sujeitos extremistas: “Eles começam sempre com o masculinismo, ou seja, eles têm um ódio ao feminino e por isso uma masculinidade tóxica”. Além disso, ela afirma que “[e]les têm antissemitismo, eles têm ódio a negro, eles têm ódio a LGBTQIAP+, ódio a nordestinos, ódio a imigrantes, negação do holocausto”. Por conseguinte, Silveira (2023b, p. 98, grifo meu) afirma a necessidade de “[d]iscutir com responsabilidade aspectos concernentes a esse tema [, o que] envolve o comprometimento e a instauração de desnaturalizações, para que se possa interrogar a história, ao invés de se deixar levar

---

<sup>4</sup> Informação disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2022/01/16/grupos-neonazistas-crescem-270percent-no-brasil-em-3-anos-estudiosos-temem-que-presenca-online-transborde-para-ataques-violentos.ghtml>

<sup>5</sup> <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2022/01/16/grupos-neonazistas-crescem-270percent-no-brasil-em-3-anos-estudiosos-temem-que-presenca-online-transborde-para-ataques-violentos.ghtml>

por discursos e práticas” que, por sua vez são regulados pela hegemonia patriarcal vigente. Nesse contexto, entre práticas e representações, a **ascensão da extrema-direita no país**<sup>6</sup> ocasionou um efeito em larga escala: houve a proliferação de discursos de ódio e a massiva reiteração de símbolos associados ao nazismo que, algumas vezes, tiveram que ser mascarados para continuar existindo até mesmo por meio de “inocentes” vídeos do TikTok (e outros nem tanto), como se verá mais adiante.

## **METODOLOGIA**

Esta pesquisa parte da leitura de alguns estudos acadêmicos ou independentes que associam o uso das redes sociais e a prevalência e expansão do extremismo no Brasil. Partindo, então, de uma pesquisa bibliográfica e documental (porque considera relatórios existentes sobre o tema do radicalismo no Brasil, por exemplo), se buscou tecer reflexões acerca do tema, que se torna, inclusive, ainda mais agravante, se for pensado na (falta de) regulação dos conteúdos assistidos por crianças e jovens no país. Trata-se de uma pesquisa netnográfica também, porque parte dos dados reiterados nesta investigação se originaram em matérias, reportagens e entrevistas realizadas para páginas virtuais oriundas de sites específicos.

## **ANÁLISE E RESULTADOS**

Letícia Oliveira e Tatiana Azevedo são pesquisadoras independentes que realizaram um estudo observacional em 2023<sup>7</sup>,

---

<sup>6</sup> Para mais informações sobre o assunto, pode-se consultar, entre a farta literatura especializada sobre o tema, os textos de Casara (2020), Sponholz (2020), Lucini e Konageski (2021), Rocha (2021), Dieguez (2022), Jacques Neto (2022), Duarte (2023).

<sup>7</sup> Até o momento da escrita deste texto, o estudo de Oliveira e Azevedo não havia sido disponibilizado para domínio público, e não foi encontrado virtualmente, então as informações aqui apresentadas partem de uma entrevista realizada para

em que o foco foi a rede social TikTok, que tem amplo alcance e influência significativa entre adolescentes. Por conseguinte, as pesquisadoras criaram um perfil na referida rede social, a fim de seguir páginas que tinham conteúdo neonazista. Notaram, então, que tais perfis têm uma semelhança entre si: cultuam personagens autores de massacres escolares. Nesse contexto, como o algoritmo indica conteúdos similares aos que cada perfil consome, em pouco tempo, este fez a indicação de outras páginas com conteúdo similar e, assim, foi se constituindo o corpus da pesquisa, a partir da aba “Para você”.

Para se ter uma ideia acerca de como o universo ultrapassa o terreno das representações e imaginários para alcançar o campo das ações efetivas, pode ser mencionado o caso de um estudante de 16 anos que, aos 23 de outubro de 2023, em uma segunda-feira, entrou na escola estadual Sapopemba, situada na zona leste de São Paulo, matou uma adolescente e deixou outros três estudantes feridos. O referido sujeito chegou a veicular uma imagem na rede social sua com uma suástica no rosto e, antes do ataque à escola, mutilou uma de suas coxas desenhando também uma suástica no corpo<sup>8</sup>.

Entretanto, o que chama atenção no estudo das autoras mencionadas acima é o fato de que, cada vez mais, comunidades e páginas com apelo neonazista buscam utilizar símbolos menos evidentes, para burlar as diretrizes de regulação acerca da disseminação de ódio nas redes. Isso porque, ao invés da suástica, tais usuários têm optado por símbolos, códigos, *nicknames* específicos na foto e algumas vezes até mesmo na descrição dos perfis, por exemplo.

Diante de tal cenário: é interessante a analogia que se faz em relação ao método usado: “apito de cachorro”, em alusão à

---

um jornal online. Informação disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/10/com-taticas-de-disfarce-conteudo-nazista-se-dissemina-pelo-tiktok.shtml>

<sup>8</sup>Informação disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/10/autor-de-ataque-em-escola-de-sapopemba-tem-posts-de-cunho-racista-e-neonazista.shtml>



ferramenta usada para adestramento de cães que os humanos não podem ouvir. Desse modo, mensagens são veiculadas para indivíduos “familiares”, que se conectam com tal reprodução de símbolos, aparentemente banais e sem associação ao nazismo. Trata-se, portanto, de uma forma de cooptar adeptos da causa e reunir grupos sob a penumbra de uma ocasional interação entre indivíduos comuns nas redes sociais.

O sol negro, o número 88 e *trends* como “caça aos gnomos” são modos camuflados e indiretos que disfarçam os discursos de ódio propagados e burlam as diretrizes que proíbem disseminação desse tipo de conteúdo. Sobre a referida *trend*, ela foi denunciada pela *Global Network on Extremism and Technology* (GNET), devido ao fato de se referir à “caça aos judeus”.

No que diz respeito ao sol negro é tão facilmente atribuído ao (neo)nazismo que obras relacionadas ao nazismo têm utilizado tal termo nos títulos. Só para se mencionar dois exemplos, tem-se o livro do historiador Nicholas Goodrick-Clarke, intitulado *Sol negro: cultos arianos, nazismo esotérico e políticas de identidade*, em que ele estabelece a relação entre fantasias excêntricas e sua relação com o mundo nazista e, também, de autoria de Everton Ilkiu, o romance *Sol negro*, sem subtítulo, que narra o sequestro de um empresário rico de Santos, que culmina na exigência, para o resgate, de que a família entregue a quem sequestrou o rapaz um objeto específico: um medalhão que pertenceu ao partido nazista alemão.

Considerando-se tais exemplos, não é à toa que, em inúmeros momentos da história, inclusive recentes, indivíduos de várias classes sociais se utilizaram de tal símbolo, e na maioria das vezes, não foi acidental. Assim, para confirmar o que está sendo aqui afirmado, basta um google com a palavra “sol negro” que aparecem episódios em que ele foi usado. Por sua vez, o uso do número 88 remete à expressão “*Heil Hitler*”, já que o número representa a oitava letra do alfabeto: H.

Entretanto, se algumas vezes os símbolos e as representações do nazismo passam batido e são ocultados ou mascarados nas redes, noutras, fica evidente que há descaso, negligência e falta de

noção de alguns (muitos) usuários das redes sociais. Em agosto de 2020, por exemplo, viralizou uma *trend* no TikTok chamada de “Desafio do Holocausto”. Nela, pessoas de várias partes do mundo encenavam a rotina dos campos de concentração, maquiando-se como se tivessem hematomas, alguns até com estrelas amarelas no peito, como as que os judeus usavam no referido ambiente, em cenas de teor doloroso e tão ofensivo que até representantes do museu do Holocausto, na Polônia, tiveram que se pronunciar nas redes – mais de uma vez – a respeito:

@tiktok\_us did these girls really cosplay a holocaust victim and narrative for a tik tok.. such a callous mockery of the genocide of millions of jews and other marginalized groups, i feel sick #Holocaust #tiktok #holocaustchallenge (more to follow) pic.twitter.com/ZeDeddkRQ8

– Patricia (@Mowgli\_Lincoln) August 18, 2020.

..

The “victims” trend on TikTok can be hurtful & offensive. Some videos are dangerously close or already beyond the border of trivialization of history.

But we should discuss this not to shame & attack young people whose motivation seem very diverse. It's an educational challenge. pic.twitter.com/CB4Ve2uRUK

– Auschwitz Memorial (@AuschwitzMuseum) August 26, 2020.

No primeiro excerto, denota-se uma preocupação com a organização das redes sociais, que acabam permitindo a **disseminação de discursos de ódio via impulsionamento de algoritmos que promovem o antissemitismo e o negacionismo** do holocausto. O segundo remete ao fato de que tal vídeos tratam a história como acontecimento trivial além de ser desrespeitoso com as vítimas reais. Não é à toa que o uso de aspas serve para ironizar tal banalização, já que fantasiar-se de vítima para produzir conteúdos triviais aponta para como tais sujeitos não se importam com os indivíduos que sofreram com as mazelas do holocausto. Trivialidade, portanto, perversa.

Outrossim, se pensarmos que essa banalização do sofrimento alheio é pernicioso, é preciso atentar para os efeitos na vida social de tal suavização dos discursos da violência, afinal de contas, filiam-se a esses discursos outros imaginários que apregoam que “nem foi tão violento assim” ou que “mortes não são acontecimentos tão graves”. A partir desse raciocínio, chega-se ao cenário atual, em que, de abril até outubro de 2023, foram investigadas quase 3 mil denúncias relacionadas à violência nas escolas no Brasil, por exemplo. Só para se ter ideia, em apenas seis meses, houve 400 prisões ou apreensões de menores, no âmbito das ações empreendidas no contexto da Operação Escola Segura<sup>9</sup>.

Em meio a esse cenário, o governo federal chegou a criar um canal de recebimento de informações sobre violência nas escolas e, então, só em 2023, foram registradas mais de 9 mil denúncias. Além disso, foram solicitados 917 pedidos de remoção de conteúdos virtuais em redes sociais e 412 ocorrências de dados cadastrais suspeitos. No mesmo ano, a Secretaria de Políticas Digitais do governo federal disponibilizou uma consulta aos cidadãos brasileiros sobre uma guia que orientasse pais e educadores acerca do uso de telas por crianças e jovens de forma consciente. Entre as justificativas, está a prevenção da violência escolar, de cyberbullying e exploração sexual de menores.

Nesse contexto de explicações, Michele Prado, pesquisadora do “Monitor do debate político no meio digital da USP”<sup>10</sup>, menciona o fato de que, segundo ela, estamos vivenciando uma **terceira onda da radicalização online**. Para essa estudiosa, a primeira onda de radicalização online ocorreu entre os anos 1980 e 2000, quando blogs e fóruns ligados a supremacistas brancos entraram em ascensão. A segunda onda ocorreu entre os anos 2000 e 2010, por causa do surgimento e da expansão das redes sociais.

---

<sup>9</sup> <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/desde-abril-brasil-registra-quase-3-mil-investigacoes-relacionadas-a-violencia-nas-escolas/>

<sup>10</sup> Plataforma virtual disponível em: <https://www.monitordigital.org/>

Em seguida, veio a terceira onda de radicalização on-line, que, segundo Michele [Prado], foi alimentada por uma série de novas funcionalidades trazidas pela tecnologia, como a web descentralizada, a chamada web 3.0, e a inteligência artificial, que ampliou o alcance do conteúdo extremista, em especial, aquele voltado para a radicalização política (Rocha; Zeger, 2024, s. p.).

Recentemente, sobretudo no âmbito da esfera política, pode ser mencionado que, em setembro de 2023, foi entregue, ao governo federal, o “Relatório de Recomendações para o Enfrentamento ao Discurso de ódio e ao Extremismo no Brasil”<sup>11</sup>. O documento em questão foi produzido pelo Grupo de Trabalho (GT) que o ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), Silvio Almeida, instituiu visando instaurar o debate sobre o referido tema. Entre as principais instâncias a serem enfrentadas estão atos antidemocráticos, racismo, violência nas escolas, xenofobia, homofobia, intolerância religiosa e misoginia. Ações preventivas e proteção às vítimas também entraram na pauta do dia. Em meio às ações práticas recomendadas pelo documento, chama atenção a proposta de criação de um “Fórum Permanente de Enfrentamento ao Discurso de Ódio e ao Extremismo”, visando o acompanhamento e a implementação de políticas públicas de combate a discursos de ódio no Brasil.

Outro relatório que pode ser mencionado tem por título “Conteúdos extremos nas redes sociais – as subcomunidades virtuais do Twitter”<sup>12</sup>, e foi elaborado por Beatriz Lemos, Letícia Oliveira e Tatiana Azevedo (2023). No referido relatório, é mencionado que os avanços tecnológicos e as “inúmeras funcionalidades de comunicação oferecidas pelas redes sociais, aliados ao baixo monitoramento e à falta de regulamentação, contribuem para a formação de comunidades virtuais focadas em assuntos e práticas extremamente tóxicas” (Lemos, Oliveira;

---

<sup>11</sup> Relatório disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1u9gU06ZWbZaOfqbzcatqo8yDwWTC1et/view?pli=1>

<sup>12</sup> Relatório disponível em: <https://nucleo.jor.br/content/files/2023/09/SUBCOM-relato-rio2023-FINAL.pdf>

Azevedo, 2023, p. 3). O resultado disso, para Lemos, Oliveira e Azevedo (2023, p. 3) é a existência de “métodos, objetivos, desabaços, apologias a práticas e conteúdos extremos”. As autoras demonstram, a partir de exemplos transcritos extraídos do ambiente virtual, que frequentemente meninas são xingadas violentamente, e, não poucas vezes, usuários da internet se referem a elas de forma misógina e vulgar. Além disso, a supremacia branca e xenofóbica também aparece nas comunidades analisadas.

No entanto, não é somente a difusão desses discursos de ódio que é preocupante. Em outro Relatório, lançado também em 2023 e intitulado “Ataque às escolas no Brasil: análise do fenômeno e recomendações para a ação governamental”<sup>13</sup>, é mencionado que há comunidades acessadas com frequência por menores de idade, de todo o mundo, que não encontram dificuldades expressivas com a língua, dependendo do tipo de comunidade.

Nos documentos mencionados anteriormente, as novas tecnologias estão presentes, e são associadas, portanto, às incidências de mobilização de comunidades virtuais de ódio, mobilizando sentimentos e reações diversas sobre tal cenário. Ora, se foi necessário apresentar a um governo federal mais de um relatório para conter iniciativas de ódio e de extremismo a nível nacional, é porque isso também foi um dos efeitos do governo anterior, no qual foi proeminente o “uso dos *bots* em uma tática de manutenção do poder, apoio às suas ideias e às ações governamentais e permanecem com a retaliação aos seus opositores” (Lucini; Konageski, 2021, p. 5).

O Brasil viveu uma eleição presidencial baseada no engajamento nas redes sociais em 2018, com a eleição de Jair Bolsonaro. Bolsonaro, assim como visto em 2016 na eleição norte-americana de Donald Trump, utilizou-se das redes sociais – em específico o Twitter – para disseminar suas ideias e propostas.

---

<sup>13</sup> Esse relatório foi elaborado pelo Grupo de Trabalho de Especialistas em Violência nas Escolas, liderado pelo pesquisador Daniel Cara, da Faculdade de Educação da USP. Está disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/acao-a-informacao/participacao-social/grupos-de-trabalho/prevencao-e-enfrentamento-da-violencia-nas-escolas/resultados/relatorio-ataque-escolas-brasil.pdf>

Para isso, formou um sistema de bots que disseminavam várias inverdades acerca de seus opositores, o que pode ter contribuído para sua eleição e a descredibilização dos adversários políticos. Assim como Bolsonaro, **os bots também reproduziam discursos de ódio, com facetas autoritárias**. Por meio dos bots, Bolsonaro promoveu um controle da massa. Com esse controle, promove-se a alienação, que afasta, distancia ou leva o indivíduo a uma renúncia de seus próprios valores e o faz assumir os valores de seu candidato (Lucini; Konageski, 2021, p. 6, grifo meu).

Desse modo, pode-se afirmar que a expansão do uso da internet viabilizou a participação de sujeitos –, incluindo-se aí o antigo presidente da República do Brasil, – que, para aumentar seu alcance nas redes sociais, se utilizam do Twitter, do Instagram, do TikTok, do Facebook, etc., sobretudo “para espalhar ideias e propostas, bem como as *fake news*, sobre os adversários [...] e/ou ideologias contrárias” (Lucini; Konageski, 2021, p. 17, grifo dos autores). Não é à toa que, para Rocha (2021), a retórica do ódio implica uma visão de mundo bélica, e se manifesta por meio de uma linguagem específica, articulada de modo coeso, que reafirma a existência de labirínticas teorias conspiratórias (como o negacionismo e o neonazismo, por exemplo).

Diante disso, a nível educacional, é preciso indagar: **em que condições se pode pensar a educação em um contexto de disseminação de discursos de ódio desenfreado?**

Em outro texto (Silveira, 2023a), eu havia retomado os dizeres de Foucault, para quem a educação é uma forma de apropriar e desnaturalizar discursos. Mais precisamente, o que o filósofo francês faz é afirmar que todo sistema de educação é uma “maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo”(Foucault, 1996, p. 44). Nesse sentido, é preciso reiterar a diferenciação entre conhecimento e saber. Isso porque

[...] reitera-se a diferenciação entre um conhecimento que robôs e algoritmos podem reunir, pois independem dos sujeitos que conhecem para ter existência no mundo material e digital, e a concepção de saber, que diz

respeito a uma modificação do sujeito que conhece, durante o trabalho que ele opera enquanto conhece alguma coisa (Silveira, 2023a, p. 1).

Há, portanto, uma diferença significativa entre acumular informações e adquirir saberes. Desse modo, qualquer indivíduo pode acumular informações sobre algo a partir da reiteração de discursos, quaisquer que sejam. No entanto, adquirir saber a fim de construir uma aprendizagem significativa, que se volte para a manutenção da comunidade humana, no respeito às diferenças, é algo que se torna cada vez mais urgente, ainda mais em meio a uma sociedade patriarcal excludente. Nesse cenário, o que as páginas virtuais que apregoam uma defesa do neonazismo – implícita ou explicitamente – fazem é colaborar para a manutenção de informações que excluem sujeitos e, portanto, não têm “validade” a partir da existência de rostos desiguais. Isso porque a validação dos discursos de ódio neonazistas parte do pressuposto de que todo aquele que é diferente precisa ser exterminado, a fim de que todos os rostos se tornem conhecidos e familiares e compactuem do mesmo imaginário.

Essa metáfora do rosto é interessante. Deleuze e Guattari, no terceiro volume dos *Mil platôs*, havia falado sobre o conceito de rostidade. Para o pensador francês, o “rosto Homem branco” (Deleuze; Guattari, 1996, p. 43) acredita que só devem existir pessoas como ele. Por isso, o crime do outro (negros, judeus, homossexuais, pessoas com deficiência, etc.) é não ser similar a tal rosto, o que faz com que tais autores afirmem que há zonas de frequência ou de probabilidade que delimitam “um campo que neutraliza antecipadamente as expressões e conexões rebeldes às significações conformes” (Deleuze; Guattari, 1996, p. 32).

Nesse escopo de ideias, as significações conformes são as pessoas que concordam, são os similares, são os que não estabelecem conexões rebeldes em relação ao “rosto Homem branco”. De acordo com Dias (2018), é assim que agem os sujeitos extremistas: tornam-se aquilo que o espaço de interação permite, neutralizando qualquer manifestação adversa daquilo que é

esperado. Para a antropóloga, os que duvidam são excluídos por meio do silêncio, da (re) produção de falas repetidas, da distorção, do desrespeito e da ofensa pública nas redes. Nas palavras de Deleuze e Guattari (1996), é nessa instância, em que os rostos apagam suas singularidades para se tornarem apenas um, que visam alcançar a repetição sem diferença, de uma expressão conforme, o que faz com que cada um busque se tornar a repetição do mesmo, a partir de uma realidade dominante. É nesse contexto que os rostos se distribuem em um sistema de familiaridade e de apagamento a partir de traços de rostidade que se organizam.

Nesse sentido, pode-se afirmar, sem exagero, que a função algorítmica das redes sociais fomenta e auxilia na expansão da radicalização online, inclusive entre crianças e jovens. Isso porque o conteúdo extremista pode simplesmente chegar a qualquer indivíduo, mesmo que não se procure por ele. Assim, ao sugerir similitudes relacionadas aos conteúdos que cada usuário consome na internet, as redes sociais carecem de regulação, a fim de coibir o acesso aos conteúdos prejudiciais à vida em sociedade.

Além disso, os jovens estão em fase de desenvolvimento da personalidade e se tornam alvos oportunos do radicalismo online, o que faz com que alguns cheguem a negligenciar fatos históricos, como a Segunda Guerra Mundial ou o Holocausto, como fizeram os participantes da *trend* do Holocausto no TikTok. Some-se a isso o fato de que, décadas atrás, crianças não tinham a internet como principal atividade, porque subiam em árvores, brincavam na rua, interagem com maior frequência com o meio ambiente e com o mundo fora das telas. Por conseguinte, a própria sociabilidade de muitas crianças passou a se desenvolver virtualmente. Nesse sentido, a sensação de acolhimento que tais sujeitos buscam pode ser encontrada na internet e, inclusive, servir de atração para comunidades extremistas, onde podem se sentir pertencentes a um grupo social destoante daquele universo no qual se sente deslocada (por se sentirem livres para desabafar sobre suas angústias e receios).

Diante disso, a nível educacional, com base nos relatórios apresentados ao governo federal e mencionados neste trabalho,



pode-se: fortalecer o desenvolvimento de iniciativas de educação digital (midiática e informacional), com foco no letramento midiático e o respeito à cidadania; orientar em relação a fatos que geram desinformação nas redes e problematizar a violência de boatos de internet que se manifestam por meio de ofensas a grupos sociais específicos; estabelecer políticas de moderação de conteúdos veiculados em redes sociais que firam os direitos humanos, punindo proprietários desses meios de comunicação; capacitar famílias, escolas e sociedade para o uso responsável da internet, entre outras medidas.

Desse modo, o estabelecimento da cooperação intersetorial é imprescindível, porque família, escola, universidade, governos de vários níveis precisam estar unidos em prol desse objetivo comum. Finalmente, pode-se afirmar que se trata de um fenômeno multifacetado e complexo, que não pode ser negligenciado, porque o que está em jogo é o desenvolvimento saudável dos jovens brasileiros e a construção de uma sociedade mais justa. Então, se a **educação pode modificar o sujeito que conhece, e pode ser uma forma de se apropriar e modificar discursos**, é justamente no âmbito educacional, como resultado de um esforço mais amplo, de toda a sociedade, que se pode falar em modificar discursos e transformar vivências. Sendo uma situação complexa, não se pode esquecer que “é cada vez mais necessário que haja ações e iniciativas que apontem para vários lados da mesma situação, como um machado para quebrar o oceano de gelo que há em nós<sup>14</sup>” (Silveira, 2023a, p. 12).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto trouxe considerações acerca da expansão de discursos de ódio nas redes sociais. Situando a metáfora do ovo da serpente, remete-se à necessidade de combater o mal que resulta da aproximação massiva de sujeitos na internet que veiculam tal

---

<sup>14</sup> Esse excerto faz alusão a uma carta de Kafka endereçada a Oscar Pollak, em 1904.

conteúdo. Para fins de exemplificação, foi situado o caso da trend do Holocausto, do TikTok, e a aparição de símbolos neonazistas camuflados na internet. Também se partiu da constatação de que vivemos uma terceira onda do radicalismo online que, por sua vez, está associada ao crescimento e à expansão de discursos extremistas na rede.

Finalmente, após situar brevemente três relatórios apresentados ao governo federal no mesmo ano, chega-se às considerações acerca do âmbito educacional, com menção a algumas alternativas que podem ser implementadas, bem como se conclui que se trata de um fenômeno complexo e multifacetado. Desse modo, buscou-se apresentar uma contribuição às discussões empreendidas sobre a temática bem como a reunião de informações dispersas na bibliografia especializada, com vestígios de autoria, situando-se tais considerações no âmbito de uma investigação em andamento enquanto docente e pesquisador da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS/PR).

## REFERÊNCIAS

- CASARA, Rubens R. R. **Bolsonaro**: o mito e o sintoma. São Paulo: Contracorrente, 2020.
- DELEUZE, Giles; GUATTARI, Felix. **Mil platôs**. Ano zero. Rostidade. Volume III. Rio de Janeiro: editora 34, 1996.
- DIAS, Adriana Abreu Magalhães. **Observando o ódio**: entre uma etnografia do nazismo e a biografia de David Lane. 2018. 365 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.
- DIEGUEZ, Consuelo. **O ovo da serpente**: nova direita e o bolsonarismo – seus bastidores, personagens e a chegada ao poder. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

DUARTE, Kamilla Alves. Dominação burguesa entre o velho e o novo: a ascensão da extrema-direita no Brasil. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, v. 146, n. 3, p. 1-19, 2023.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

GOODRICK-CLARKE, Nicholas. **Sol negro: cultos arianos, nazismo esotérico e políticas de identidade**. São Paulo: Madras, 2014.

ILKIU, Everton. **Sol negro**. São Paulo: Dialética, 2021.

JACQUES NETO, Carlos Oliveira. **O elogio da ignorância: ascensão da extrema-direita no Brasil após as eleições de 2018**. 2022. 134 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

LUCINI, Andreia Cristina Guimarães Cantuária; KONAGESKI, Lorenzo dos Santos. A influência dos *bots* na ascensão da extrema direita no Brasil antes e depois de 2018. **Rev. Sítio Novo**, Palmas, v. 5, n. 4, p. 5-20, out./dez. 2021.

O OVO DA SERPENTE. Direção: Ingmar Bergman. [S.I]: Dino De Laurentiis Corporation, 1977. 1 DVD (90 min).

ROCHA, João César de Castro. **Guerra Cultural e Retórica do Ódio: crônicas de um país pós-político**. Goiânia: Caminhos, 2021.

ROCHA, Melissa; ZEGER, Ludmila. “Violência fascinante”: como o ódio nas redes leva à radicalização de crianças no Brasil. **Sputnik Brasil**, s. p., 31 jan. 2024. Disponível em: <https://sputniknews.br.com.br/20240131/violencia-fascinante-como-o-odio-nas-redes-leva-a-radicalizacao-de-criancas-no-brasil-video-32719485.html>  
Acesso em: 20 jan. 2024.

SHAKESPEARE, William. **Júlio César**. São Paulo: Melhoramentos, 2000.

SILVEIRA, Éderson Luís. A educação (digital), o raciocínio analógico e o CHATGPT: sobre a ilusão da parafernália tecnológica ou como esquecemos frequentemente da distinção entre conhecimento e saber. **REDE – Revista Diálogos em Educação**, v. 4, n. 2, p 1-12, jul./dez. 2023a.

SILVEIRA, Éderson Luís. O riso (colonizador) como recurso retórico do bolsonarismo: notas sobre o papel do humor na manutenção da ordem social. In: LUIZ, Tiago Marques; FERREIRA, Nilton César; SILVA, Suellen Cordovil da (Orgs.). **O humor e suas múltiplas facetas**. Jundiaí: Paco editorial, 2022. p. 71-90.

SILVEIRA, Éderson Luís. Tessituras entre alteridade e educação: Oito abordagens contemporâneas para a educação sexual na escola e a (des) aparição das dimensões da sexualidade humana na BNCC. **Teias (Rio de Janeiro)**, v. 24, p. 98-110, 2023b.

SPONHOLZ, Liriam. O papel dos discursos de ódio (online) na ascensão da extrema direita: um aporte teórico. **Confluências**, Niterói, v. 22, n. 3, p. 220-243, dez. 2020/mar. 2021.



## CAPÍTULO 5

### O DISCURSO CONTRA A VACINAÇÃO DE CRIANÇAS NO BRASIL NA PANDEMIA DE COVID-19

Wellton da Silva de Fatima  
Jéssica Ítala Melo Leite Farias

#### PRIMEIRAS PALAVRAS

Este trabalho é um recorte de nossa pesquisa de iniciação científica, que foi desenvolvida entre os anos de 2021 e 2022 com financiamento da Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação do Instituto Federal de Alagoas. Na ocasião, analisamos, a partir da Análise do Discurso materialista (Pêcheux, 2014; Orlandi, 1987), os elementos discursivos mais recorrentes em práticas de comunicação entre sujeitos em redes sociais de internet. À época, chamou-nos atenção o modo como se estabeleciam disputas de sentido em torno da pandemia de Covid-19, que lamentavelmente foi objeto de extensas guerras de narrativas, encampadas pela direita política brasileira atual na figura do ex-presidente Jair Bolsonaro e seus aliados.

No processo de levantamento do arquivo para construção do corpus de nossa pesquisa de iniciação científica, saltou diante dos nossos olhos uma forte presença de discussões envolvendo a infância e a questão da vacinação. Embora o Brasil tenha larga experiência na vacinação segura de crianças e já tenha erradicado inúmeras doenças que acometem a humanidade nas primeiras idades, a vacinação das crianças durante a pandemia de Covid-19 encontrou uma forte reação da população, principalmente de

parte da população identificada com o *bolsonarismo*<sup>1</sup>. É esse reacionarismo que nos interessa discursivamente aqui neste artigo. Então, para este capítulo, tendo em vista o formato proposto e a extensão da nossa pesquisa na íntegra, escolhemos tratar de um aspecto específico dentro do processo de discursivização da pandemia de Covid-19 no Brasil: tratamos, pois, do discurso contra a vacinação de crianças no Brasil durante a referida pandemia, a partir da pergunta norteadora “como se constitui e em que se sustenta o discurso contra a vacinação de crianças na pandemia de Covid-19 tendo em vista o discurso político atual em redes sociais de internet”.

Para analisar essa questão, reunimos três notícias de jornal publicadas na versão digital do portal *Uol Notícias* e veiculadas nas redes sociais de internet, notadamente no *Facebook*. Interessa-nos, aqui, não a notícia em si, mas aquilo que a notícia motiva as pessoas a dizerem. Dito de outro modo, diante das notícias, dadas as possibilidades da interface do *Facebook*, o sujeito comenta, textualizando o seu gesto de interpretação diante daquilo que ele lê. Eis, portanto, nosso objeto nesta pesquisa: comentários de sujeitos em relação a notícias sobre a questão da vacinação de crianças dadas as polêmicas relativas às posições do governo da época.

Assim, nosso capítulo está dividido da seguinte forma. Além desta introdução, a seguir, situamos brevemente nosso aparato teórico e metodológico para produção desta análise; posteriormente, analisamos comentários das três notícias para compreender seu funcionamento discursivo, dadas as condições de produção em que se formulam; por último, fizemos, ainda, algumas considerações finais.

---

<sup>1</sup> Podemos definir o bolsonarismo como o movimento político de direita e de extrema direita que ganhou força na última década no Brasil, principalmente em torno da figura de Jair Bolsonaro. Esse movimento, que se caracteriza pelo conservadorismo moral e pelo liberalismo econômico, ficou conhecido por buscar implementar guerras narrativas, sobretudo em redes sociais de internet, com o objetivo de se legitimar diante da população em face a outras narrativas estabelecidas e legitimadas socialmente, como a ciência, por exemplo.

## PRINCÍPIOS TEÓRICOS E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

Compreendendo, a partir de Michel Pêcheux (2014a; 2014b), o discurso como efeitos de sentido entre posições de sujeito, a Análise do Discurso materialista é a base teórica e metodológica que possibilitou a produção desta pesquisa. Isso porque a Análise do Discurso considera que o sentido é produzido a partir de determinações sócio-históricas dos processos de significação, o que nos permite reconhecer o funcionamento da ideologia na determinação do sujeito em suas práticas discursivas.

A Análise do Discurso é constituída a partir de um tripé disciplinar entre a linguística, o materialismo histórico e dialético e a psicanálise. Com a primeira, buscamos compreender os processos enunciativos por meio da língua e as formas sintáticas de encaixe tendo em vista a formulação dos sentidos em face à sua constituição e à sua circulação; com o segundo, buscamos explicar o funcionamento das formações sociais, em suas subdivisões, tendo em vista os processos ideológicos que as (re)organizam, dado o funcionamento da ideologia; e com a última, consideramos o sujeito enquanto sujeito de linguagem, afetado pelo inconsciente, um sujeito que não é, portanto, controlador dos sentidos, mas que, de outro modo, nos sentidos se inscreve para se sujeitar ou para resistir. Para a Análise do Discurso, os sentidos podem se deslocar ou se resignificar conforme a condição sócio-histórica-ideológica em que ele circula, a depender das condições de produção. Diante disso, é possível afirmar que “o sentido é assim uma relação determinada do sujeito — afetado pela língua — com a história”. (Orlandi, 2012, p. 47). Quando o sujeito diz, ele se constitui pelo funcionamento da ideologia e pelo inconsciente simultaneamente sem se dar conta desses processos. Orlandi (2013), a respeito do sujeito e da ideologia, afirma que é preciso

[...] começar por dizer que a ideologia faz parte, ou melhor, é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos. O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer. Partindo da afirmação de que ideologia e o inconsciente são estruturas-funcionamento, M.



Pêcheux diz que sua característica comum é a de dissimular sua existência no interior de seu próprio funcionamento, produzindo um tecido de evidências “subjetivas”, entendendo-se “subjetivas” não como “que afetam o sujeito mas, mais fortemente, como “nas quais se constitui o sujeito”. (Orlandi, 2013, p. 46).

Desse modo, ao lançar nosso olhar para os comentários, compreendemos que eles foram produzidos por sujeitos afetados pela ideologia em suas posições. Entendemos, ainda, que ao funcionar, a ideologia dissimula para os próprios sujeitos sua existência, dando a eles a ilusão de que aquilo que dizem é evidente, são “verdades”, e que não é possível compreender as coisas de outra forma. O sujeito acredita, a partir de sua posição, estar em neutralidade diante dos fatos de linguagem, interpretando-os livremente, conforme sua vontade.

A partir de um ponto de vista teórico e analítico, no entanto, a Análise do Discurso é enfática em afirmar que o discurso não é neutro: a linguagem produz sentidos e é lugar de debates e embates de posições, espaço mesmo de inscrição de um processo ideológico, pois se trata de uma prática social, uma inscrição do sujeito no e para o mundo. Para Orlandi (2013, p. 15) “o discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando”. A esse respeito, Orlandi (1994) acrescenta que

Necessariamente determinado por sua exterioridade, todo discurso remete a outro discurso, presente nele por sua ausência necessária. Há o primado do interdiscurso (o dizível, a memória do dizer) de tal modo que os sentidos são sempre referidos a outros e daí que tiram sua identidade, sua realidade significativa. A interpretação é sempre regida por condições de produção específicas que, no entanto, aparecem como universais, eternas. (Orlandi, 1994, p. 56)

Assim, para a Análise do Discurso, um dizer está sempre na relação com outros dizeres, sobretudo no discurso político que, como define Orlandi (1987), é uma tipologia polêmica em sua essência já que, por seu próprio funcionamento, coloca os referentes em disputa a partir de ao menos duas posições já

explicitadas pela historicidade que constitui essa discursividade. Portanto, ainda que o sujeito acredite estar em posição de neutralidade e que acredite estar enunciando a “verdade” ao tomar a palavra, ele reconhece a existência do outro na interpretação dos fatos políticos, daí a clássica divisão interpretativa entre esquerda e direita políticas.

Em termos teóricos, ao trabalhar na perspectiva discursiva, consideramos o funcionamento do interdiscurso, conceito fundamental para a compreensão do modo como a memória produz efeitos nos processos de significação. O interdiscurso é o todo possível do dizer, é o que possibilita a relação de um discurso com outros discursos, afinal não existe um único discurso: o que é dito hoje é uma retomada de sentidos pré-existentes, constituídos alhures. Para isso, é preciso considerar as condições de produção em que o discurso se produz. O conceito de condições de produção, intrinsecamente ligado ao conceito de interdiscurso, segundo Orlandi (2013), deve ser considerado a partir de dois movimentos: o restrito, aqui, agora; e o contexto mais amplo, aquele que remete à dimensão sócio-histórica e ideológica da produção dos sentidos. A autora alerta, no entanto, que as condições de produção não podem ser pensadas separadamente, já que ambas as faces desse conceito funcionam de maneira interligada.

Finalmente, tendo em vista essa relação que se dá entre dizeres na instância do interdiscurso e o recorte que é feito pelo sujeito quando ele formula seu dizer, tem-se a possibilidade de uma palavra significar pela outra, de o sentido de um enunciado se fazer presente em outro, etc. pela relação mesma de um discurso com o outro. Trata-se do conceito de efeito metafórico, por meio do qual podemos descrever como um sentido alhures pode se fazer presente em um enunciado e vice e versa.

Com esses conceitos - sujeito, ideologia, interdiscurso, condições de produção e efeito metafórico -, construímos nosso dispositivo analítico para compreender o funcionamento, no interior do discurso político, do discurso contra a vacinação de crianças durante a pandemia de Covid-19 no Brasil. Incidimos,

pois, esse dispositivo conceitual nos enunciados formulados pelos sujeitos internautas, para produzir uma descrição e uma interpretação dos sentidos ali formulados.

Para construir nosso *corpus*, foi necessário fazer algumas escolhas metodológicas. Como dissemos, reunimos um arquivo textual para construção de nossa pesquisa de iniciação científica e, ao fazê-lo, estávamos já afetados por alguns direcionamentos. A saber: (1) nosso corpus foi constituído por enunciados produzidos em redes sociais de internet, dentre as quais escolhemos o *Facebook*, dada a sua relevância na sociedade brasileira - o *Facebook* é, hoje ainda, a maior rede social do país em número de perfis, o que a aproxima de uma representação média dos brasileiros, já que não se trata apenas de uma rede social “da moda”, onde se concentrariam mais fortemente apenas a população mais jovem; (2) feita essa escolha metodológica, monitoramos diversas páginas de sites de notícias no *Facebook* - G1, O Globo, R7, entre outros -, em busca de encontrar um terreno fértil para nossas ambições analíticas, logo decidimos por recortar nossa busca pela página do portal *Uol Notícias*, dados os limites e as pretensões de nossa pesquisa; paralelamente a isso, dadas as condições de produção imediatas da época, buscamos um assunto que tivesse sendo vastamente explorado pela mídia e pela população, foi assim que chegamos ao discurso contra a pandemia de Covid-19 no Brasil; (3) dentre as notícias sobre a pandemia, algumas foram recebidas nas redes sociais de maneira mais polêmica e algumas de maneira mais pacífica, evidentemente, as notícias recebidas com mais polêmica - devido à quantidade de interações como curtidas, reações de riso, de raiva, etc., comentários e compartilhamentos - é que nos interessaram; (4) diante desses critérios, reunimos, para a pesquisa de iniciação científica, um total de 8 notícias cujos comentários foram analisados; (5) escolhidas as notícias, monitoramos a produção de comentários feitos em relações a elas no *Facebook*; concomitantemente a esse monitoramento, recortamos alguns

comentários, a partir de um critério qualitativo<sup>2</sup>, afinal buscávamos comentários contrários à vacinação (e, de algum modo, negacionistas em relação à pandemia), para compreender seu modo de estruturação e seu funcionamento discursivo; (6) para este artigo, produzimos um novo recorte nas notícias - e consequentemente nos comentários -, para delimitar um corpus que permitisse refletir especificamente sobre o discurso contra a vacinação de crianças, que foi um dos elementos que chamou nossa atenção dentro do corpus da pesquisa de iniciação científica.

Assim, tendo em vista o funcionamento do discurso político - sem perder de vista o fato de que, aqui, flagramos, mais especificamente, o discurso jornalístico político (Mariani, 1996) -, procedemos à descrição e à interpretação desses comentários, tendo em vista as condições de produção em que se formulam e a posição-sujeito que as enunciam. Consideramos, a partir de nosso dispositivo analítico, o modo como a ideologia funciona na produção dos sentidos, tendo em vista o recorte que se faz do interdiscurso, na dinâmica posta pelo modo de estruturação do discurso político.

A seguir, em nosso gesto de análise, ficará demonstrado o modo como esse dispositivo analítico - bem como os princípios teóricos que assumimos - foram mobilizados.

---

<sup>2</sup> O critério de seleção dos comentários que efetivamente constituem nosso corpus de análise foi sendo construído à medida que fomos avançando nas reflexões sobre a pesquisa. Quando ficou clara nossa pergunta de pesquisa, ficaram claros quais os comentários que melhor ajudariam a compreender o processo discursivo que buscamos descrever e interpretar. Assim, em um primeiro momento, nossa pergunta norteadora era “como se mostra o discurso político atual nas redes sociais de internet”, logo, com o avanço da pesquisa, ajustamos a questão para “como se produzem sentidos para a pandemia de Covid-19 no interior do discurso político em redes sociais de internet” e, agora, para este artigo, nossa questão é “como se constitui e em que se sustenta o discurso contra a vacinação de crianças na pandemia de Covid-19 no discurso político atual em redes sociais de internet”.

## O DISCURSO CONTRA A VACINAÇÃO DE CRIANÇAS DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

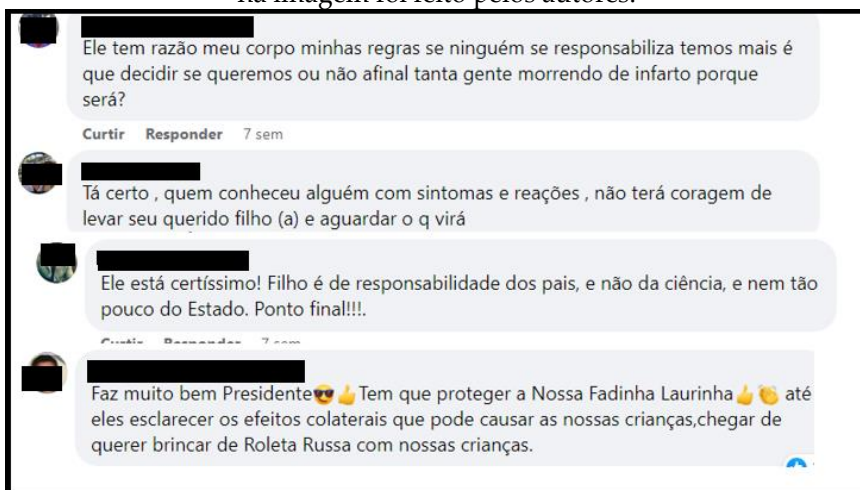
Iniciemos nosso gesto de análise observando as imagens 1 e 2. Na imagem 1, temos uma reprodução de uma notícia do portal *UOL Notícias* no *Facebook* e, na imagem 2, temos alguns comentários agrupados, reunidos conforme critérios anteriormente explicitados, todos feitos em relação à notícia da imagem 1. Vejamos:

Imagem 1. printscreen de postagem de notícia na página do UOL Notícias no Facebook.



Fonte: <https://www.facebook.com/UOLNoticias> último acesso em 06/12/2023 às 13:30h

Imagem 2. Agrupamento de printscreens de comentários de internautas feitos na notícia referente à imagem 1. O agrupamento de comentários na imagem foi feito pelos autores.



Fonte: <https://www.facebook.com/UOLNoticias> último acesso em 06/12/2023 às 13:31h

Iniciamos nosso gesto de análise pela notícia demonstrada na imagem 1, que se refere à recusa de Bolsonaro a vacinar sua própria filha contra a Covid-19. A notícia ressalta, ainda, que o à época presidente da república ele mesmo dizia não ter sido vacinado<sup>3</sup>. Notemos, então, que há ao menos duas afirmações veiculadas na notícia<sup>4</sup> (1) Bolsonaro diz que não se vacinou e (2) Bolsonaro diz que não vai vacinar sua filha. Essas duas afirmações possibilitam as conclusões “há risco em se tomar a vacina” e “as vacinas não são/seriam seguras”, que faremos trabalhar analiticamente como enunciados implícitos no processo discursivo.

<sup>3</sup> O que ficou demonstrado ser uma mentira quando o sigilo que ele mesmo decretou sobre seu cartão de vacinação foi quebrado pelo novo governo. A mídia repercutiu o caso [https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2023/02/17/interna\\_politica,1459042/bolsonaro-foi-vacinado-contra-covid-19-em-julho-de-2021.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2023/02/17/interna_politica,1459042/bolsonaro-foi-vacinado-contra-covid-19-em-julho-de-2021.shtml) último acesso em 06/12/2023 às 13:31h

<sup>4</sup> Evidentemente as duas que nos interessam analiticamente.

Neste momento, a questão da vacinação contra a pandemia de Covid-19 no Brasil já havia sido epicentro de muitas polêmicas, mas a vacinação dos adultos, pela força das instituições brasileiras, já estava ao menos pacificada. Isso não quer dizer que a vacinação dos adultos não era ainda naquele momento alvo de guerras narrativas - aliás, ainda circulavam fortemente notícias falsas associando a vacinação com efeitos colaterais, algo que até o momento não tem nenhuma evidência científica -, mas, ao menos, a vacinação de adultos, naquela altura, já tinha adesão de percentual maciço da população brasileira. De outra forma, a vacinação das crianças era fato novo e foi mobilizada politicamente como estratégia de legitimação do governo da época diante da opinião pública.

Gostaríamos de destacar que as afirmações do então presidente da república, veiculadas pelo jornalismo político, atualizam o enunciado “as vacinas não são/seriam seguras”. Esse enunciado circulou de maneira dispersa, por diferentes materialidades e gestos, principalmente formulados por Bolsonaro e pelo bolsonarismo durante a pandemia de Covid-19. Salientamos que, conforme foi amplamente divulgado, a vacina contra o coronavírus causador da pandemia de Covid-19 seguiu rigorosamente os trâmites legais e científicos, inclusive com reconhecimento de agências internacionais de saúde, para que sua aprovação fosse efetivada. Ainda assim, a direita política decidiu assumir a posição de que “a vacina não é/seria segura”, produzindo assim um fato político que dividiu a população brasileira, agenciando o medo diante do desconhecido - a pandemia e seus efeitos.

Os comentários são, para nós, produtivos analiticamente, pois eles nos permitem ir além das pretensões e intenções do bolsonarismo ao colocar um dizer em circulação. Eles nos permitem perceber como os enunciados implícitos “há risco em se tomar a vacina” e “as vacinas não são/seriam seguras” foram interpretados e se houve identificação de parte da população com a posição ideológica presente nesses enunciados.

A partir dos comentários desta primeira notícia, percebemos atravessamentos de outras discursividades, por vezes mobilizadas ironicamente, como o enunciado “meu corpo minhas regras”, advindo do discurso feminista e da ideia de que as mulheres são donas de seus próprios corpos - e de que esse corpo não pertence aos homens ou à sociedade -, mas que é utilizado aqui para um outro processo de identificação que, não raro, se antagoniza com os ideias feministas. Gostaríamos, por enquanto, de chamar atenção para um atravessamento - e, ao mesmo tempo, uma atualização - do discurso sobre a infância. Esse atravessamento se dá pelo modo como as discursividades estão em relação na região do interdiscurso, a memória do dizer, e pelo modo como os sentidos se formulam, fazendo presentes determinadas posições ideológicas e não outras. Sintagmas como “seu querido filho” e “proteger a nossa Fadinha Laurinha” retomam e atualizam o enunciado “as crianças precisam de proteção”, mas, nesse caso, em uma injunção com o enunciado “as crianças estão em perigo”. As formas desse “perigo”, que faz com que as crianças precisem de uma proteção, formulam-se nos recortes a seguir:

1 *“ninguém se responsabiliza temos mais é que decidir”*

2 *“tem gente morrendo de infarto”*

3 *“Filho é responsabilidade dos pais, e não da ciência, e nem tão pouco do Estado”*

4 *“até eles esclarecer os efeitos colaterais que pode causar as nossas crianças”*

5 *“chegar de querer brincar de Roleta Russa com nossas crianças”*

Os cinco enunciados acima, recortados e deslinearizados dos comentários feitos em relação à notícia, permitem-nos fazer dois movimentos analíticos. O primeiro é caracterizar melhor “qual ou quem” é o perigo que supostamente assolaria as crianças. O segundo é perceber metaforizados sentidos que circularam dispersamente nas redes sociais bolsonaristas, muitas das vezes fora dos canais oficiais, mas que constituíram muito fortemente a legitimação desse grupo político junto à opinião pública. Esses recortes permitem compreender que os sujeitos enunciadores



desses dizeres foram afetados por sentidos que os direcionaram a acreditar que:

*1.1) Os órgãos e instituições competentes não se responsabilizaram pelo processo de certificação, de validação e de segurança da vacina, o que provocaria os brasileiros a decidirem agir por si próprios;*

*2.1) Houve de fato casos de infarto relacionados à vacinação e é de conhecimento de todos que eles realmente aconteceram, o que coloca em suspeição as instituições que não reconhecem tais casos;*

*3.1) A saúde das crianças brasileiras é responsabilidade exclusiva dos pais, embora o Estado e a ciência estejam querendo intervir nessa relação;*

*4.1) Os órgãos e instituições competentes não esclareceram os efeitos colaterais possíveis para as crianças;*

*5.1) Os órgãos e instituições competentes estiveram e estão submetendo às crianças a uma situação em que, necessariamente, haverá consequentes mortes.*

Todos essas crenças, veiculadas pelos enunciados dos comentários, possibilitam demonstrar a eficácia obtida por uma narrativa paralela, conspiracionista e anti-ciência que concorreu contra os discursos historicamente legitimados - a ciência, o jornalismo, as leis - , produzindo uma ruptura política em torno da vacinação das crianças. Observemos que nenhuma das crenças, até a presente data, encontrou legitimação em discursos oficialmente reconhecidos como autoridades competentes na questão da saúde e, mais especificamente, da vacinação, o que nos permite qualificá-las como mentiras<sup>5</sup>.

A partir da análise da próxima notícia e dos comentários feitos em relação a ela, daremos sequência ao desenvolvimento das nossas questões.

---

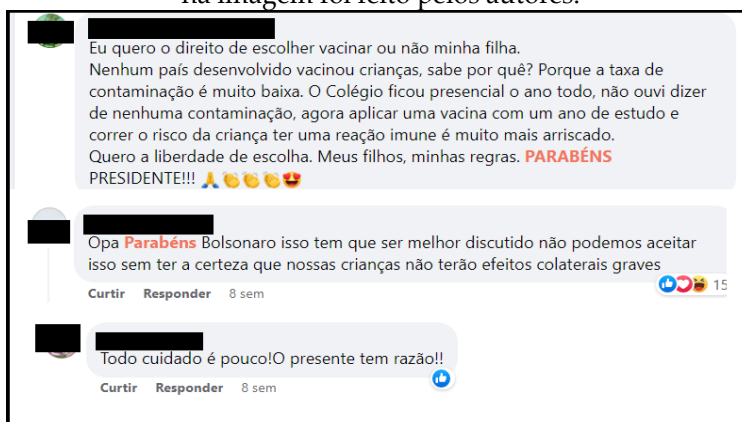
<sup>5</sup>Se, por um lado, é verdade que novas descobertas científicas podem aparecer nos próximos anos apontando efeitos colaterais relacionados à vacinação a partir do desenvolvimento de novos instrumentos científicos e/ou novas abordagens validades por parâmetros objetivos, por outro, afirmar agora, sem qualquer evidência, que efetivamente há efeitos colaterais relacionados à vacina é uma atitude mentirosa, irresponsável e criminoso.

Imagem 3. printscreen de postagem de notícia na página do UOL Notícias no Facebook.



Fonte: <https://www.facebook.com/UOLNoticias> último acesso em 13/12/2023 às 10:26h

Imagem 4. Agrupamento de printscreens de comentários de internautas feitos na notícia referente à imagem 3. O agrupamento de comentários na imagem foi feito pelos autores.



Fonte: <https://www.facebook.com/UOLNoticias> último acesso em 13/12/2023 às 13:16h

A notícia da imagem 3 é uma continuação do fio discursivo que começa a tomar forma na imagem 1. Notemos, que todas essas notícias foram veiculadas em um curto período de tempo, o que nos permite considerá-las como partes de um mesmo processo polêmico. Trata-se, nesta notícia, da reação de um especialista em sanitarismo, aspecto importante da saúde pública, diante da postura do então presidente da república com relação à vacinação das crianças.

Ao voltar nosso olhar para os comentários, novamente observamos, a partir de um atravessamento, um parodiamento do discurso feminista a partir do enunciado “meus filhos, minhas regras” que parafraseia “meu corpo, minhas regras”. A insistência em parodiar e retomar ironicamente o discurso feminista não se dá aleatoriamente no discurso contra a vacinação de crianças. No interior desse grupo político, circula muito fortemente a ideia de que “feministas são contra crianças”, ideia que se justificaria pelas discussões da pauta da legalização do aborto e pela problematização da posição de “mãe” na sociedade brasileira, promovidas por esse movimento social. Em outra perspectiva, o feminismo, ao pautar a equidade entre gêneros e a liberdade sexual e de comportamento de mulheres, é significado como um movimento de esquerda. Tendo em vista as condições de produção que propiciaram a ascensão da direita política ao poder no Brasil nos últimos anos, temos um forte processo de atualização do sentido de “esquerda” como um “inimigo”. Por efeito metafórico, ironizar um discurso feminista significa ironizar a esquerda, fortalecer a direita e proteger as crianças. Assim, ao satirizar um enunciado reconhecidamente feminista, o sujeito identificado com o discurso político de direita acredita estar defendendo as crianças.

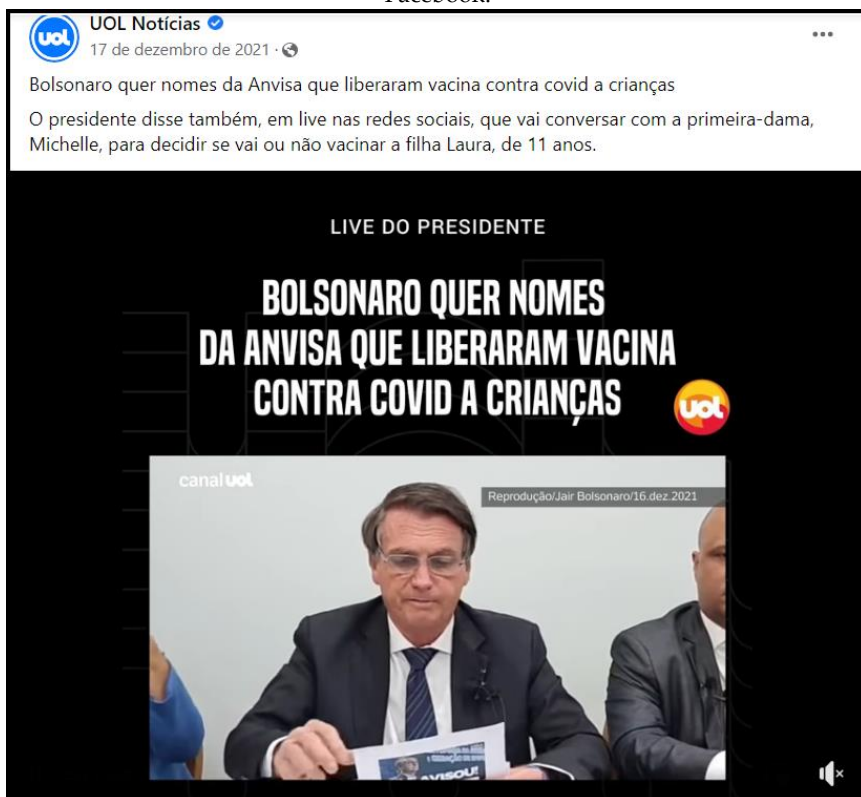
Para além do antagonismo político entre direita e esquerda que sub-repticiamente se inscreve nesse processo discursivo e subjaz o discurso contra a vacinação de crianças, há nessa sequência de comentários uma retomada da noção de liberdade no enunciado “Quero a liberdade de escolha”. A partir desse enunciado e da posição ideológica que ele faz presente, temos um

processo de significação bastante específico e atrelado à discursividade da direita política atual no Brasil. Diferentemente das noções de “liberdade” da Revolução Francesa, a liberdade como valor social constitutivo, ou dos movimentos sociais por igualdade de gênero e de sexualidade que pautam, por exemplo, a liberdade “se casar com quem quiser”, no interior do atual discurso político de direita no Brasil, a “liberdade” significa rejeitar a “intervenção do Estado”. Trata-se aqui de um forte atravessamento de um discurso econômico que constitui a base de outras subdivisões, que se instauraram pelo funcionamento ideológico. Assim, o sujeito, a partir de sua posição, reclama pela sua “liberdade de escolher”, mesmo que a questão da vacinação seja uma questão coletiva, de saúde pública, atrelada à noção de bem comum e vida em sociedade.

Além disso, esse agrupamento de comentários permite também demonstrar como os sujeitos internautas, a partir de suas posições, interpretam e compreendem a questão da vacinação contra a Covid-19 e permite demonstrar também o modo como esses sujeitos foram afetados por informações falsas, genéricas e/ou distorcidas. A partir do enunciado “Nenhum país desenvolvido vacinou as crianças”, assim como em outros da imagem 2, temos uma afirmação categórica, feita pelo sujeito em sua posição, que permite perceber como informações falsas que circularam em redes bolsonaristas vem afrontar os discursos institucionais, os dados legitimados e reconhecidos por instituições como a mídia e as agências de controle sanitário.

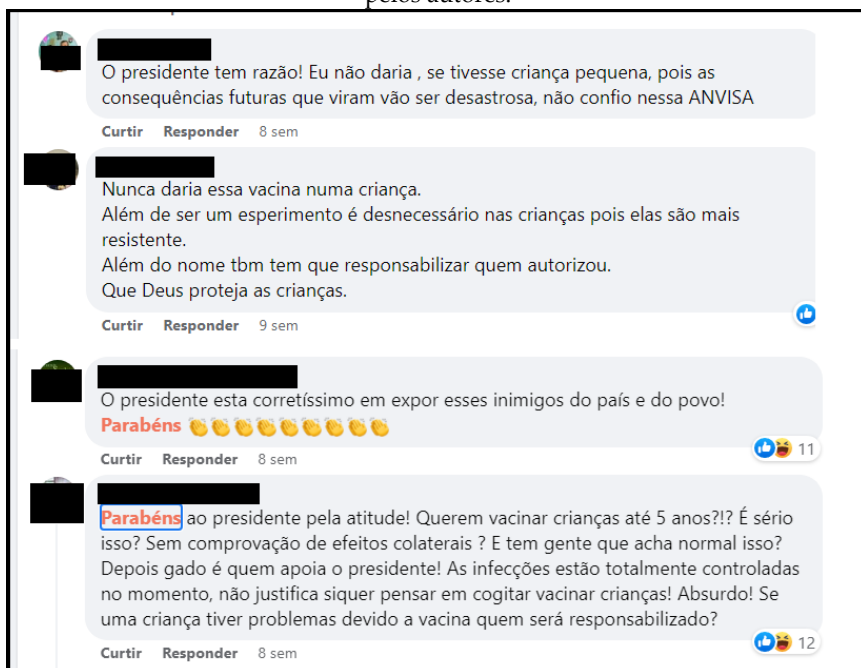
A seguir, na análise das últimas imagens, fazemos mais algumas considerações.

Imagem 5. printscreen de postagem de notícia na página do UOL Notícias no Facebook.



Fonte: <https://www.facebook.com/UOLNoticias> último acesso em 13/12/2023 às 13:26h

Imagem 6. Agrupamento de printscreens de comentários de internautas feitos na notícia referente à imagem 5. O agrupamento de comentários na imagem foi feito pelos autores.



Fonte: <https://www.facebook.com/UOLNoticias> último acesso em 13/12/2023 às 14:10h

Na imagem 5, temos mais um desdobramento do fio discursivo que começa a tomar forma na notícia da imagem 1 e que prossegue na notícia da imagem 3. Consideramos, como dissemos, esses agrupamentos de mensagens como parte de uma mesma polêmica, notadamente, a da liberação da vacina contra Covid-19 para crianças. Optamos, metodologicamente, por não abordá-las cronologicamente, mas na linearidade do funcionamento do processo discursivo, no modo como o compreendemos.

A notícia traz a informação de que Bolsonaro afirma querer saber os nomes dos especialistas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária brasileira, a ANVISA, que atuaram na liberação da vacina para crianças. Há uma diferença importante nesta notícia em relação aos acontecimentos narrativizados nas outras duas. Na

primeira, temos uma espécie de argumentação pelo exemplo de si próprio, já que Bolsonaro afirma não ter se vacinado e que não vacinaria sua filha. Na segunda, temos uma crítica a Bolsonaro e ao seu então ministro da saúde, em uma espécie de contra-argumentação à postura do governo da época. Nesta terceira notícia, a partir de uma ameaça explícita de perseguição e possível punição, entra no jogo discursivo um outro elemento que condensa uma rede de enunciados que sustentam a legitimidade dessa perseguição. Notemos que, na lógica interna que se estabelece nessa discursividade, se os funcionários da ANVISA serão perseguidos - não por qualquer pessoa, mas pelo presidente da república - e possivelmente punidos é porque o que eles fizeram foi não somente “errado”, mas “potencialmente criminoso” e, por isso, “passível de perseguição e punição”.

No batimento metodológico que fazemos entre a informação noticiada e a interpretação que os sujeitos em suas posições formulam ao comentar a notícia na rede social, percebemos que, a despeito da irrazoabilidade de declarar querer perseguir funcionários públicos por fazerem seu trabalho, há sujeitos plenamente identificados com os sentidos postos em circulação pelo bolsonarismo. Para a Análise do Discurso, um processo de identificação não se dá de uma hora para a outra. A identificação é resultado de um processo, no qual se produzem os sujeitos em suas posições. Para ocupar sua posição, o sujeito está sob o funcionamento da ideologia, que é o mecanismo que permite acionar o interdiscurso, dadas as condições de produção, de uma forma e não de outra.

Assim, quando nos deparamos com enunciados do tipo “o presidente tem razão”, “o presidente está corretíssimo” e “parabéns ao presidente pela atitude”, compreendemos que esse sujeito enuncia de uma posição ideológica historicamente produzida em alinhamento com a deslegitimação da ciência. Ao considerarmos o discurso político, observamos uma forte injunção do discurso de direita com os sentidos da anticência. Enunciados como “não confio nessa ANVISA” e “inimigos do país e do povo”

permitem compreender o modo como essa injunção se dá. A despeito de a ANVISA ser uma instituição de reputação nacional e internacional, no discurso bolsonarista ela perde a confiança e seus agentes são qualificados como inimigos da nação.

Ainda em se tratando do discurso político de direita, é preciso salientar que duas de suas principais bases de sustentação são o medo e mentira. Sem esses dois elementos, aparentemente, o discurso de direita não consegue se impor no debate público. No caso da vacinação contra a Covid-19 no Brasil, a direita política mobilizou o medo a partir da desinformação para se legitimar diante do seu eleitorado, tentando pautar o debate da pandemia de acordo com seus direcionamentos políticos e econômicos.

Esses comentários, da imagem 6, também permitem observar elementos que já ressaltamos nas análises dos comentários anteriores. Novamente, afirmações que não tem nenhum encontro com a realidade são feitas por esses sujeitos, o que demonstra que uma forte rede de desinformação e mentiras sobre a vacinação circulou e ainda circula, promovendo, a partir do medo da população diante do desconhecido, informações falsas, parciais e/ou distorcidas.

Por fim, retomamos aqui os enunciados implícitos “há risco em se tomar a vacina” e “as vacinas não são/seriam seguras” que propusemos ao analisar a primeira imagem. Notemos que esse enunciado está paradoxalmente dito sem precisar ser dito. Isto é, trata-se de um sentido posto em circulação pela dispersão, por posturas, gestos, insinuações que, embora ditas oficialmente, vão ao encontro de informações falsas que circularam nos canais de desinformação da direita nas redes sociais de internet e de crenças historicamente cultivadas no seio da sociedade brasileira, como a anticiência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, a partir da análise pontual de alguns notícias e comentários atrelados à ela na página *Uol Notícias* no *Facebook*, buscamos responder “como se constitui e em que se sustenta o



discurso contra a vacinação de crianças na pandemia de Covid-19 tendo em vista o discurso político atual em redes sociais de internet". Vimos que o discurso contra a vacinação de crianças contra a Covid-19 se constitui em atravessamento e no bojo da identificação ideológica com o discurso de direita política. A descrença na ciência, a aposta na desinformação, a aversão ao feminismo, a ideia de que as crianças estão em perigo e uma noção específica de liberdade intrincada com uma perspectiva político-econômica foram alguns dos elementos presentes no discurso contra a vacinação das crianças, ao mesmo tempo constituindo-o e sustentando-o.

Vimos, também, que o discurso contra a vacinação de crianças contra a Covid-19 no Brasil, assim como, mais amplamente, o próprio discurso político de direita atualmente, tem no medo diante do desconhecido um forte aliado. Associado à desinformação sistemática, o medo é acionado como uma memória, em injunção com práticas ideológicas que há muito tempo estão em funcionamento na sociedade brasileira, como o desdém diante da ciência.

Salientamos, ainda, o papel importante exercido pela posição do à época presidente como legitimador de discursos (se o presidente diz e faz, então é verdade). No momento em que o presidente da república, uma posição legitimada historicamente, insinua que as vacinas não são seguras, esse gesto permite o reagrupamento e a validação de dizeres que circularam dispersamente a partir de informações falsas. Ainda que sua posição tenha sido somente insinuada, o que dizem os sujeitos a respeito daquilo que ele insinua permite que resgatemos uma rede de enunciados que sustenta esse processo de identificação.

Por fim, afirmamos o caráter provisório e situado das informações aqui feitas, pois compreendemos que outro corpus, constituído a partir de outro arquivo, poderia nos possibilitar outras compreensões. Acenamos, assim, para a necessidade de descrever e interpretar o discurso político de direita no Brasil, por entender que, em última instância, trata-se de um discurso cujos limites éticos foram, em muito, deixados para trás.

## REFERÊNCIAS

- Mariani, Bethania. **O comunismo imaginário**: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922 -1989). 1996. 256 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. 1996
- Orlandi, Eni P. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 2 ed. Campinas/SP: Pontes Editores, 1987.
- Orlandi, Eni P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas/SP: Pontes Editores, 2013
- Orlandi, Eni P. **Discurso, imaginário social e conhecimento**. Revista Em Aberto, Brasília, ano 14, n. 61, jan./mar. 1994.
- Pêcheux, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Org.). **Por uma análise automática do discurso**: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, 2014a. p. 59-158.
- Pêcheux, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014b



## CAPÍTULO 6

### O MEIO MATERIAL IMPRENSA NA RELAÇÃO COM A MATERIALIDADE E A FORMA MATERIAL

Vinícius Brito

#### INTRODUÇÃO

Imagem 1. “Se vende”



Fonte: Carmela Gross (2008). Disponível em:  
<https://carmelagross.com/portfolio/se-vende-2008/>

“Vende-se” ou “se vende” é uma formulação que habita a cidade “do nosso tempo”, seja nos anúncios imobiliários colados aos edifícios no espaço urbano, seja nos moldes formulaicos dos classificados de imóveis na imprensa. Porém, o que captura, registra, recorta a imagem que abre este texto é a construção linguística “se vende” enquanto instalação artística na relação significativa com a narratividade urbana, desestabilizando sentidos e produzindo outras miragens para a cidade, na composição com os cones de

trânsito; o muro cinza; os fios elétricos; o trem com a logomarca distintiva da CPTM, a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos; os telhados das fábricas; a copa das árvores; a caixa d'água; as antenas televisivas; e as paredes divisórias dos altos prédios.

A obra da artista brasileira Carmela Gross, cuja concepção pode ser observada em “Se vende projeto para o Matadero Madrid”, de 2008, exposta na Pinacoteca de São Paulo, atravessa a narratividade urbana e, a partir desse acontecimento discursivo na cena da cidade, provoca deslocamentos: se no percurso cotidiano o sujeito se depara com anúncios de “vende-se” nos imóveis, com a instalação artística “Se vende”, o sujeito deixa de encarar a venda de uma propriedade específica e passa a se defrontar com a venda hipotética da cidade mesma. Em outras palavras, a obra de Gross intervém no espaço urbano enquanto sítio de significação (ORLANDI, 2004), questionando o que é propriedade privada e, principalmente, colocando em dúvida como esse direito assegurado pela Constituição Federal pode deslizar para uma certa privatização do solo urbano, na condição de tudo-vender — significando a relação entre moradia e investimento imobiliário, por exemplo — na formação econômica e social brasileira. A Constituição Federal (1988, n.p., grifos meus) estabelece no âmbito dos direitos individuais e coletivos que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”, acrescentando que “a propriedade atenderá a sua função social”.

“Se vende” produz efeitos de sentido na relação com a materialidade discursiva, poetizando o espaço urbano e espacializando os sentidos de propriedade, qualidade própria daquilo que é negociável, que pode pertencer a um comprador. Ao ressignificar o anúncio imobiliário, texto investido de memória pela historicidade e pelo gesto cotidiano de leitura do sujeito na cidade, a artista também desloca, com a materialidade específica da instalação artística, os sentidos estabilizados de cidade, na divisão

(funcionamento do político no discurso) entre privado e público, ou na divisão entre casa e rua, uma vez que o “Se vende”, instalado na cena urbana, coloca à venda não um imóvel, mas anunciando que o que se pretende vender (a quem possa se interessar pela compra) é a própria cidade.

Diante dessas questões, que colocam como centrais o fato de linguagem, busco situar aqui, ligeiramente, as noções de materialidade discursiva, forma material e meio material, uma rede nocional fundante e fundamental para a Análise do Discurso e, mais precisamente, para uma análise do discurso que circula na imprensa, por atribuir à imprensa uma materialidade, e não apenas uma condição de suporte das informações.

## **MATERIALIDADE, FORMA E MEIO MATERIAL**

A noção de materialidade discursiva é teorizada por Michel Pêcheux e Catherine Fuchs em “A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas”, um dos textos fundadores da Análise do Discurso, sob o projeto da Análise Automática do Discurso. Como escreve Françoise Gadet (1997), esse texto, entre outros reunidos na obra “Por uma Análise Automática do Discurso: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux”, traça uma história, eu diria um percurso, da Análise do Discurso. No artigo, Pêcheux e Fuchs (1997, p. 172) se questionam sobre a relação que existe entre os processos discursivos e a língua, a propósito da análise do discurso. “A perspectiva de conjunto é a seguinte: estando os processos discursivos na fonte da produção dos efeitos de sentido, a língua constitui o lugar material onde se realizam estes efeitos de sentido”.

Pêcheux e Fuchs (1997, p. 172) assumem, ali, que há uma materialidade específica da língua, ancorada, também, na noção saussuriana de “funcionamento” (e não mais a de “função”, recorrente na tradição gramatical oitocentista), circunscrevendo o problema da linguística na “caracterização desta materialidade”. Os autores apontam que é “insuficiente conceber a língua como a

base de um léxico e de sistemas fonológicos, morfológicos e sintáticos”, sendo tarefa do linguista caracterizar e tornar operacionalmente manipulável esse sistema de regras — passível de jogo (espaço do possível, *Spielraum*) na relação entre organização e ordem do discurso —, “evitando-se de aí fazer intervir considerações semânticas incontroladas, já que isto seria justamente cair de novo no efeito subjetivo da leitura”.

Em “Metáfora e interdiscurso”, M. Pêcheux (2011, p. 150-151) também escreve sobre a importância de “levar a sério a noção de materialidade discursiva enquanto nível de existência sócio-histórica, que não é nem a língua, nem a literatura, nem mesmo ‘as mentalidades’ de uma época, mas que remete às condições verbais de existência dos objetos”. Nesse trecho, publicado originalmente em 1984 e, depois, traduzido e selecionado por Eni Orlandi em “Análise de Discurso: Michel Pêcheux”, o autor continua: “desse ponto de vista, a decisão de não restringir, *a priori*, o estudo do material textual aos objetos literários consagrados parece-me extremamente interessante e positiva: ela permite interrogar os processos de construção da referência discursiva em toda sua extensão”.

Por isso, pensando na relação entre o linguístico e o ideológico, J.-J. Courtine (2016, p. 15) pontua que assumir uma “concepção especificamente discursiva” contribui para não reduzir o discurso à análise da língua ou fundamentar o discurso em uma perspectiva histórica da ideologia enquanto “representação”. O autor defende que a análise linguística, assumindo que há ordem do discurso, “a qual designamos como materialidade discursiva, distinta da ordem da língua”, deve fornecer a linguagem de descrição e a análise das condições de formação dos conjuntos ideológicos como discurso, em resumo, “levar em conta a materialidade discursiva como objeto próprio, isto é, que produz seu lugar de proposições teóricas”.

Em “Abertura do colóquio”, introdução do evento cujas articulações teóricas e analíticas resultaram no livro “Materialidades discursivas”, Michel Pêcheux (2016, p. 23-25) explica que “a questão teórica das materialidades discursivas surge

precisamente daquilo que, entre a história, a língua e o inconsciente, resulta como heterogeneidade irreduzível: um remeio de falas ouvidas, relatadas ou transcritas, uma profusão de escritos mencionando falas e outros escritos”. Nesse momento, o filósofo também articula que não há um dispositivo que neutralize “o fato de que há fala e de que há escrita — dito de outra forma, de que há discurso — não nos autoriza a considerar de entrada que, em certo nível de generalidade, homogeneizante e autolimpante, nós todos falamos da ‘mesma coisa’”.

Ao mesmo tempo que estabelece que a noção de materialidades discursivas é disputada por campos científicos e práticas profissionais diversas (historiador, psicanalista, linguista etc.), Pêcheux (2016, p. 28) ressalta que, discursivamente, não se pode dizer “não importa o quê”, desmanchando a especificidade do discurso em sua materialidade. “Aquilo que, em um momento dado, irrompe no espaço da repetição discursiva, aquilo que o transforma ou o movimenta, não resulta de não importa qual fenda, torção, modificação”, elabora o filósofo.

Por sua vez, na “Nota introdutória à tradução brasileira” do livro “Materialidades discursivas”, Eni Orlandi (2016, p. 12, grifos da autora) aponta a necessidade de compreender a noção de materialidade discursiva na prática do materialismo dialético em relação ao materialismo histórico: o materialismo dialético, doutrina do marxismo, idealiza o mundo como “um *processo* em que as coisas e os reflexos delas na consciência (os conceitos) estão em *incessante movimento* gerado por mudanças qualitativas”; já o materialismo histórico propõe que o “modo de produção da vida material condiciona o conjunto de *processos da vida social, política* etc”. Portanto, desde o lugar teórico do materialismo histórico, tal como o desenvolve Friedrich Engels, a matéria é suscetível a receber uma forma, sendo objeto da materialidade histórica a definição de leis fundamentais sobre a forma de organização do sujeito em sociedade em dada conjuntura histórica.

No mesmo texto, Eni Orlandi (2016, p. 12) questiona qual é o lugar da linguagem no quadro do materialismo histórico: “ora, é



possível vislumbrar aí a necessária referência à definição da teoria do discurso como determinação histórica dos processos de significação. Temos, assim, a superação da separação sujeito/objeto pela contradição e pelo movimento no mundo”. Recuperando as condições que possibilitam ao materialismo histórico postular que os fatos econômicos são base e causa fundamental dos fenômenos históricos e sociais, a pesquisadora também afirma que podemos pensar o discurso como matéria e movimento, sustentando, com Michel Pêcheux, que a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua.

A relação entre ideologia, discurso e língua, pontualmente, é o que possibilita à autora criticar um certo uso banalizado da noção de materialidade em formulações como “a materialidade que vou analisar são os textos encontrados no jornal x”. A isso não caberia chamar materialidade, compreende Eni Orlandi (2016, pp. 10-11), sendo o domínio dos “textos encontrados no jornal x” categorizado em algumas áreas do conhecimento como corpus, dados ou “objeto de análise”. Sendo assim, localizar o discurso como objeto ou o objeto da análise do discurso é uma condição pertinente quando se assume “a materialização a partir de procedimentos determinados de um corpo de proposições teóricas” (Courtine, 2016, p. 15).

Além da noção de materialidade discursiva, como propõe M. Pêcheux, Eni Orlandi (2007a, n.p.) conceitua em seus trabalhos a forma material, afetada pelo duplo aspecto da linguagem (o linguístico e o histórico) e distinta das formas empírica e abstrata, uma vez que a “forma abstrata seria essa que é simplesmente um elemento de uma rede, de um sistema”, enquanto a “forma empírica é essa que você usa, ou seja, essa que corresponde já a uma realidade que já é resultado de um processo”. Sendo assim, a forma material seria definida não pelo sistema ou por uma “realidade”, mas pelo processo na ordem do discurso.

Orlandi (2007b, p. 37) explica, ainda, a base teórica que sustenta a noção de forma material: “uma distinção saussureana, a que distingue forma/substância, distinção esta que compõe o quadro de referência de L. Hjelmslev (1971 [na obra “Prolegómenos

a una Teoría del Lenguaje”, da editora Gredos]), que vai desenvolver esta separação, dotando-a de atribuições teóricas particularizantes”. Para a analista, a distinção forma/substância possibilitaria a passagem para outra relação, a de forma abstrata, forma material e substância. “Não se trata, no entanto, da mera utilização, mas da leitura dessa distinção em um domínio conceptual outro, o do materialismo histórico, ao qual se filia a análise de discurso da Escola Francesa”, escreve a pesquisadora.

A autora sustenta que a oposição empírico/abstrato é superada, teoricamente, ao se passar da instância da organização (sintática) para a discursividade, em que o sentido não coincide com o conteúdo, a história não é reflexo de um contexto e o sujeito não tem origem em si mesmo. Desse modo, se a língua comporta a forma empírica “pata”, por exemplo, à qual está associada a forma abstrata “p/b”, a forma material seria produzida pelo duplo da linguagem, a configuração linguístico-histórica, discursiva. “O que interessa ao analista de discurso não é a organização (forma empírica ou abstrata), mas a ordem do discurso (forma material) em que o sujeito se define pela sua relação com um sistema signifiante investido de sentidos, sua corporeidade, sua espessura material, sua historicidade”, escreve Eni Orlandi (2007b, p. 49).

Portanto, como o discurso media a relação linguagem/pensamento/mundo, a pesquisadora destaca que existem muitos sistemas de signos na medida em que há uma plasticidade da matéria signifiante. “A relação do homem com os sentidos se exerce em diferentes materialidades, em processos de signifição diversos: pintura, imagem, música, escultura, escrita, etc. A matéria signifiante — e/ou a sua percepção — afeta o gesto de interpretação, dá uma forma a ele” (Orlandi, 2007b, p. 12). A autora elabora que o texto, na relação com a matéria signifiante, é heterogêneo, ao menos, em três instâncias: quanto à natureza dos materiais simbólicos (imagem, grafia, som, entre outros); quanto à natureza das linguagens (oral, escrita, gestual-visual-espacial, literária, narrativa etc.); e quanto às posições do sujeito

(trabalhador, patrão, mãe, jornalista etc.), analisado na diferença das formações discursivas que o constituem.

A respeito da noção de forma material, Cristiane Dias (2016), pesquisadora do grupo de Eni Orlandi, na prática de uma análise do discurso franco-brasileira, escreve que o desenvolvimento dessa noção, ancorada no fato de que há um lugar material onde os efeitos de sentido se realizam, contradiz a relação imaginária do sujeito com o linguageiro (efeito de transparência da linguagem). Para Cristiane Dias, Eni Orlandi, ao refutar a compreensão da linguagem como instrumento de comunicação, pensando o fato de linguagem no campo da ideologia, atribui aos meios de comunicação uma materialidade e não apenas um produto, uma finalidade (*transmitir informação*), no apagamento do processo e na simplificação de um resultado.

Tomando esse gesto teórico, diante do funcionamento dos meios de comunicação, Cristiane Dias (2016, p. 167) propõe a noção de meio material como uma técnica encarnada no mundo. A pesquisadora analisa que uma rua, uma direção na cidade, uma placa de Wi-Fi e um aplicativo, por exemplo, orientam o percurso do sujeito no espaço urbano por meio de uma técnica, sendo parte de um processo de significação e não apenas um suporte da comunicação por meio do qual o sujeito se comunica.

Tendo o princípio de articular materialmente tecnologia e espaço, o meio material está implicado, pelo acontecimento da materialidade digital, no momento em que os discursos circulam entre e para os sujeitos. Daí a importância de compreender a materialidade digital como o “processo de significação que se dá pela emergência da discursividade digital na forma material do discurso (texto, imagem, cena urbana, etc.), e em certo *meio material* (aplicativo, outdoor, rede social, cidade etc.)” (Dias, 2016, p. 173, grifo da autora). A materialidade digital, desse modo compreendida, reúne as tecnologias do urbano às digitais, enlaçando as noções de forma e meio material, já que a imprensa, enquanto lugar de produção de efeitos de sentido (meio material),

significa a partir de uma forma material, como uma texto noticioso em circulação na Web.

## O MEIO MATERIAL IMPRENSA

Ao assumir que meio material é uma técnica encarnada no mundo intervindo no real do sentido, ponto em que a tecnologia e o espaço (urbano) convergem, a noção de imprensa também pode se atrelar à de meio material, um meio pelo qual o percurso significativo dos sujeitos é individualizado (Dias, 2016). Isso se dá porque, mais do que suportar a informação ou estabelecer um canal de comunicação<sup>1</sup> entre o emissor e o receptor, um modelo que nega o estatuto do discurso e pensa a linguagem enquanto instrumento<sup>2</sup>, a imprensa é um acontecimento tecnológico da cultura letrada (revolução dos sistemas de escrita), uma técnica que investe comandos (imperativo da organização) em máquinas — como a clássica imprensa de Johannes Gutenberg, com os seus tipos móveis inventados no século XV. Desse modo, a imprensa se articula aos processos de formulação (escritura) e circulação (divulgação) dos textos, lugar em que os efeitos de sentido são produzidos, quer dizer, lugar onde uma forma material comporta, (de)limita os sentidos.

Contemplando o meio material, a noção de imprensa se desloca de um certo automatismo epistemológico, em que ora é significada como “veículo”, ora se relaciona à produção midiática. Deste modo compreendida, a imprensa é situada como uma instituição que produz efeitos de sentido e, mais precisamente,

---

<sup>1</sup> M. Pêcheux (1995) ressalta que a linguagem pode, concomitantemente, comunicar e não comunicar, deslocando a reflexão sobre a linguagem como mero instrumento da comunicação.

<sup>2</sup> Telma Domingues da Silva (2005, p. 55) recupera no artigo “A Linguística na Comunicação” como a Teoria da Comunicação relaciona, muitas vezes, conceitos linguísticos, a exemplo de signo, código, sistema, a um “tratamento instrumental da linguagem”, na concepção cognitiva do sujeito da linguagem e da linguagem enquanto instrumento de comunicação (sistema fechado de signos).

produz uma visibilidade histórica (Silva, 2001) intimamente ligada à invisibilidade, ao silenciamento, àquilo que não chega a ser significado pelas folhas volantes, que não chega a ser inscrito nos textos periódicos por inúmeros fatores, incluindo, nesse processo de silenciamento do dizer, o próprio aparelhamento da censura.

A imprensa, lida na relação com o objeto da ciência, na disputa ideológica que constitui um campo científico, como a Comunicação, está historicamente associada à prática social do jornalismo. É o que escreve Nelson Traquina (2005) no livro “Teorias do Jornalismo”, para quem o surgimento da atividade profissional jornalística depende, diretamente, de um dispositivo tecnológico: a imprensa, classificada por ele como o primeiro meio de massa (*mass media*) da humanidade.

Ainda que Nelson Werneck Sodré (2004, p. IX), no clássico “História da imprensa no Brasil”, argumente que a imprensa não é um meio de massa no Brasil, entendendo-a como aquela que produz jornais e revistas, meios que não seriam de “uso habitual em parcela numerosa, majoritária mesmo, do nosso povo”, existe um funcionamento discursivo da imprensa. Na esteira do meio material, o conceito de imprensa não implica, necessariamente, uma relação estreita com a audiência, em termos quantitativos (diferentemente do conceito de *mass media*), mas requer uma relação específica, linguageira, entre dispositivo tecnológico, sujeito e espaço, de maneira que a produção discursiva da imprensa, realizada nas redações de jornais e revista, têm uma forma (não apenas empírica, na extensão de uma folha de papel ou na conexão com um website, mas material), está atravessada, enfim, por uma materialidade discursiva.

Aliás, é porque funciona a técnica (saber orientando, inscrevendo, dominando sentidos) no meio material imprensa que se pode afirmar, no campo disciplinar da História da Imprensa, por exemplo, que não houve tentativa tipográfica no Brasil até o início

do século XVIII<sup>3</sup>, como escreve Antônio F. Costella (1970), em “O controle da informação no Brasil”, para quem fatores como a pobreza e a alta taxa de analfabetismo da população, além da repressão da Coroa portuguesa à qualquer manifestação de pensamento nas colônias, inviabilizando a tarefa de imprimir textos no Brasil colonial. Enquanto isso, desde o acontecimento tecnológico da imprensa de Gutenberg, na Idade Média, a imprensa atenderia, na Europa, aos interesses da Igreja, “possibilitando a reprodução de imagens dos santos, orações, indulgências, bulas papais e outros instrumentos de liturgia cristã, destinados a fomentar a religiosidade popular” (Melo, 1973, p. 37).

Na implementação de uma disciplina sociológica da imprensa brasileira, José Marques de Melo (1973, p. 37) também destaca que o fenômeno da imprensa anterior à Revolução Industrial atenderia não apenas às necessidades institucionais da Igreja, mas também ocuparia um lugar especial como meio (material) para os sujeitos significarem o mundo, sobretudo, com a emergência de dois tipos de textos, as relações (populares até o século XVII na Europa e com narrativa similar às cartas manuscritas, formulando textos sobre uma questão central) e as folhas volantes (textos que colocavam na “ordem” do dia uma multiplicidade de assuntos). Apesar dos dispositivos de impressão (máquinas tipográficas) na Europa moderna (séculos XV ao XVIII), o autor afirma que a tentativa profissionalizante do jornalismo, afetado tecnicamente pelo advento da imprensa, levaria mais de um século para se consolidar no Ocidente.

Como a prática discursiva do jornalismo contemporâneo tem raízes nas sociedades democráticas oitocentistas, conforme propõe

---

<sup>3</sup> Nelson W. Sodré (2004) relata, ao menos, duas tentativas tipográficas, para retomar o termo de Costella, no Brasil do século XVIII, seja em 1706, com a instalação de uma pequena tipografia no Recife, dedicada à impressão de letras de câmbio e orações, seja em 1746, no Rio de Janeiro, com a abertura de uma oficina a cargo de um impressor vindo de Lisboa. As duas tentativas tipográficas, no entanto, foram duramente reprimidas e liquidadas pela Coroa portuguesa, amparada em mecanismos legais como a Carta Régia.

Nelson Traquina (2005), a conjuntura da imprensa no início do século XIX era de censura e monopólio em Portugal e, no Brasil, sequer existia tipografia<sup>4</sup> àquela época (Costella, 1970). No entanto, o desenvolvimento da imprensa, em um processo tecnológico, no centro de uma divisão técnica do trabalho, coincide com a reprodução do modo de produção capitalista (SODRÉ, 2004), e o Brasil, ao abrigar a corte portuguesa em 1808, fugindo das tropas de Napoleão Bonaparte em Portugal, recebeu alguns benefícios e reformas da Coroa, dentre os quais, a instalação e a instituição da imprensa no país.

Costella (1970, pp. 20-21) comenta que o Conde da Barca, título nobiliário criado por D. João em favor de António de Araújo e Azevedo, ordenou o embarque de prelos ingleses, uma tecnologia de impressão gráfica, na nau Medusa, a bordo da qual a família real chegou ao Brasil. Desse modo, em 13 de maio de 1808, Dom João determinou que se instalasse, com os prelos trazidos da Inglaterra, a Impressão Régia no Rio de Janeiro. “Mal se instalava a imprensa e já em 24 de junho de 1808 — um mês depois, portanto —, exteriorizavam-se as inevitáveis preocupações em prol da censura”, narra o pesquisador, descrevendo que estava assegurada, e desse modo aparelhada, a censura no território nacional.

Apesar da instalação da imprensa, e do aparelhamento da censura, no Brasil em condição de Reino Unido a Portugal e Algarves, Carlos Rizzini (1945, p. 341), em “O livro, o jornal e a tipografia no Brasil - 1500-1822”, observa que desde a chegada da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro em 1808 até o Período Regencial (decênio de 1831 a 1840), o “Correio Braziliense” foi um dos únicos jornais com circulação regular, apesar de ilegal, em solo brasileiro, “mau grado o seu relativo inactualismo e deficiente distribuição, e as perseguições que sofreu do real governo”. O “Correio Braziliense” é considerado por alguns autores o primeiro jornal do

---

<sup>4</sup> Eni Orlandi (2004, p. 97) situa a tipografia no domínio das letras, do ser letrado, como a fixação de “um texto em sua reprodução em quantidade, sempre o mesmo, garantida pela assinatura do autor-escritor (na sua relação com a obra)”.

Brasil — excluindo-se da conta os jornais impressos no espaço territorial brasileiro —, já que a publicação de Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça era impressa em Londres, na Inglaterra, onde esteve em atividade de 1º de junho de 1808 a 1º de dezembro de 1822.

Sobre o “Correio Braziliense”, Nelson W. Sodré (2004) escreve que é discutível a sua inserção na história da imprensa brasileira, não apenas por ter sido publicado no exterior, mas pela perspectiva internacional com que tratava os problemas locais. O autor também relata publicações variadas (como a “Idade de Ouro do Brasil”, “O Patriota” e “As Variedades”) de impressão periódica no Brasil durante a fase da imprensa áulica, anterior à Independência do Brasil, declarada em 7 de setembro de 1822. Para Sodré, a imprensa áulica seria uma iniciativa oficial, regulada pela Coroa portuguesa no Brasil, e o aparecimento da “Gazeta do Rio de Janeiro”, nos primeiros anos do século XIX, seria o resultado dessa investida. A “Gazeta do Rio de Janeiro”, criada em 10 de setembro de 1808, é considerada, na história da imprensa do Brasil, o primeiro jornal emitido pela Impressão Régia no Rio de Janeiro.

Dito isto, não quero esgotar, nestas linhas, o vasto conhecimento que se tem produzido sobre a história da imprensa no Brasil, produção de conhecimento pela qual são responsáveis autores como Antônio F. Costella, Carlos Rizzini, Nelson Werneck Sodré, José Marques de Melo, entre tantos outros, mas quero apontar a relação elementar (*conditio sine qua non*: sem técnica não há imprensa) entre imprensa e técnica, ou melhor, o meio material imprensa, visto que a técnica encarnada na produção tipográfica tanto pode nos remeter à Idade Média na Europa, com os artefatos tecnológicos, vide imprensa de Gutenberg, determinando a leitura dos sujeitos medievais, quanto pode nos deslocar ao Brasil da virada do século XIX para o XX. Explico.

Nesse Brasil menos agrário e mais alfabetizado (entrada do sujeito no mundo das letras latinas), tendo como pano de fundo a República, dispositivos tecnológicos como o cinematógrafo (aparelho de captura e projeção de imagens), o fonógrafo (máquina



de gravação e reprodução sonora), o daguerreótipo (primitivo aparelho fotográfico), o gramofone (máquina de reprodução de som), o linótipo (revolução da máquina de escrever) e a marinoni (invento de Hippolyte Marinoni que revolucionou as rotativas), por exemplo, ressignificaram o espaço urbano, transformando a prática profissional nos periódicos em circulação na cidade, como reforça em “História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000” Marialva Barbosa (2007), outra pensadora indispensável na compreensão da escritura (escrita da história) da imprensa brasileira.

## UMA TECNOLOGIA DISCURSIVA?

Antes de explorar, estritamente, a relação constitutiva entre o meio material imprensa e a prática social do jornalismo, situando a especificidade da escrita na imprensa diante do corpus desta análise do discurso sobre a moradia, proponho uma aproximação entre a noção de imprensa, inscrevendo historicamente sentidos para sujeitos leitores por meio do maquinário técnico-tecnológico, e a noção de tecnologia discursiva, como processo que organiza o discurso no espaço da tecnologia (Paveau, 2015b), conferindo ao discurso uma forma material no complexo<sup>5</sup> tecnolinguístico-histórico (Paveau, Dias, 2015).

Em outras palavras, a tecnologia discursiva é “um dispositivo cuja produção linguageira e discursiva está intrinsecamente ligada a ferramentas tecnológicas online ou offline (computadores, telefones, tablets, software, aplicativos, sites, blogs, redes, plataformas, etc.). A tecnologia discursiva implica uma natureza

---

<sup>5</sup> É interessante as autoras designarem a categoria técnico-linguístico-histórico a partir de um complexo, pois, como ensina Pêcheux (1995), ao situar o conjunto complexo dos aparelhos ideológicos de Estado, complexo remete às relações de contradição-desigualdade-subordinação entre os “elementos” em funcionamento nesse conjunto, não tratando a ordem dessa relação como uma simples lista de elementos.

compósita de produções linguageiras”<sup>6</sup>, define Marie-Anne Paveau no verbete sobre “Technologie discursive”. A linguista francesa explicita, ainda, que um elemento do discurso é composto quando se constitui, conjuntamente, por linguagem e técnica (Paveau, 2015a).

A conceitualização de tecnologia discursiva aparece nas obras de Marie-Anne Paveau (2005) ainda no começo do século, quando a autora articula essa noção à de ferramentas de tecnologia discursiva, ou simplesmente ferramentas discursivas, isto é, instrumentos de constituição dos discursos. Para a pesquisadora, a tecnologia discursiva na relação com as ferramentas materiais, historicizadas pelo trabalho técnico dos sujeitos, poderia coincidir com as tecnologias linguísticas — exemplo clássico das gramáticas e dicionários — e escritos de diversos tipos, como as etiquetas de escritório e os grafites no espaço urbano. Portanto, ao formular o que funciona como uma tecnologia discursiva, M.-A. Paveau propõe que esse elemento discursivo de natureza composta assume comumente a forma de instrumentos tornando possível ao sujeito pensar e organizar as coisas (a saber).

Paveau (2005) ressalta, ainda, a historização do conceito de tecnologia discursiva, relacionado parcialmente aos programas de Pierre Bourdieu e de Jean-Claude Passeron, dois sociólogos franceses que desenvolveram a ideia de tecnologia intelectual na perspectiva da militância e da sociologia das práticas sociais. Contudo, Marie-Anne Paveau (2013) escreve em “Genre de discours et technologie discursive” que a tecnologia discursiva surge na sua proposta recapitulando a abordagem dos discursos nativos online, sendo, justamente, a tecnologia discursiva “constitutiva das produções verbais na web, constitutiva no sentido de estar implícita na própria natureza dos enunciados, e

---

<sup>6</sup> Tradução minha para o texto-matriz: “C’est un dispositif au sein duquel la production langagière et discursive est intrinsèquement liée à des outils technologiques en ligne ou hors ligne (ordinateurs, téléphones, tablettes, logiciels, applications, sites, blogs, réseaux, plateformes...). La technologie discursive implique une nature composite des productions langagières” (PAVEAU, 2015b, n.p.).

não considerada como uma simples ‘ferramenta’ da produção verbal”<sup>7</sup>.

Podemos dizer, ainda, que a imprensa funciona como um dispositivo que requer a produção discursiva periódica em ferramentas tecnológicas online e offline — distinção estanque apenas no nível empírico, como já discutimos, sendo os limites do “mundo real” e “virtual” sobrepostos pela materialidade digital. Em outras palavras, a imprensa é um meio material de natureza compósita que articula, na constituição dos seus produtos (a exemplo de jornais e revistas), a linguagem e a técnica, não apenas pelo uso de maquinaria (celular, gravador de áudio, câmera fotográfica, computador, rotativas etc.) na impressão dos exemplares de discurso, mas também pela especificidade técnica da língua em uso instrumentalizada pelos profissionais da imprensa.

Como a estou propondo teoricamente aqui, a tecnologia tem menos a ver com inovação tecnológica, enquanto novidade implementada pelo setor produtivo (capitalista), e tem uma forte relação com o processo, historicamente determinado, a exemplo de instrumentos como a gramática e o dicionário, tecnologias que instrumentalizam a gramatização e orientam os sujeitos a descrever uma língua, de acordo com Sylvain Auroux<sup>8</sup> (1992) no livro “A revolução tecnológica da gramatização”. Logo, sabendo que o complexo tecnolinguístico-histórico produz dispositivos na mediação do sujeito com o espaço à interpretação, a noção de tecnologia surge no centro desta discussão que realoca o lugar da imprensa na dimensão ideológica da linguagem para intervir, epistemologia-camente, em um certo presentismo que chama

---

<sup>7</sup> Tradução minha para o texto-matriz: “la technologie discursive est constitutive des productions verbales sur la toile, constitutive au sens d’impliqué dans la nature même des énoncés, et non considérée comme un simple ‘outil’ de production verbale” (PAVEAU, 2013, posição 25).

<sup>8</sup> Apesar de não se deter sobre a prática discursiva da imprensa, S. Auroux (1992) classifica como decisivo o papel da imprensa na estandardização da língua nacional nas sociedades europeias do século XIX.

tecnológicos os artefatos recém-lançados pelo mercado (silenciamento do processo científico e industrial, histórico, na construção dos artefatos tecnológicos). Em outras palavras, é preciso situar como a técnica, investida em um meio material de natureza compósita, uma tecnologia discursiva como a imprensa, funciona orientando, inscrevendo, determinando, significando espaço-sujeito.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esse breve resgate teórico das noções de materialidade discursiva, forma material e meio material, a partir da relação entre imprensa e espaço-sujeito, quero pontuar, mais do que produzir uma distinção entre os diferentes textos em circulação na imprensa (anúncio de jornal, texto noticioso, galeria de imagens etc.) pela materialidade digital (e suas formas singulares, como o spam, os ícones de compartilhamento em redes sociais, os hiperlinks, os mecanismos de busca etc.), que o textos sobre moradia na imprensa constituem um lugar material (Pêcheux, Fuchs, 1997) ou, nas palavras de Eni Orlandi (2007b), significam pela forma material, que não coincide com a forma abstrata ou empírica, na busca por um sistema ou por uma “realidade”, mas que se articula a um processo discursivo, remetendo o texto da imprensa à sua historicidade mesma, às condições de produção que sustentam relações significativas entre moradia e empreendimento (“Se vende”), por exemplo, ou que tornam viável anunciar a moradia enquanto imóvel, um tipo de mercadoria configurando terrenos e edifícios passíveis de transferências monetárias entre os compradores.

Assumir a noção de forma material na análise do discurso sobre moradia na imprensa é tomar partido de que o trabalho do sujeito analista, na instalação dos princípios e dos procedimentos filiados a uma disciplina de interpretação, não é necessariamente compreender a organização empírica ou abstrata dos textos, detendo-se, por exemplo, a classificações que distinguem uma tipologia ou um gênero textual, como o anúncio e a notícia de

jornal, mas compreender a ordem do discurso sobre moradia. E, nesse percurso de leitura, ater-se à complexidade das materialidades discursivas, significando uma forma na natureza compósita de um meio material.

## REFERÊNCIAS

- AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2007.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 21 nov. 2023.
- COSTELLA, Antônio F. **O controle da informação no Brasil: evolução histórica da Legislação Brasileira de Imprensa**. Petrópolis: Editora Vozes, 1970.
- COURTINE, Jean-Jacques. Definição de orientações teóricas e construção de procedimentos em Análise do Discurso. **Policromias - Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som**, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/view/4090>. Acesso em: 28 nov. 2023.
- DIAS, Cristiane. A materialidade digital da mobilidade urbana: espaço, tecnologia e discurso. **Revista Línguas e Instrumentos Linguísticos**, n. 37, jan./jun. 2016, pp. 157-175. Disponível em: <http://www.revistalinguas.com/edicao37/edicao37.html>. Acesso em: 28 nov. 2023.
- GADET, Françoise. Prefácio. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- MELO, José Marques de. **Sociologia da imprensa brasileira: a implantação**. Petrópolis: Vozes, 1973.

ORLANDI, Eni P. A noção de materialidade. *In: Os vídeos do Labeurb*. 2007a. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/portal/pages/videos/videos.lab>. Acesso em: 25 nov. 2023.

ORLANDI, Eni P. **Cidade dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2004.

ORLANDI, Eni P. **Discurso em Análise: sujeito sentido, ideologia**. Campinas: Pontes, 2016.

ORLANDI, Eni P. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Editora Vozes: Petrópolis, 2a edição, 2007b.

PAVEAU, Marie-Anne. **[Dictionnaire] Composite**. 2015a. Disponível em: <https://technodiscours.hypotheses.org/699>. Acesso em: 15 nov. 2023.

PAVEAU, Marie-Anne. Genre de discours et technologie discursive. Tweet, twittécriture et twittérature. **Pratiques**. 2013, pp. 157-158. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pratiques/3533>. Acesso em: 27 nov. 2023.

PAVEAU, Marie-Anne. **Les prédiscours**. Sens, mémoire, cognition. Paris: Presses Sorbonne nouvelle, 2006.

PAVEAU, Marie-Anne. **Technologie discursive [Dictionnaire]**. 2015b. Disponível em: <http://technodiscours.hypotheses.org/?p=277>. Acesso em: 15 nov. 2023.

PAVEAU, Marie-Anne; DIAS, Cristiane. Técnica e ética dos discursos on-line. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, nº 36, jul-dez de 2015. Disponível em: [www.revistalinguas.com/edicao37/artigo6.pdf](http://www.revistalinguas.com/edicao37/artigo6.pdf). Acesso em: 15 nov. 2023.

PÊCHEUX, Michel. Abertura do colóquio. *In: CONEIN, Bernard; COURTINE, Jean-Jacques, GADET, Françoise; MARANDIN, Jean-Marie; PÊCHEUX, Michel (Orgs.). Materialidades discursivas*. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). *In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, Michel. Metáfora e interdiscurso. *In: ORLANDI, Eni P. (Org.). Análise de Discurso: Michel Pêcheux*. Campinas: Pontes, 2011.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Traduzido por Eni Pulcinelli Orlandi, Lorenzo Chacon J.

Filho, Manoel Luiz Gonçalves Corrêa e Silvana M. Serrani, 2ª ed., Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony. Por uma Análise Automática do Discurso: uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da UNICAMP, 1975.

RIZZINI, Carlos. **O livro, o jornal e a tipografia no Brasil - 1500-1822**: com um breve estudo geral sobre a informação. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1945.

SILVA, Telma Domingues da. A linguística na comunicação. **RUA**, Campinas, SP, v. 11, n. 1, p. 53–80, 2005. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640776>.

Acesso em: 21 nov. 2023.

SILVA, Telma Domingues da. Os manuais da imprensa no Brasil: da redação à circulação pública. *In*: ORLANDI, Eni P. **História das ideias linguísticas**: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional. Campinas, SP; Cáceres, MT: Pontes/UNEMAT Editora, 2001.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora MAUAD, 2004.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2005.

## CAPÍTULO 7

### ANÁLISE DOS IMPACTOS DA “SALA DAS SENSações” PARA A COMUNIDADE ESCOLAR DO IFAL – CAMPUS SANTANA DO IPANEMA<sup>1</sup>

Cristian Luan dos Santos  
Odair José Silva dos Santos

#### INTRODUÇÃO

A leitura – em seus múltiplos aspectos – exerce um papel fundamental na construção do ser humano enquanto cidadão, tendo em vista que o processo de interpretar realidades, destinos, vivências e, conseqüentemente, ler e escrever nas linhas da história configura-se como um ato primordial – e vital – na/para a condição humana. Nesse sentido, este ensaio tem como objetivo descrever e analisar os impactos da “Sala das sensações” em meio à comunidade escolar do Ifal – campus Santana do Ipanema.

A “Sala das Sensações” trata-se de uma experiência realizada no Instituto Federal de Alagoas – Campus Santana do Ipanema, a instituição de educação, ciência e tecnologia que está localizado no médio sertão alagoano, com isso observa-se a necessidade e a importância de lidar com as diferentes vivências e perspectivas de mundo que circulam no espaço em questão. Diante disso, discentes e docentes organizam inúmeros eventos para que assim ocorra a inclusão dos diversos indivíduos ali presentes, um dos eventos mais relevantes e que possui um maior impacto regional oriundo dessa organização é o conhecido “Letras no Sertão”.

---

<sup>1</sup> Este texto configura-se como um ensaio etnográfico, condensando reflexões a partir de experiências em projetos no Instituto Federal de Alagoas – campus Santana do Ipanema.



Considerando a “Sala das Sensações”, ela nasceu, como já visto, junto ao evento “Letras no Sertão” com base em inúmeras pesquisas sobre a importância de sentir o que outros indivíduos sentem de forma rápida e em um espaço no qual você só possa sentir. Uma das inspirações tem relação com o Museu da Língua Portuguesa<sup>2</sup> visto que ele ofertou um espaço semelhante a uma sala sensorial para que as pessoas pudessem vivenciar situações em que poderiam utilizar somente o tato, audição ou olfato, por exemplo. E, já que nem todos têm a possibilidade de conhecer o local, houve a necessidade de trazê-lo à nossa região através da “Sala das Sensações”.

### **UM RUIR SINESTÉSICO: A “SALA DAS SENSATÕES”**

Com adaptações dos discentes envolvidos, a sala gira em torno de temas e o próprio nome já a define. Analisando superficialmente a palavra “Sensações” é possível refletir e abordar diversos subtemas ou assuntos sociais relevantes para os jovens a fim de fazê-los sentir, ora vivenciarem situações cotidianas ora experimentarem coisas que são marcantes. Em resumo, é sentir, aprender trajetórias e outras vivências através, principalmente, do toque e outros sentidos, exceto a visão. Com isso, os visitantes da sala só sabem do tema quando já estão dentro, é uma surpresa, já que ninguém nunca sabe o que poderá vir a passar na vida. É a partir disso que há um diálogo entre o tema da “Sala das Sensações” e o do evento “Letras no Sertão”. Observe:

---

<sup>2</sup> O Museu da Língua Portuguesa um museu interativo sobre a língua portuguesa localizado na cidade de São Paulo, Brasil, no histórico edifício Estação da Luz, no Bairro da Luz, região central da cidade. Foi concebido pela Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo em conjunto com a Fundação Roberto Marinho, tendo como objetivo criar um espaço vivo sobre a língua portuguesa, considerada como base da cultura do Brasil, onde seja possível causar surpresa nos visitantes com os aspectos inusitados e, muitas vezes, desconhecidos de sua língua materna.

Quadro 01. “Sala das sensações” nos eventos

ANO	Tema: “Letras no Sertão”	Tema: “Sala das Sensações”
2018	Múltiplas leituras do mundo	Sem tema específico
2019	Leitura e Imaginário Social: Os sentidos dos mundos	Violência doméstica
2021 (on-line)	Múltiplas vozes do Ser-Tão	Não ocorreu, visto que o evento aconteceu de forma on-line.
2022	Modernidades	Ansiedade e Pressão Social
2023	Música e Dança	Abuso e Violência Sexual
2023	Evento – SITECC (Semana Integrada de Tecnologia, Ciência e Cultura)	Suicídio, Depressão e Pressão Familiar
2023	Evento – SITECC (Semana Integrada de Tecnologia, Ciência e Cultura)	“A ciência explica?": Pós-Sala das Sensações

**Fonte:** elaborado pelos autores.

A palavra sinestesia é utilizada tanto na ciência quanto nas artes para descrever experiências de união sensorial, com isso observa-se que há uma correlação entre áreas e determinada integração no desenvolvimento de certos projetos que englobam aspectos semelhantes entre si (Bragança, 2010). Diante disso, o surgimento dessa combinação de sentidos está interligado as respostas de um organismo às adversidades e benesses de seu ambiente são nomeadas pela biologia por “comportamento” (Lakoff; Johnson, 2002).

De maneira resumida, entende-se uma experiência sinestésica como fenômeno neurológico caracterizado pela presença de experiências perceptivas não estimuladas em um domínio que são desencadeadas por elementos oriundos de outro domínio, por exemplo: sentir cheiros ao ouvir sons ou associar letras a cores específicas (Silva, 2010). Na “Sala das Sensações”, a relação

intrínseca caminha entre o tato e o som, em como a união desses sentidos pode gerar emoções que não estariam associadas a eles.

Através de estudos, o linguista Sean Day (s/d) enumerou a existência de mais de 50 tipos de sinestésias. Nesse âmbito, as que estão relacionadas com o presente estudo são as têm o som como estímulo primário, a exemplo observa-se as sinestésias som-movimento, som-temperatura, som-tato, dentre outras. As pesquisas e considerações desse pesquisador apontam a audição como o sentido que mais desperta sinestésias. Os parâmetros sonoros contribuem de forma conjunta, porém, muitas vezes, com pesos diferentes, na produção de uma sinestesia.

A sinestesia é também um resultado perceptivo, mas de natureza não corriqueira, onde, através de um dado sentido, se experimenta uma percepção relativa a um sentido diferente daquele que forneceu o input. A percepção, entretanto, envolve estados primários de relação com a experiência sensorial, não obrigatoriamente convencionáveis em palavras, sentimentos e emoções (Lakoff; Johnson, 2002).

É importante destacar que existem divergências tanto no universo artístico quanto no científico sobre a utilização da palavra sinestesia na arte. A abordagem mais comum é utilizar a palavra em seu sentido etimológico (do grego: *syn* – união, junção + *esthesia* – sensação, percepção), ou seja, a sinestesia na arte como busca pela união dos sentidos. Sendo assim, a arte estaria então, desta forma, materializando conhecimento científico tanto quanto a Neurociência, ou qualquer outra ciência. Arte é Ciência (Bragança, 2010).

Ademais, a sinestesia na arte como simulação acontece quando existe há a presença fatural de estímulos oriundos de dois ou mais sentidos em uma relação estreita de correspondência. É como se uma sinestesia mais baixa fosse simulada a partir da proposta artística. A associação perceptiva ocorre automaticamente, de forma vívida e em tempo real (Bragança, 2010). No que se refere a “Sala das Sensações”, a vivência sinestésica não limita-se apenas a influência de sentidos, mas abusa de uma abordagem mnemônica da sinestesia na arte, ou seja, ocorre quando despertam-se correspondências sensoriais

através do auxílio de objetos (tesouras, cordas, vendas, pinceis...) que remetem a memórias de sentidos dos demais domínios, dessa forma causando estranheza e despertando outros tipos de percepções. Alguns estudos também presumem como características da condição a consciência e a conservação das associações desde a infância.

As possibilidades artísticas trazidas pelos meios tecnológicos digitais ampliaram a multissensorialidade na arte: o “uso de múltiplos meios, códigos e linguagens (hipermídia), que colocam problemas e novas realidades de ordem perceptiva nas relações virtual/atuais”. Apesar de os estudos sobre sinestesia na arte considerarem as pesquisas científicas sobre sinestesia neurológica, deve-se propor definições mais claras para o que essa palavra significa no contexto artístico (Filmore, 2009).

Com o projeto “Sala das Sensações” são notados vários aspectos e discussões que são geradas acerca dos temas que foram utilizados. Dessa forma, observa-se a necessidade de cada temática e se realmente não houve falhas ou ainda que o propósito tenha sido atendido, visto que o intuito é gerar no indivíduo a empatia por outros sujeitos ao “vivenciarem” situações ainda vistas como polêmicas ou que sofrem certa banalização no mundo atual, principalmente no Brasil. A partir disso, foram realizadas análises referentes as diferentes atuações dos indivíduos nesse espaço durante as suas aparições em eventos e dos impactos gerados a partir da sala em questão.

Em 2018, ocorre a primeira aparição da “Sala das Sensações” no evento Letras no Sertão que teve como subtema “Múltiplas leituras do mundo”. Enquanto membro atual, ainda não havia entrado e conhecido a sala, contudo, a partir de diálogos com os primeiros participantes foram levantadas algumas considerações. O intuito da sala não era ter um tema, mas sim apenas gerar sentimentos diversos de forma descontrolada a partir de textos e músicas selecionadas que fizessem as pessoas “sentirem” algo.

Logo, após certo destaque em 2018, os estudantes notaram que seria necessário um pouco mais de organização e o surgimento de uma temática para que assim ocorresse uma ordem durante a

apresentação. Com isso, a partir de uma brincadeira entre alguns amigos por terem visto algo na internet sobre o Museu de Língua Portuguesa, surgiu a “Sala das Sensações” no Ifal – Campus Santana do Ipanema.

Em 2019 obtive o meu primeiro contato com a sala ao participar do II Letras no Sertão, que tinha como subtema “Leitura e Imaginário Social: Os sentidos dos mundos”. O tema proposto e visualizado foi **Violência doméstica**, a partir de músicas, barulhos, toques... houve o desenvolvimento da apresentação. Diante disso, fiquei extremamente sentido e carreguei durante muito tempo tudo o que presenciei, desde o toque, a lágrima e susto até o abraço final. No ano seguinte, ao ingressar na instituição, houve a pandemia e o evento não ocorreu, os participantes “originais” concluíram o Ensino Médio/Técnico e a “Sala das Sensações” havia se tornado apenas uma memória. Contudo, ainda carregava em mim a importância dela no local e o quanto seria necessário que ela voltasse a existir.

No ano de 2022, 3 anos após o último Letras no Sertão presencial, o evento voltou a sua realização em sua IV edição (a III foi on-line), com o subtema “Modernidades”, a partir daí estudei e firmei compromisso com a realização da “Sala das Sensações”, visto que algo tão significativo não poderia deixar de existir. Posto isso, fiz a seleção da equipe de forma que pudesse montar uma sala que tivesse pessoas realmente dedicadas a isso e comprometidas tanto quanto eu estaria. Após tal fato, ocorreu a apresentação da proposta e o surgimento do tema “Ansiedade e Pressão Social”, um auxílio necessário foi a participação de uma estudante egressa que fez parte das primeiras edições da sala.

Realizadas diversas mudanças, a “Sala das Sensações” tomou uma nova cara. Houve a adição de vendas para que não houvesse visão, mais toques e articulação entre membros e público externo, realização da montagem de uma ornamentação que se interligasse com o tema. Ou seja, após as influências de tato e audição, haveria a visão ao fim da apresentação. Por fim, a necessidade de os participantes deixarem sua marca, por isso criamos a frase “O que

“você sentiu?” no quadro da sala e, assim, as pessoas que passariam por ela puderam deixar suas sensações em uma única palavra que definisse tudo o que sentiram.

A experiência no ano de 2022 trouxe bastante alegria aos participantes, uma vez que notaram a importância da sala e como ela afetava as pessoas, além de como poderiam auxiliá-las. Ademais, permitiu-se a criação de laços afetivos que não existiam entre esses membros, dessa forma garantindo uma melhor convivência e abordagem da “Sala das Sensações”.

Em 2023, o V Letras no Sertão veio com a proposta de “Música e Dança”, enquanto a “Sala das Sensações” tratou sobre Violência e Abuso Sexual. Acredita-se que o tema tratado na sala deve ser algo problemático e que se necessite discussões sobre, após inúmeras análises e escolhas, a temática em questão mostrou algumas formas que ela poderia ser tratada. A partir disso, houve a montagem do roteiro, da ornamentação e da organização da recepção, algo que despertou reclamações no ano anterior. A discussão gerada é muito impactante tanto para os membros quanto para o público externo, em virtude disso houve a consideração de ser uma sala com menos toque e mais audição, visto que não queríamos invadir demais o espaço de outro ser.

Ao decorrer das apresentações, notou-se o quanto realmente fazer o tema era necessário, pois a partir dele foi possível apontar como muitas pessoas invalidam a violência sexual, além de como isso era pouco discutido em sala de aula. Ademais, ocorreram experiências em que os membros não estavam preparados, por exemplo, alguns visitantes se sentiram emocionalmente tocados. Diante disso sentimos enquanto promotores da sala o quanto aquilo era delicado e o quanto nos afetou. Partindo disso, nota-se a falha por não ter tido uma pós-sala para melhor atender essas pessoas que tiveram maior sensibilização, porém não se descarta que a ativação de gatilhos gera a empatia e fez-nos descobrir alguns casos de abuso sexual, com isso pudemos auxiliar e fornecer a pessoa correta para lidar com isso sem que houvesse exposição da pessoa.

Portanto, a partir das falhas pudemos aprender algumas coisas que serão implementadas em outras apresentações. Também entendemos nossos sentimentos pessoais e grupais quanto ao tema, devido a isso fizemos reuniões com o psicólogo do campus e fornecemos ajuda as pessoas denunciaram abuso após se sentirem seguras por participarem da “Sala das Sensações” e notarem que aquilo não era culpa delas.

O ano de 2023 foi marcante para todos os membros em virtude de quão impactante, problemática e grandiosa foi a “Sala das Sensações”, além de ter sido a mais “pesada” quando comparada aos outros anos. Diante disso, nota-se as melhorias que devem ser realizadas para que todos os que se sentirem muito afetados possam ter um local de acolhimento.

A “Sala das Sensações”, por ter se tornado tão conhecida e por suportar apenas 12 pessoas em apresentações de 15-20min teve uma demanda de, em média, 320 pessoas no V Letras no Sertão o que resultou em muitas apresentações, contudo, o evento inteiro contou com 2 mil pessoas, aproximadamente, dessa forma não houve como atender todas elas e a sala foi cobrada para ser realizada em outros momentos. Com isso, surgiu a necessidade de apresentar o projeto em outros momentos, a data mais próxima e que ela poderia ser encaixada seria em abril, durante a SITECC – Semana Integrada de Tecnologia, Ciência e Cultura. A partir disso, feito o convite, mesmo com pouco tempo para mudanças, houve determinação de um novo tema “Suicídio, depressão e pressão familiar”, visto que ele não traz tamanha problemática quanto o anterior.

Além disso, no dia posterior houve o surgimento de uma sala intitulada “A ciência explica?” com alguns membros da “Sala das Sensações”, com o intuito de explicar alguns fatos, entre eles “por que sentimos o que sentimos?”. A nova sala tem a intenção de acolher os indivíduos que passaram no dia anterior pelo tema indicado e explicar alguns sentimentos que podem estar confusos, ademais pretendeu-se também dinamicamente influenciar os diferentes sentidos, explicar teorias e tratar sobre a sinestesia, uma vez que esta esteve presente nas experiências anteriores deste

público. Com isso, a pós-sala obteve um desempenho excelente e, ao contrário do que havia sido realizado anteriormente, ela conseguiu transmitir apenas boas sensações e explicações adequadas acerca das dúvidas ainda existentes.

Em virtude do que foi discutido, percebe-se que a partir do que foi feito e observado durante o V Letras no Sertão, os membros da sala forneceram na SITECC uma nova experiência enquanto “Sala das Sensações” e uma pós-sala para acolhimento dos indivíduos e melhor compreensão sobre seus sentimentos, dessa forma naturalizando o sentir e implicando a empatia. Portanto, conclui-se a necessidade expressa de preparação e de análise das atuações para melhor desenvolvimento da experiência.

## ANÁLISES QUALI E QUANTITATIVAS

Foram realizadas pesquisas quali e quantitativas através de formulários via Google. Mediante a isso, houve a seleção de 3 a 4 questionamentos presentes na pesquisa e, para um estudo aprofundado das perguntas qualitativas, foram escolhidas de 3 a 5 respostas que, genericamente, indicassem a opinião geral, além das adversidades.

Quadro 02. “O que achou da experiência em 2023?”

R1	Tema delicado, mas sua abordagem é de extrema importância.
R2	De uma certa forma foi algo agonizante, que me despertou medo e em alguns momentos senti como se realmente estivesse acontecendo. Porém, a mensagem que é passada ao final da sessão de que a culpa não é de quem está passando pelo tormento, assédio ou abuso tranquiliza e é super necessária, levando em consideração também as formas e disponibilidades para ajudar. Achei muito bom e interessante também a fala que foi mencionada em relação a ansiedade e depressão, e que se alguém estivesse passando por isso sente-se acolhido e abraçado (inclusive nos abraçam nesse momento) e procurassem por ajuda...



R3	Excelente, principalmente as partes dos abraços, massagens etc. Me sinto aliviado, sinto que um peso acabou se ser tirado.
R4	Abrangeram um tema bastante difícil de lidar, foi um trabalho incrível!

Fonte: elaborado pelos autores.

A primeira pergunta a ser analisada no questionário que teve como público-alvo os participantes externos da sala é “O que você achou da experiência em 2023?”, a partir disso foram escolhidas quatro repostas que representam delicadamente e de forma correta a maioria dos feedbacks. Com base no exposto, nota-se que o elogio principal está na forma com que lidamos com o tema “Violência e Abuso Sexual” e em como nos mostramos aptos a encontrar soluções caso alguém precisasse de ajuda. Outro fator pertinente, é a questão do reconforto pós desconforto, ou seja, quando o indivíduo passa pelo acolhimento depois das sensações incômodas. Logo, observa-se a importância de ter um espaço para que as pessoas ali estejam seguras, abraçadas e abrigadas.

Conclui-se, portanto, que a experiência em 2023 superou as expectativas, tanto por se tratar de tema muito forte quanto por ter tido um bom retorno dos experienciados. Ademais, a facilidade em expressar com palavras sinceras mostra a clareza dos sentimentos após a sinestesia realizada dentro da “Sala das Sensações”.

Quadro 03. “No quesito pessoal, como você foi tocado/a?”

R1	Querendo ou não esses temas mais "pesados" quem tiver um mínimo de consciência é tocado na forma de conscientização e de ter um pouco de noção do que as vítimas passam.
R2	Mexeu bastante com meus sentimentos, nunca chegou a acontecer comigo mais me mostrou que eu sou forte...
R3	Despertou um sentimento de vulnerabilidade
R4	Foi um tema muito forte e delicado, que me fez ficar pensando muito no que vivi na sala, eu senti um misto de sentimentos: dor, angústia, medo, insegurança, nojo, incapacidade....

Fonte: elaborado pelos autores.

O intuito do experimento é o despertar sinestésico, ou seja, através de sons, toques, músicas, diferentes contatos corporais e sentidos fazer com que o ser sinta a mais do que somente aquilo de forma singular lhe proporcionaria. Portanto, é notado que um mix de sentimentos é gerado a partir das simulações referentes a temática que é realizada, expressando de forma resumida, por meio de músicas, textos e toques.

Logo, percebe-se que há a geração e o estímulo sobretudo da empatia. Um fato marcante da “Sala das Sensações” é que não se pode vivê-la sem sentir e, ao sentir refiro-me ao ponto de que quem sai da experiência aprende a importância de se importar com outros sujeitos.

Analisando as considerações a respeito do desenvolvimento da sala durante o V Letras, pude fazer e praticar exatamente o que foi mencionado nas mensagens acima durante a SITECC. A equipe foi selecionada minuciosamente, outra proposta de tema (Depressão, Suicídio e Pressão Familiar” e, por fim, realizada uma forma de acolher as pessoas que passaram por tal experiência, sendo essa a construção da pós-sala “A ciência explica?”, sendo que nela realizou-se discussões neurocientíficas e filosóficas sobre as emoções, as ideias, como somos influenciados, sobre escolhas, nossas personalidades e, por fim, sobre o amor. A proposta foi amplamente bem avaliada pelo público (interno e externo) e deve continuar como “a parte boa” da “Sala das Sensações”.

Logo, observa-se que ao aplicar os questionários, analisar as problemáticas e utilizá-las da melhor forma, há um melhor resultado e isso foi comprovado durante o desenvolvimento da “Sala das Sensações” na SITECC, ou seja, refazer em outro espaço e testando as possibilidades, resultaram em uma experiência mais crítica, certa e acolhedora aos participantes. Com isso, nota-se a importância de ouvir os membros da sala e promover a união enquanto grupo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A “Sala das Sensações” desempenha um papel bastante significativo no espaço em que está inserida, uma vez que provoca experiências incomuns em seus participantes, auxilia no desenvolvimento interpessoal através da união sensorial e vivência sinestésica, conscientiza o senso empático nos indivíduos a partir de suas temáticas e, por fim, fornece, não somente ao público externo, mas a quem está realizando o acontecimento, uma melhor compreensão acerca de suas próprias emoções e suas ações no mundo. Ademais, intensifica a sinestesia em seu uso artístico e as suas diversas possibilidades enquanto fator contribuinte no progresso cognitivo e emotivo do ser humano, como já apontado anteriormente, incentivando, dessa forma, maior visibilidade nessa área científica que é proporcionada através da arte.

Com isso, diante das análises realizadas a respeito da opinião popular sobre o projeto e seu desenvolvimento, pode-se concluir que ele desperta grandes impactos e um enorme destaque desde sua inserção. Pontua-se também a influência no desenvolvimento de ações acerca dos temas apresentados, a integração da equipe aos órgãos de ensino e de apoio psicológico da instituição, o acolhimento a jovens e adolescentes que possuem algum tipo de doença psicossocial, a necessidade de realização da “Sala das Sensações” e o desenvolvimento da pós-sala denominada “A ciência explica?”, após o estudo crítico e visualização de bons resultados durante sua aplicação.

Dessa forma, com base nas problemáticas e impactos relacionados a experiência sinestésica discutida durante o artigo, observa-se o quão importante é a sua aplicação no Ifal – Campus Santana do Ipanema e arredores, aliás nota-se a necessidade de inserção em outras instituições. No espaço em que habita já possui um vínculo e irá perdurar por muitos anos com algumas modificações a depender dos participantes, contudo sem que se perca a sua base e seu objetivo. A “Sala das Sensações” ocupa uma posição da qual não pode ser retirada em virtude da sua excelência,

as pessoas que entram em contato não hesitam em retornar, pois sabem que somente ali experimentarão aqueles sentimentos e sensações da forma que sentiram.

Conclui-se, portanto, que o ruir sinestésico relacionado a “Sala das Sensações” afeta todos os sujeitos que passam por perto, que a partir desse projeto é possível compreender as emoções e a sinestesia além do seu campo artístico, englobando, nesse sentido, também a neurociência. É incontestável que a experiência sensorial exala aspectos artísticos agrupando os toques científicos. Com isso, a “Sala das Sensações” deixa uma marca que se tornou indiscutível: A sinestesia na arte é, nada menos, que uma ciência muitas vezes incompreendida.

## REFERÊNCIAS

BRAGANÇA, G. F. F. **Parâmetros para o estudo da sinestesia na música**. Per Musi, Belo Horizonte, n.21, 2010, p.80-89.

DAY, Sean. **Synesthesia: the American Synesthesia Association**. Disponível em: <http://home.comcast.net/~sean.day/Synesthesia.htm>, acessado em 10 de outubro de 2023.

FILLMORE, Charles J. **Semântica de Frames**. Cadernos de Tradução, Porto Alegre, n. 25, jul-dez, 2009, p. 25-54.

LAKOFF, Geoge; JOHNSON, Mark. **Metáforas da vida cotidiana**. Coordenação de tradução: Mara Sophia Zanotto. São Paulo: Mercado das Letras, 2002.

SILVA, Augusto Soares da. **Palavras, significados e conceitos: o significado lexical na mente, na cultura e na sociedade**. Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Letras e cognição nº 41, p. 27-53, 2010.



## CAPÍTULO 8

### ALGUNS ASPECTOS SINTÁTICOS ENTRE O “ALAGOANÊS” E O “CARIOQUÊS”

Kátia Leilany Beserra Siqueira

#### UM ESTUDO DE CASO SOCIOLINGUÍSTICO

A nossa sociedade é diversificada, assim também é o uso da nossa língua. O tema abordado mostra que por meio desses fatos se conhece os fenômenos linguísticos que muitas vezes são ignorados. Podemos perceber, no entanto, duas variedades da fala. Bem como a riqueza através desses falares que por meio de expressões conseguem representar a heterogeneidade existente na nossa língua portuguesa.

A fala alagoana e a carioca foram escolhidas para esse estudo pela forte expressão dessas duas falas juntas na sociedade brasileira, assim, foi necessário relacionar o emprego dessas duas falas, comparando-as e remetendo-as a norma padrão, a fim de mostrar que essa variação ocorrida é uma prática social.

Ao analisar a fala dos influenciadores Carlinhos Maia (alagoano) e Felipe Neto (carioca), é possível perceber essas diferenças. Nas expressões de ambos, ficam nítidas as características de um povo, de uma comunidade por meio de seus vocábulos.

Em função do grande número de turistas que circulam em Alagoas, a percepção da diferença no seu modo de falar é latente; alguns turistas até desconhecem alguns termos alagoanos usados para designar determinadas coisas. Podemos citar exemplos: brigar é **arengar**; apressado é **avexado**; desespero é **aperreio**, entre tantos outros.

Essas diferenças são relatadas por usuários de outras variedades do PB, em muitas das vezes de maneira bem humorada

e amigável, mas, infelizmente, em outras, elas são compreendidas de maneira caricatural, em um imaginário de inferioridade/superioridade que está posto na sociedade brasileira, muito em função, também, das diferenças econômicas.

Tudo isso faz parte dessa comunidade de fala, pois a Sociolinguística Variacionista apresenta a língua como sendo um comportamento social e não algo individual, assim sendo, ela faz parte da comunidade, do social.

Essas variações podem ser notadas também no Estado do Rio de Janeiro. Localizado na Região Sudeste do Brasil. Esse Estado é composto por 92 municípios. Apesar do número menor de municípios em relação à Alagoas, o Rio de Janeiro tem uma população muito maior, sendo o terceiro maior estado do país em contingente. Alagoas é o décimo oitavo estado, segundo dados do último censo do IBGE.

Entres as falas do carioca pode-se destacar uma forte realização do “s” soando como “x”, como por exemplo: *goxto; paxta; caxca*; pronunciam o “i” ao final de algumas sílabas, três = trêix, além dos diversos termos utilizados para se referir a algo.

Por lá, não compreender ou se preocupar com algo, significa *ficar bolado*. *Dá uma moral “aê”* é o mesmo que pedir para ser ajudado e *maneiro* é algo muito legal.

Assim esses dois falares mostram o quanto a Língua Portuguesa é rica em seus modos de expressão. Todo esse processo de variação ocorre dentro de uma comunidade de fala. E isso

não pode ser analisado fora desse contexto. De acordo coma definição dada por Labov:

A comunidade de fala não é definida por nenhuma concordância marcada no uso de elementos linguísticos, mas sim pela participação num conjunto de normas compartilhadas; estas normas podem ser observadas em tipos de comportamento avaliativo explícito e pela uniformidade de padrões abstratos de variação que são invariantes no tocante a níveis particulares de uso. (Labov, 1972, p. 150).

Desse modo, por meio de uma pesquisa mais ampla, na qual foram usadas amostras dessas duas falas, a fim de apresentar a heterogeneidade permitida pelo uso da língua materna nesses dois Estados brasileiros, compreendemos que nosso *corpus* se constitui de exemplares duas comunidades de fala diferentes, caracterizadas principalmente pelo aspecto geográfico/regional em que estão inseridas. É, portanto, possível identificar um determinado grupo social devido ao seu uso linguístico.

Nesse grupo, a comunidade de fala, são criadas regras por entre os membros que passam a ser seguidas de forma inconsciente. Bagno afirma que “tudo o que acontece numa língua viva, falada por seres humanos, tem uma razão de ser” (2009, p. 44).

Essa razão de ser, de que trata o autor, é determinada por fatores linguísticos e extralinguístico. O principal fator extralinguístico que estamos considerando é o geográfico, por meio do qual se estabelece a variação diatópica. No entanto, estamos sempre atentos às determinações socioeconômicas de uma sociedade desigual como a sociedade brasileira, que impõe a distribuição desigual da riqueza, bem como do acesso à instrução formal, aos bens culturais, à intelectualidade, etc.

## **METODOLOGIA**

Para bem representar, nesta pesquisa, as duas variedades de que viemos tratando, compreendemos ser plausível escolher dois influenciadores digitais, conhecidos a nível nacional por meio das mídias. Poderíamos, por exemplo, ter escolhido âncoras de diferentes telejornais locais. No entanto, fizemos a escolha metodológica por um falar mais espontâneo, mais próximo do que se realiza no dia a dia nessas comunidades de fala.

Um dos influenciadores escolhidos, é o humorista Luiz Carlos Ferreira dos Santos. Mais conhecido como Carlinhos Maia, que é também ator e empresário brasileiro, o influenciador deu início a sua carreira através de vídeos de cunho humorístico produzidos via internet. Ele é natural de Penedo-AL, filho de Virgílio Ferreira



dos Santos e Maria das Graças Santos. Atualmente Carlinhos é casado com Lucas Guimarães. O outro influenciador escolhido é Felipe Neto, conhecido por ter um grande número de inscritos em seu canal no Youtube. Ele também é ator, empresário, comediante e escritor. Felipe é natural do Rio de Janeiro-RJ. Ele iniciou a carreira apresentando a sua opinião sobre celebridades, acontecimentos ou filmes em tom crítico e/ou humorístico.

O motivo da escolha desses dois representantes se deu pelo fato de ambos possuírem grandes números de visualizações em seus conteúdos. Carlinhos Maia, por exemplo, possui, atualmente, 29,4 milhões de seguidores no Instagram, no qual ele permanece com suas publicações, deixando o Youtube, com pouco mais de 2 milhões de inscritos, para outras eventualidades. Enquanto Felipe Neto possui pouco mais de 17,4 milhões de seguidores no Instagram e mais de 45 milhões no Youtube, canal em que ele desenvolve melhor o seu conteúdo.

Maia tem vídeos em seu canal do Youtube com mais de 500 mil visualizações, na época em que ele iniciou por lá, chegou a alcançar mais de 1 milhão. E Neto tem vídeos com mais de 1 milhão de visualizações até o atual momento.

Então, enquanto alagoana, ao assistir os vídeos de Carlinhos, sinto que ele representa a nossa fala e vejo que Felipe Neto representa uma variedade coloquial devido a sua naturalidade. Em função da necessidade metodológica da descrição dos informantes da pesquisa, foi preciso, além de pesquisar um pouco da vida de cada um, investigar as falas desses dois influenciadores digitais, assistindo a vários vídeos, analisando e percebendo em que ponto se encontravam diferenças nesses falares.

Também em função de critérios metodológicos, dentre os inúmeros vídeos assistidos, aqueles selecionados para compor o *corpus* da pesquisa tinha duração similar: o de Maia com duração de 17':43'' e com mais de 50 mil visualizações e o de Neto com duração de 16':42'' e com mais de 15 milhões de visualizações. Isso garantia um volume de texto mais ou menos similar. No entanto, tendo em vista as especificidades dos gêneros textuais

multimodais, a velocidade e o ritmo da fala, as pausas, dentre outros elementos, produziram forte impacto sobre a quantidade de texto, fazendo com que a transcrição do texto de Neto ficasse com mais volume de texto que o vídeo de Maia.

Para melhor analisarmos essas duas falas selecionamos um vídeo de cada um desses *youtuberes*, tomando-os como usuários da língua em contexto espontâneo, e transcrevemos as falas, que, por meio deles, apresenta a heterogeneidade do uso da língua. Fazendo uso do método dialético, que consiste em fazer uma análise distinta das duas falas. Além disso, também procedemos a compará-las e a fazer ponderações, tanto entre elas quanto delas em relação à norma padrão do português brasileiro

## ANÁLISE E RESULTADOS

Vejamos a seguir uma breve análise retirada do nosso corpus, relacionada ao nível sintático, que trata da estrutura das frases. Sabendo-se que na sintaxe existem diversas possibilidades de associar palavras com o intuito de formar enunciados:

Analisando a fala de Carlinhos Maia, podemos observar a posição da negação, quando ele, no decorrer do vídeo, está dizendo “*não fique preocupado não*” ou “*não quer mais não?*”. Há a produção de uma dupla negação. Tradicionalmente, a negação, processo adverbial, ocorre próximo ao verbo. Nesse caso, a dupla negação garante o que prevê a norma, mas duplica a negação, muito provavelmente por motivações pragmáticas, para dar ênfase. Já na fala do Felipe Neto, ele diz “*não e eu não só tava acima do peso...*” ocorrendo assim o processo de diferença na estrutura das sentenças.

Sabemos que existem várias possibilidades de dizer uma certa frase, podemos mudar a ordem dos constituintes dos sintagmas, porém é preciso que uma frase faça sentido. Os vários constituintes de uma mesma sentença podem ser colocados na posição inicial. Esse tipo de descolamento chama-se topicalização.

Outras formas dessas frases seriam:

1 Não fique preocupado!

1.2 Preocupado, fique não!

1.3 Fique preocupado não!

2 Não quer mais?

2.1 Mais, não quer?

2.2 Quer mais não?

3 Eu não só tava acima do peso...eu tava branco.

3.1 Só tava acima do peso não eu, eu tava branco.

3.2 Eu tava branco, eu não tava só acima do peso.

Em termos linguísticos, inconscientemente a ordem das frases estão em nossa mente, as combinações para que elas sejam formadas. E como falantes da língua portuguesa, já chegamos à escola com essa visão. Seguimos com as breves observações, desta feita, ainda na fala de Carlinhos Maia ao dizer “*Vamo balançar não pode não gente ficar em pé*”, mesmo havendo a repetição do adverbio de negação, não alterou o sentido da frase.

Ele poderia dizer:

4. Vamo balançar, não pode ficar em pé não, gente!

4.1 Gente, vamo balançar, não pode não ficar em pé!

4.2 Não pode ficar em pé não, vamo balançar!

Mostrando mais alguns exemplos de topicalização, agora na fala do Felipe Neto:

5. Teu pai não gosta muito de mim não, porque ele me ignora.

5.1 Ele me ignora, porque teu pai não gosta muito de mim não.

5.2 Teu pai me ignora, porque ele não gosta muito de mim não.

Existe também a possibilidade de deslocamento dos constituintes da sentença afim de realizar uma operação denominada clivagem, onde esses constituintes além de serem movidos pra a posição frontal, podem também ficar entre os verbos ver e ser e o **conectivo** que *que*. Formando sentenças de foco. Vamos dar continuidade aos exemplos ainda na fala do Youtuber carioca.

6. É o teu pai que não gosta muito de mim, porque ele que me ignora.

E da mesma forma, é possível também descolocar alguns constituintes da sentença para a posição final, vejamos na seguinte frase: *Essa mansão está avaliada em 28 milhões de dólares.*

7. Essa mansão, em 28 milhões de dólares, está avaliada.

Desse modo, podemos perceber, por meio desses fatos sintáticos que as sentenças não foram feitas para serem interpretadas somente por uma sequência linear de palavras, mas, sim que elas foram compostas por constituintes estruturados de uma maneira hierárquica.

Em nossos resultados, foi possível discutir, além da relevância deste tema, também a importância de que falantes de diferentes lugares sejam compreendidos e respeitados. Afinal, como demonstramos, a variação linguística é fato incontestável no funcionamento das línguas naturais, seguindo critérios tanto internos quanto externos à língua, possibilitando-nos a compreensão de que não há variedade certa ou errada, mas que há variedades e em seus contextos elas cumprem seus propósitos comunicativos com eficácia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, foram analisadas as variações ocorridas utilizando como amostras, as falas de Carlinhos Maia (Alagoas) e Felipe Neto (Rio de Janeiro), dois grandes nomes do universo digital. Suas falas serviram como base para descrever o tipo de variação ocorrida, a exemplo das análises a cima, assim, analisamos o *corpus* evidenciando, por exemplo, algumas variações no nível sintático não de maneira exaustiva, mas de maneira amostral.

Essas variações são condicionadas por fatores linguísticos e também sociais. E como principais suportes metodológicos foram utilizados o linguista americano Willian Labov (1972) e o professor, linguista e escritor brasileiro, Marcos Bagno (2002). Com base nas suas teorias, a pesquisa se desenvolveu apresentando as possibilidades de um falante na sociedade.

O termo Variação Linguística, não é algo novo, desde o surgimento de estudos como os de Willian Labov, por exemplo, com a Sociolinguística Variacionista ele vem sendo empregado frequentemente.

Sabendo-se que pelo modo de falar o indivíduo muitas vezes é julgado, pesquisas desse cunho servem para salientar a importância de conhecer as possibilidades que a língua apresenta. E que é preciso levar em conta diversos fatores, como os socioculturais, por exemplo.

Desse modo, desejamos com esta pesquisa, não só colaborar para que esse assunto se torne relevante na conjuntura social, mas, principalmente que os falantes, sejam eles de qualquer região, possam ser melhor compreendidos e respeitados. Torna-se urgente salientar a importância de aceitar essas variações. Ressaltando sempre que essa variação ocorre, uma vez que, primordialmente falando, a função da língua é a comunicação, e os falantes vão arrumando essa língua de acordo com a necessidade de interação entre eles.

## REFERÊNCIAS

- BAGNO, Marcos (org.). **A linguística da norma**. São Paulo: Loyola, 2002. p. 37-61. *Preconceito Linguístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- BAGNO, Marcos. **Não é errado falar assim**. São Paulo: Parábola, 2009, p. 44
- IBGE – **Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística**. Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.
- LABOV, W. **Sociolinguistic patterns**. 3. ed. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.
- PERINI, Mário. **Gramática descritiva do português**. 4ª ed. São Paulo: SP, Ática, 2007.
- PRETI, D. **Sociolinguística: os níveis da fala**. 9ª ed. São Paulo: Edusp, 2003.

## TRANSCRIÇÃO Nº 01

### **Vídeo do Carlinhos Maia: Carlinhos Maia leva a turma para o parque (TRECHOS)**

...Então não fique preocupado não que você vai cuidar deles o parto inteiro viu? Pronto é isso aê viu vai ficar duas horas e meia.  
Pronto eita a bagaceira chegou  
Ei divagar ah não adianta de quê ai meu Deus, Vamos simhora  
Eita por aqui não, tem que voltar peraí  
Eita baga... ei Di menor vai pra onde? Peraí...  
...Bota pra Moer  
Todo mundo aqui já?  
Olhe “comé” ousado “ói comé” ousado “ói comé” ousado ê...  
Vai no meio duvido vá “ói” como é ousado  
A cara do Maxuel... tá de ressaca Ói eu não digo nada...  
... Vamo balançar não pode não gente ficar em pé. Bora!

## TRANSCRIÇÃO NÚMERO 02

### **Vídeo do Felipe Neto: 6 vezes que pessoas ricas foram longe demais! (TRECHOS)**

Talvez você seja rico. Teu pai seja rico, ou tua mãe seja rica.  
(BRUNO) Você!  
Não.  
Porque, perto do que a gente vai ver aqui, hoje, qualquer pessoa rica que você conheça,  
ela não é rica o suficiente.  
(FELIPE) A não ser que seja o filho do Neymar. Beijo, querido!  
[BRUNO RIR]  
(FELIPE) Eu sei que você me assiste, Davi Lucca. Tamo junto, meu parceiro!  
Teu pai não gosta muito de mim não, porque ele me ignora.

(FELIPE) Mas, tudo bem. [RISADAS]...

... Então, eu tô bem longe disso aqui.

Essa mansão está avaliada em 28 milhões de dólares.

E ela tá em sexto lugar da nossa lista. Ou seja, ainda tem bastante coisa que a gente vai ver aqui hoje!...

...(FELIPE) Eu tava branco. Não era que eu tava branco, eu tava constrangedoramente branco!...

## CAPÍTULO 9

### O IMAGINÁRIO SOBRE A TECNOLOGIA A PARTIR DA POSIÇÃO-SUJEITO ALUNO

Viviane da Conceição Silva

#### INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como propósito analisar, consoante aos pressupostos teóricos da Análise de Discurso (AD) de ótica francesa, aqui representados por Michael Pêcheux (1995) e Eni Orlandi (1990), o imaginário a partir da posição-sujeito aluno sobre as mídias e tecnologias. O *corpus* da análise se constituiu de produções escritas de alunos do 2º ano do ensino médio de uma escola da rede pública estadual, localizada no município de Viçosa/AL.

Essas produções foram resultas de atividades desenvolvidas por bolsistas do Programa Institucional de bolsas de Iniciação à Docência – (Pibid) do subprojeto de Letras do Instituto Federal de Alagoas – (IFAL) do polo da Universidade Aberta do Brasil-(UAB) em Cajueiro, ocorrido no segundo semestre de 2019. O Pibid se trata de um Projeto Institucional de Bolsas de Iniciação à docência oferecido por meio de seleção pelos Institutos e Universidade Federais e Estaduais, à estudantes de Licenciatura das modalidades a distância e presencial, e tem como objetivo principal contribuir no aperfeiçoamento da formação inicial de professores para a educação básica e a consequentemente melhoria na educação brasileira.

Objetiva-se a partir deste estudo apresentar os efeitos de sentidos constituídos nas formações discursivas, as quais comportam o imaginário sobre as tecnologias, bem como as movimentações e atualizações destas memórias, em um cotexto de sala de aula, após debate com a temática “os pontos negativos e positivos das mídias e tecnologias”, debate o qual foi realizado



como uma das atividades proposto pelos participantes do Pibid com propósito pedagógico pautado nos multiletramentos, mas que foi possível trazer à tona uma rede memórias do já dito, perceber as ideologias ali constituídas e ao mesmo tempo trazer um ponto de embate para desestabilização da memórias, a partir as ocorrências do discurso durante o debate, o que proporcionou novos sentidos.

Objetiva-se, ainda, além de trazer reflexões sobre o imaginário do aluno, também conferir a importância do papel do professor no contexto educacional, para entender e refletir sobre as memória desses sujeitos, frente a questionamentos sócios-discursivos e ideológicos em sala de aula, principalmente no tocante às tecnologias.

A escolha do *corpus* da pesquisa deu-se pela importância das discussões na escola em um contexto de conectividade e virtualidade, e também pelo crescente uso das tecnologias na sociedade, aspectos que implicam nas formações imaginárias na posição-sujeito aluno e conseqüentemente nas suas formações ideológicas.

Segundo os pressupostos teóricos e metodológicos da Análise do Discurso, as formações imaginárias, materializam-se nas formações discursivas, nos modos dos dizeres, nas manifestações verbais. Por outro lado, o imaginário construído também interfere nas ações em relação ao uso destas tecnologias, principalmente a internet, considerando um ciclo de movimento, deslocamento e possibilidade de ruptura do imaginário constituído, voltando ao movimento da realação ao uso das tecnologias. Como descrito por Orlandi (2009),

Ao dizer, o sujeito significa em condições determinadas, impelido, de um lado, pela língua e, de outro, pelo mundo, pela sua experiência, por fatos que reclamam sentidos, e também por sua memória discursiva, por um saber/poder/dever dizer, em que os fatos fazem sentido por se inscreverem em formações discursivas que representam no discurso as injunções ideológicas. (Orlandi, 2009, p. 53).

Assim, verificamos que o sujeito é um produto, interpelado pelo meio, pela língua, pelos sentidos produzidos na relação ideológica, contudo, considerando que a memória discursiva é concebida numa esfera social, a qual é fluida e as relações estão sempre em movimento, e que não se limita apenas ao já dito, mas no ponto de estabilização e desestabilização produzidos pelas forças ideológicas de regiões diferentes, que podem gerar ressignificação das memórias já estabelecidas.

Para entendermos em que cenário social ocorreu o debate, importante para é importante salientar que este contexto de produção, ocorrido em 2019, difere do que estamos vivendo (2023)<sup>1</sup>, pós-pandemia, bem como difere do momento da construção deste trabalho (2021), período (2020-2022) em que o mundo viveu momentos críticos trazidos pelo Covid-19, em que, de forma muita rápida, mudou toda dinâmica do mundo, em todas áreas que constituem as sociedades, seja econômica, política, social, cultural e religiosa, além do caos sanitário catastrófico que ocasionou muitas mortes e colapso do sistema de saúde, o qual se fez necessário o isolamento social para contenção da doença. Hoje, mesmo com o controle do vírus, lidamos com todas as mudanças ocorridas em decorrência destes momentos de pandemia. Assim dentro de um novo cenário, o imaginário sobre as mídias e tecnologias, provavelmente não é o mesmo, pois a enunciação é condicionada as circunstâncias que está inserida e aos sentidos constituídos na história.

No que diz respeito ao debate realizado para proceder a produção textual, foi essencial para a descoberta de memórias construídas no contexto sócio histórico e a materialidade dos efeitos de sentidos, os quais constituem o discurso. Pêcheux, (1997, p.82), define o discurso “como efeito de sentido entre locutores”, de modo que é na prática discursiva que os elementos se

---

<sup>1</sup> O período das produções textuais dos alunos ocorreu no ano de 2019, antes da pandemia do Covid 19. Enquanto o trabalho e análise sob a perspectiva da AD foi realiza em 2021, no momento em que se vivia o isolamento social e outros desafios do momento pandêmico.

significam e ressignificam. Nesse processo da discursividade considera-se a linguagem como materialidade da produção dos sentidos que coexiste a historicidade das relações sociais. Em concordância com Orlandi (1994, p.41), entendemos que “[...] o discurso é definido como processo social cuja especificidade está em que sua materialidade é linguística. Há, pois, construção conjunta entre o social e o linguístico” .

Assim, os sentidos produzidos não pertencem a nenhum interlocutor, mas são produzidos na interação e estão carregados de ideologias ainda de que forma inconsciente, tais memórias (construção conjunta entre o social e o linguístico) afetam o sujeito, de forma que, pra a Análise do Discurso (AD), este contexto é constituído pelas relações de poder e dominação.

Ao entender o encadeamento dos discursos através de uma abordagem discursiva, proposta pela atividade do debate e produção textual, é possível avaliar o sujeito na posição que ele ocupa, pois, os discursos são pensados através da linguagem em sua prática considerando o valor simbólico atribuído (político/ideológico/histórico), lançados sobre os sujeitos e sua significância dentro da sociedade.

Salienta-se que o trabalho aqui proposto foi pautado em consonância com conceitos inerentes à AD e a importância da discussão sobre o tema mídias e tecnologias. Por seguinte, será apresentada a discussão acerca das Formações Discursivas – (FD), por meio de conjuntos de Sequências Discursivas – (SD) extraídas dos textos dos alunos. A partir da análise buscou-se compreender o funcionamento do imaginário sobre as tecnologias que afeta esses discentes enquanto sujeitos em suas posições. Para tanto foram apresentados neste trabalho os aspectos procedimentais para a realização da análise, teóricas e de condições de produção imediatas e históricas que constituíram os discursos verificados na superfície textual.

Finalizaremos com apontamentos sobre a importância da Análise do Discurso a partir da posição sujeito-professor(a)-pesquisador(a), tendo em vista não só a questão das escolhas

pedagógicas inerentes às práticas linguísticas na escola, mas também para ações sociais humanísticas, considerando-se ainda o importante papel que se coloca para construção de uma sociedade mais livre<sup>2</sup>.

## ASPECTOS PROCEDIMENTAIS

Após um estudo conciso sobre os conceitos fundamentais sobre a AD e a visualização da importância da discursividade em tempos de virtualidade, apresentaremos a pesquisa, a qual é de caráter teórico analítico, em que utiliza como *corpus* de análise os textos de alunos do ensino médio de um escola da rede estadual de ensino, localizada no município de Viçosa, Alagoas, resultantes de atividade trabalhada por bolsistas do Pibid, sendo essa uma das etapas de uma sequência didática que consistiu em pesquisa em várias fontes, seguido de debate e produção textual, com a temática “pontos positivos e negativos do uso das mídias e tecnologias”.

A dinâmica utilizada no debate teve como propósito conscientizar os alunos sobre as suas ações e escolhas no seu cotidiano, promovendo o desenvolvimento crítico sobre o uso das mídias e tecnologias no meio social e escolar, e conseqüentemente abrindo espaços para serem protagonistas na busca de informação e reflexão sobre a temática, sob uma perspectiva dos multiletramentos<sup>3</sup>, construídos com suporte teórico suporte teórico (Rojo, 2012, 2013; Kersch; Coscarelli, 2016). Essa proposta foi

---

<sup>2</sup> O sentido aqui constituído na palavra em destaque, compreende ao estado de liberdade, ainda que incompleta, pois estamos estancados numa zona de dominação e sempre estaremos, mas que podemos percebê-la, e nos colocarmos a frente nossas ações, como ato de resistência.

<sup>3</sup> no conceito de multiletramento exerce sua função, mesclando a multiplicidade de cultura e a multiciplidade semiótica, ou seja, a comunicação entre as culturas e conjunto de textos criados e transformados a favor desta comunicação na qual estão as novas tecnologias, em que “ Além dos multimodais, precisamos considerar os aspectos sociais relacionados aos textos trabalhar leitura e escrita como práticas sociais, em que ler e escrever são usados para agir no mundo”(Coscareli; Kersch, 2016, p.8)

direcionada a partir dos resultados de uma sondagem aplicada pelos estudantes de letras, participantes do Pibid, no segundo semestre de 2019, na mesma turma da realização do debate, em que foi verificado que os alunos passavam muito tempo conectados e maior parte desse tempo era dedicado ao acesso das redes sociais.

Nesta sondagem que antecedeu o debate, teve como propósito o diagnóstico para identificar de que forma estes alunos utilizam estas ferramentas em especial o uso das redes e internet e a interferência destas no seu meio social e escolar. Com os resultados foi possível constatar que alunos da turma não fazem o uso adequado destas ferramentas e textos por não terem a percepção da importância da pesquisa no âmbito do seu conhecimento intelectual, conforme análise dos dados na tabela abaixo:

1. Metade dos alunos disse que a linguagem “internetês” não interfere na sua escrita, outra metade disse que interfere.

2. Metade da turma disse que prefere assistir aula na sala de vídeo, 41% disse que não e 9% não responderam

3. O gênero textual que os alunos disseram ter mais contato na internet é o Bate papo totalizando 81% do alunado. O gênero Blog ficou com 9%, notícia e vídeo – aula com 3%, não opinaram 3%.

4. A maioria (34,8%) dos alunos responderam que ficam conectados de 1h a 2 por dia, em seguida 31,25% ficam mais 4 horas por dia conectados à internet, 25% ficam de 2h a 3h por dia, e 9,37% passam de 3h 4h do dia conectados na rede.

5. Os alunos responderam que as Redes Sociais são os principais interesses quando estão conectados, 3% responderam que buscam pesquisar para fazer trabalhos escolares, e 9% responderam outros.

6. As três ferramentas digitais mais utilizadas ditos pelos alunos para os estudos foram o Google, You Tube e vídeo-aula.

7. Como no quadro da sétima pergunta, foram respostas abertas, foi verificado que os três assuntos mais defendidos sobre a interferência das mídias na sociedade foram: A mídia como fonte de informação, ajuda na comunicação entre as pessoas e nos estudos e a terceira foi a fake News.

No que diz respeito ao debate, o qual foi intitulado “Debater para Conhecer” funcionou da seguinte maneira: o formato consistiu nos moldes de um debate eleitoral, com direito réplica e tréplica, sendo mediado por dois professores do PIBID. A turma do foi dividida em dois grupos, os quais foram orientados que fizessem anotações e pesquisas em várias fontes sobre o uso das tecnologias, principalmente as mídias e internet.

Com a turma dividida, um grupo ficou com os pontos positivos e outro grupo com os pontos negativos do uso das mídias e tecnologias. Um dos grupos foi representado por um “promotor” e o outro por “advogado” de defesa e aquele que apresentasse os melhores argumentos, com dados verídicos, pesquisas e experiências pessoais seria o vencedor do debate. A professora de Língua Portuguesa e supervisora dos professores desenvolvedores do projeto ficou com a incumbência de “Juíza”, para avaliar qual grupo seria o vencedor.

Concluimos esta etapa da Sequência com dois vídeos<sup>4</sup> retirados da internet, mostrando exemplos dos aspectos positivos e negativos sobre o uso das mídias e das tecnologias, possibilitando uma reflexão ainda mais profunda por meio da fala da professora supervisora e dos estudantes de letras, participantes do PIBID.

Como proposta da sequência didática foi pensado uma maneira de avaliarmos de que forma o debate refletiu no comportamento dos alunos e como se posicionavam diante de todos os pontos que foram discutidos. Devido a impossibilidade de gravação do debate, propomos a eles que produzissem um dissertativo-argumentativo com o seguinte enunciado: “Produza um texto de opinião expressando o seu pensamento acerca do debate com a temática ‘O uso das mídias e tecnologias’. De que maneira contribuiu para transformar seu modo de pensar e de agir na construção da sua personalidade enquanto cidadão?”.

---

<sup>4</sup> Os vídeos intitulados “Uso excessivo do celular”, disponível no <https://youtu.be/YLkqY5e9518>; e outro que fazia parte de um trabalho beneficente realizado por meio de uma página do Facebook, no entanto, o vídeo não está mais disponível.

Analisamos os textos e fizemos algumas observações em relação a estrutura do gênero textual solicitado, as sequências de ideias, coesão e coerência, mas essencialmente foi avaliado quanto aos argumentos que eles conseguiram inferir em seus textos trazendo da sua realidade as consequências e os benefícios do tema abordado.

Dentre os 23 (vinte e três) texto produzidos foram escolhidas 9 (nove) produções<sup>5</sup> para fazer parte do *corpus* desta pesquisa. O critério de escolha dos textos foi a visibilidade da caligrafia do aluno, tendo em vista que alguns textos não era possível uma leitura clara. Em seguida, foram extraídas Sequências Discursivas e organizadas em direcionamentos semelhantes para assim identificar as Formações Discursivas.

Com análise das FD's, foi possível entender os mecanismos das Formações Imaginárias, bem como, os fatores que determinam as condições de produção, dentre eles, as relações de sentido que poderão nos responder de que forma o ato de debater no contexto escolar, afeta nas construções do imaginário, e conseqüentemente a construção de ideologias que constituem seus discursos. Além disso, identificar os comportamentos da posição-sujeito aluno no co tecnológico em relação aos aspectos positivos e negativos na sociedade e escola.

Para entendermos os caminhos para análise discursiva, é essencial conhecer as condições de produção e quais as formas acionam as memórias discursivas que constituíram o imaginário dos alunos sobre os pontos positivos e negativos do uso das mídias e tecnologias. Para essa verificação traremos dois conceitos que descrevem as condições de produção, o contexto imediato e contexto histórico. Orlandi (2012) nos diz que:

Podemos considerar as condições de produção em sentido estrito e temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E se as consideramos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio histórico, ideológico. (Orlandi, p. 30, 2012).

---

<sup>5</sup> Produções textuais disponível no link <http://bit.ly/3Rpmsm2>

Deste modo, o contexto imediato das produções textuais realizadas pelos alunos caracteriza-se primeiramente pelo ambiente educativo, em que foram constituídos pelo comando pospostos pelo grupo de professores do PIBID. Assim, a autoria, ainda que atravessada por outros dizeres instituídos no contexto histórico e social, foi possível nesta situação, pois o comando da atividade direcionou os alunos a se posicionarem e trazerem suas vivências e crenças.

Na mesma medida, o debate e as produções textuais foram direcionadas a uma reflexão sobre o tema proposto, evitando o que Orlandi<sup>6</sup> (2012) chamou de “asfixia do sujeito”, permitindo-se a movimentos de sentidos em suas vozes enquanto alunos, de forma a garantir a interpretação à luz da AD do imaginário sobre as mídias e tecnologias.

Condiderando que as condições de produção são interpeladas pelos acontecimentos sócio históricos, devemos considerar para análise discursiva, o perfil dos alunos, os quais são filhos de famílias de classe média baixa, maior parte oriundo da periferia e zona rural da cidade. Na maioria das vezes o formato famílias é constituído, pela a mãe com o papel de funções do lar e o pai geralmente exerce funções do campo, são autônomos, ou trabalham no comércio da cidade. Apesar de terem uma condição financeira restrita, estes alunos possuem ou tem acesso à aparelho celular com funcionalidade e capacidade de memória limitadas e com acesso restrito a internet de qualidade.

Também é importante verificarmos o perfil da escola enquanto espaço de relações sociais, formação e posicionamento no protagonismo destes alunos. Neste sentido, a escola campo desta pesquisa, que oferece ensino na modalidade integral e profissionalizante, busca, dentro das suas possibilidades, com todos os desafios de uma escola pública, ter um direcionamento

---

<sup>6</sup> Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi é uma linguista e professora universitária brasileira. No Brasil, ao final dos anos 70, foi pioneira na área da análise do discurso, com base nos trabalhos de Michel Pêcheux



para formação de alunos protagonistas no seu desenvolvimento profissional e pessoal, a partir de ações pedagógicas que sempre estão vinculadas ao desenvolvimento crítico e a criatividade<sup>7</sup>.

Contudo, esses aspectos (perfil/escola/aluno) não devem ter tratamento determinista, numa relação de causa e efeito de forma implacável e irreversível. Não se trata qualificar causas que determinam imaginário do sujeito, pois, em concordância com Orlandi (2012), os sentidos permanecem porque há uma determinação histórica, como também é pela determinação é histórica que os sentidos podem mudar.

Assim, as associações são realizáveis, pelo fato da projeção que os sujeitos têm do lugar social que ocupam e, e mesmo sendo estes alunos provenientes de classe social média baixa, tendo acesso menos privilegiado á tecnologia, estes jovens são provenientes de uma geração em que são considerados nativos digitais, pois nasceram e cresceram no ambiente digital e falam a linguagem digital.

## ANÁLISES E RESULTADOS

Partimos para análise das sequências discursivas (SD), as quais foram divididas em blocos de acordo com as regularidades ocorridas na superfície textual. Cada SD está identificada numericamente bem como o texto<sup>8</sup> ao qual foi extraído, as mesmas estão transcritas fielmente para apresentar a materialidade linguística analisada.

Em um primeiro momento, estão agrupados os enunciados sobre os pontos positivos e negativos do uso das mídias e tecnologias que caracterizaram o debate. Dentro destes dois agrupamentos, são apresentadas as Formações Discursivas (FD) de posições que constituem o imaginário e os gestos que revelam

---

<sup>7</sup> Os dados colocados sobre o perfil dos alunos e escola foram resultados de um diagnóstico escolar realizado pelos professores do PIBID no início de 2019.

<sup>8</sup>As identidades dos alunos, autores dos textos analisados, serão preservadas.

a interpelação de outros dizeres em lugares de assujeitamentos na família, na escola e na própria mídia.

Ao tratar sobre discursos realizados nos textos, à luz da AD, busca-se entender “Passando, pois, para a minha filiação teórica específica, eu diria que as palavras não significam em si. É o texto que significa” (Orlandi, 1995), em que nos traz a ideia do discurso fotografado, não no sentido de arquivo, mas de uma peça histórica que é carregada de sentidos.

Nesta fenda, será apresentado a seguir sequencias Discursivas (SD), extraídas dos textos dos alunos com os posicionamentos pós debate, em relação aos pontos positivos e negativos do uso das mídias e tecnologia, bem como de que forma o debate foi importante para o crescimento enquanto aluno. Essas sequencias foram organizadas, como já dito, pelas suas semelhanças, com intuito de agruparmos as análises

Vejamos:

SD 01: *a tecnologia veio a avançar de forma que ficou mais **fácil** para se comunicar.*

SD 02: ***você chega** a lugares que nunca viu, conhece coisas que nunca pensou que poderia conhecer. (TEXTO 01)*

SD 03: *a tecnologia ajuda no dia a dia do ser humano diversas máquinas que **substitui o trabalho humano** com muita eficiência e em pouco tempo.*

SD 04: *por tanto não devemos criticar nem as mídias nem as tecnologias, pois ambas **ervem para ajudar e facilitar** o dia a dia do ser humano. (TEXTO 02)*

SD 05: *As mídias **nos ajuda trazendo** informações do outro lado do mundo, **ajuda nos estudos.** (TEXTO 04)*

SD 06: *o uso das mídias e tecnologias é importante, **pois nos ajuda muito no nosso dia a dia.** (TEXTO 05)*

SD 07: *Mais de qualquer modo **ela nos ajuda** a dar um melhor aprendizado e a fazer coisas que nós alunos precisamos como as pesquisas e vídeo aulas... (TEXTO 06)*

SD 08: *Com a mídia vem mais para o bem do que o mal, ela veio **facilitar** a nossas vidas.*

SD 09: *A tecnologia pode servi para vários **benefícios indispensável** a sociedade no cotidiano como trabalha, fala com pessoas que não estão conosco. (TEXTO 07)*

SD 10: *Ela pode **nos ajudar** na divulgação de nosso trabalho, a ajudar pessoas e a nos manter informado[...]até mesmo em nossos estudos, com: (**vídeo aula, pesquisa etc.**) (TEXTO 09).*

Observa-se que nas Sequências Discursivas aludidas acima, os alunos vêm a substituição de mão de obra por máquinas apenas como um ponto positivo, isto é referenciado com a utilização de palavras como por exemplo na palavra “ substitui” (SD3), esquecendo dos impactos sociais que o crescimento industrial carregou, principalmente para a população mais pobre. Essa concepção é instaurada pelo imediatismo e o consumismo em uma sociedade capitalista, de forma que os fins justificam os meios, alimentado pela própria mídia num processo de dominação.

O imediatismo, por sua vez, é característica da sociedade na era digital, a internet proporcionou a aquisição de informações, bens e serviços de forma instantânea e prática. Vemos nas as expressões “nos ajudar trazendo”, “nos ajuda muito no nosso dia a dia”, “facilitar a nossas vidas”, (SD’s 04, 05 e 07) as quais são exemplos da imagem sobre as tecnologias que os alunos formaram, na qual o que está sendo relevante é a facilidade, ou seja a comodidade que as ferramentas tecnológicas proporcionam.

A internet, muitas vezes, pode tornar-se apenas como um filtro (buscador para pesquisa) em que se pulam etapas do conhecimento. Podemos observar isso na SD 02, em que há a demonstração de um aluno maravilhado com as possibilidades que a internet proporciona, no momento que ele diz que “*conhece coisas que nunca pensou que poderia conhecer*”. Existem vários aspectos nessa abertura de informações que, muitas vezes, estes alunos, pela sua idade, maturidade, educação e ou acompanhamento familiar por exemplo, não teriam uma base para ter acesso à determinadas informações.

Neste sentido, a escola se tornou um paradigma, a qual necessitou reajustar seu posicionamento, sua ideia de formação, seu papel na sociedade, seja a buscar através da utilização das tecnologias como ferramenta de aprendizagem, especialmente a internet, em conjunto com metodologias de ensino. Porém, em outras situações, a escola ou professor acabam sendo resistentes ao uso da internet em sala de aula, justamente por pontos como

imediatismo, que ressignificou o conceito de aprender, o que aprender e para que aprender.

Dessa forma, podemos identificar nas Formações Discursivas que os sujeitos do discursos entendem que as mídias e tecnologias como um meio de facilitar o cotidiano das pessoas.

Passamos a um outro agrupamento de sequências discursivas:

SD 11: *as mídias meio que atrapalha quando usadas de má fé gerando diversas polêmicas por causa das Fake News.*

SD 02: *a tecnologia nos ajuda nosso dia a dia mais como tudo tem o seu lado ruim, faz as pessoas agirem sem pensar nas consequências e com isso podemos usar de maneira errada. (TEXTO 02)*

SD 12: *as pessoas usam mais o lado negativo pois elas faz a gente se desligar do mundo e das pessoas ao nosso redor. TEXTO 03*

SD 13: *a internet nos ajuda e nos atrapalha na parte da **escrissão (escrita)** por exemplo quando fazemos uma redação, texto entre outros de escrevemos “você estão escrevendo “vc”. Pois este erro está acontecendo muito. (Vício de escrita **internets**). (TEXTO 04)*

SD 14: *também tem os pontos negativos como Feke News onde são levantas as mentiras onde **enganam** o público. (TEXTO: 06)*

SD 15: *mais **ela** pode ser prejudicial quando há usamos de maneira incorreta, Ex: Compartilhamentos de **coisas impróprias** (espalhando Fake News) (TEXTO 09)*

É notável a voz passiva em relação ao ato da internet, a internet se revela no imaginário desses alunos como se tivesse vida própria e os usuários fossem apenas vítimas. Nesse discurso não se responde quem faz ao utilizar a internet? Porque? qual a importância disso? quem engana? qual público é enganado? Percebe-se que há um certo silenciamento construído discursivamente.

A própria mídia e as ideologias por ela disseminada interpelam as vozes presentes nos discursos que não se veem como raiz do problema, apontam sempre o outro, “a mídia meio que atrapalha”, “faz a gente desligar do mundo e das pessoas”, “nos atrapalha na **escrissão**” (escrita) e colocam a ideia de fake news como enganadora de pessoas, e não que as pessoas enganam outras pessoas, assim é denominado pelo os alunos como fake news.

Percebe-se que, ao falar em fake news, é colocado na terceira pessoa, no trecho “enganam o público” (SD14), de forma que, no imaginário desse aluno, ele não é o público e logo ele não é afetado pelas fake news.

Além disso, podemos conferir que explicitamente no imaginário dos alunos, os principais efeitos negativos do uso das mídias negativas são as Fake news, os vícios de escrita e a influência que tem sobre as pessoas nas suas ações, as quais as fazem sem pensar nas consequências, bem como se distanciam das pessoas ao seu redor, desta forma delimitamos as Formações Discursivas que enfatizaram os pontos negativos das mídias e tecnologias.

Passamos a analisar mais um bloco de Sequências Discursivas:

SD 16: *O problema não é a internet, mas as pessoas, que não sabem utilizar, ela só é ruim pra quem não pensa antes de fazer*

SD 17: *O que deve ser feito é conscientizar os cidadãos, prestarem atenção em seus filhos, parentes para que não haja dificuldade e problemas. (TEXTO 01)*

SD 18: *A mídia e a tecnologia, está ao nosso favor temos que usar com muita responsabilidade... ter um mundo melhor sem essa falta de respeito nas mídias. (TEXTO 03)*

SD 19: *o uso da mídia não é o mal da sociedade, e sim nós que fazemos o verdadeiro mal da mídia. (TEXTO 07)*

SD 20: *Vamos abrir mais nossas mentes, sabemos que as mídias nos influenciam, porém cada um tem consciência. (TEXTO 08)*

Nas sequências das falas acima, os alunos defendem que a internet, em especial as mídias apesar de ter um poder influenciador, cada um deve ser responsável por seus atos e de suas crianças, Vejamos: “o problema não é a internet, mas as pessoas” (SD01) – “conscientizar os cidadãos” (SD 17) – “temos que usar com [...] responsabilidade” (SD18) – “nós que fazemos o [...] mal da mídia” (SD 19)– “cada um tem consciência”(SD20)

Percebemos, então, que há oposição quanto a análise da formação discursiva anterior, em que o principal responsável pelos males causados no meio virtual ou no uso das tecnologias é algo que foge do domínio do usuário.

De outro modo, esta acepção contrária pode ser resultado do próprio debate realizado anterior a produção textual, em que propiciou um deslocamento de sentidos através dos embates entre os discursos dos alunos. Não se fechando a isso, outros pontos são importantes para referenciar esta ruptura, no sentido de reesigificação das memórias discursivas, como a estrutura familiar e os pensamentos ideológicos por ela disseminada no ambiente doméstico, sejam de ordem política, religiosa ou tradições passadas de geração em geração. A escola também é um ponto muito importante, existem professores que sempre usam temáticas de conscientização aliadas as suas práticas pedagógicas e por elas também transmite seus discursos.

Nestas sequências discursivas podemos **identificar Formações discursivas com imaginário de definição de tecnologia como benéficas ou malélicas, depende somente do usuário.**

Seguimos com último bloco de SDs:

SD 21: *O debate **mim** fez refletir muito sobre a mídia e tecnologia, pois agora **eu tenho mais conhecimento** dos dois lado o positivo e negativo. (TEXTO 03)*

SD 22: *O debate cujo o tema é mídias e tecnologias, **me ajudou a pensar de maneira diferente**[...] **O debate trouxe um aprendizado para nós aluno**, tanto para o lado positivo e negativo, pois foi bom para nossa reflexão e **conclusão** sobre a mídia. (TEXTO 04)*

SD 23: *No dia que ocorreu o debate foi muito legal, pois **nós mostramos** que a internet nos ajuda e também nos atrapalha.*

SD 24: *usamos a internet vinte quatro horas **podemos para e pensar** no que ela esta nos ajudando. (TEXTO 05)*

SD 28: *Ao analisarmos vemos que as pessoas estão usando mais o lado negativo das mídias, e sobre o **debate que tivemos, nele pude perceber** que realmente é o que mais se encontra no nosso cotidiano. (TEXTO 08)*

Nos recortes acima, vemos ações realizadas pelos alunos que os modificaram, um debate realizado por eles e para eles, essa condição fica explicita nos trechos quando os alunos verbalizam palavras de ação, *refletir, ter, ajudar, trazer, mostrar, pensar, perceber, etc.* Aqui é visto como eles se colocam efetivamente de agente ativos nos discursos e seus efeitos, percebem as potencialidades que as

mídias e a tecnologias têm sobre suas vidas, mas principalmente sobre o seu posicionamento sobre elas, e assim formam Formações discursivas sobre a importância do debate sobre o tema (deslocamentos e rupturas).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos com toda a conjuntura exposta e analisada durante o trabalho é que para entender o imaginário do aluno, não trata-se apenas de interpretar o que o discente está colocando verbalmente, pois deste ponto de vista eles são muito claros, mas também não se trata de entender o que eles falam nas entre linhas, mas relacionar os gestos verbais expelidas pelo imaginário, o lugar que ocupam as ideologias, e outros discursos que são projetados trazendo sinificados para realidade,.

É importante salientar sobre as reflexões acerca da relevância das tecnologias e a abordagem discursiva principalmente no âmbito educacional, a qual podem trazer a promoção debates como referência, assim como o debate, que resultou as produções textuais analisadas, proporcionou a todos os envolvidos uma abertura para a discursividade, em que foi possível visualizar os movimentos simbólicos em meio as reflexões colocadas pelos próprios alunos, de forma que possibilitou a evolução e a revolução em seus discursos em relação as tecnologias, constatado na relação entre o resultado da sondagem, resultado do debate, materializados nos textos pelos aluno.

Para a introdução à análise foi necessário apresentar a constituição do *corpus*, como se deu as produções textuais, as condições de produção no âmbito restrito e amplo que compreendem as condições imediatas e as condições interpeladas pelo sócio histórico. E por fim a análise propriamente dita, por meio de Sequências Discursivas extraídas das produções escritas em que propiciou a identificação de Formações Discursivas e conseqüentemente o imaginário dos alunos sobre as tecnologias.

Por outro lado, além de analisar a partir da AD os sentidos já legitimados foi importante ter como proposta a abertura nesta mesma zona de sentidos o surgimento de outros sentidos a partir da possibilidade de ruptura, que ficou evidente nas FD extraídas dos textos dos alunos, nas quais demonstraram esse contraste.

## REFERÊNCIAS

%20a%20an%C3%A1lise%20do%20discurso,an%C3%A1lise%20deses%20dois%20elementos%20simultaneamente. Acesso em: 25/10/2020

A. (Org.). Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua. Porto Alegre: Nova Prova, 2008. p. 09-33.

BARONAS, Roberto Laiser. (org.). **Análise de discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. Araraquara: Letraria, 2020. Disponível em: <https://www.letraria.net/analise-de-discurso-apontamentos/>. Acesso em 01/05/2021

BATISTA, Adilson Carlos; VENTURINI, Maria Cleci. Ideologia e imaginário em funcionamento em discurso veiculado por revista masculina. **Percursos Linguísticos**, v. 6, n. 12, p. 57-76, 2016. Disponível em: <https://www.periodicos.ufes.br/percursos/article/view/10376> Acesso em: 05/02/2021.

CANI, J. B.; COSCARELLI, C. V. Textos multimodais como objetos de ensino: reflexões em propostas didáticas” In: KERSCH, D. F.; COSCARELLI, C. V.; CANI, J. B. (Orgs.) Multiletramentos e Multimodalidade: ações pedagógicas aplicadas à linguagem. Campinas: Pontes, 2016, p.7-14.

COPE, B.; KALANTZIS, M. (Ed.). **Multiliteracies: Literacy Learning and the Design of Social Futures**. Routledge: Psychology Press, 2000.

FURLAN, M. G. V; NICODEM, M. M. F. **A importância das tecnologias de informação e comunicação no ambiente escolar**. R. Eletr. Cient. Inov. Tecnol, Medianeira, v. 8, n. 16, 2017. E –



4720. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/recit>>. Acesso em: 15/02/2021

GRANGEIRO, Cláudia Rejanne Pinheiro. **A propósito do conceito de formação discursiva em Michel Foucault e Michel Pêcheux..** Disponível em: <http://www.discurso.ufrgs.br/sead2/doc/clauidi agrangeiro.pdf> . Acesso em: 28/07/2008

GREGOLIN Maria do Rosario Valencise. **A Análise Do Discurso: Conceitos E Aplicações.** Alfa, São Paulo, 39: 13-21,1995. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/download/3967/3642#:~:text=Empreender>

HANSEN, Fábio. As formações imaginárias e seus efeitos de sentido no ensino e na aprendizagem de criação publicitária. **Educação e Pesquisa**, v. 39, n. 2, p. 465-476, 2013. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022013000200012&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022013000200012&script=sci_arttext) Acesso em: 06/02/2021

INDURSKY, F. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In: MITTMANN, S.; GRIGOLETTO, E.; CAZARIN, E.

LORENCENA, Evanildes. O imaginário social na representação de sujeito virtuais. **Revista ContraPonto**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p.70-86, jun, 2011. Disponível em: [http://seer.pucminas.br/index.php/contraponto/article/view/2239/pdf\\_5](http://seer.pucminas.br/index.php/contraponto/article/view/2239/pdf_5) Acesso em 01/03/2021.

MARIANI, Bethânia S.C. Fundamentos teóricos da análise do discurso: **A questão da produção de sentidos.** Niterói, RJ. Cadernos de letras da UFF, 1997, p.33- 43.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios & procedimentos.** 8 ed. Campinas, SP: Pontes, 2009. 100p.

ORLANDI, Eni P. **Discurso em Análise: Sujeito, Sentido, Ideologia.** Campinas, SP: Pontes, 2012.

ORLANDI, Eni P. Texto e discurso. **Organon**, v. 9, n. 23, 1995. Disponível em <https://www.seer.ufrgs.br/organon/article/view/29365> Acesso em 01/06/2021

ORLANDI, Eni Puccinelli. Texto e discurso. **Organon**, v. 9, n. 23, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/organon/article/download/29365/18055>. Acesso em 05/05/2021

- ORLANDI, Eni P. **Discurso, imaginário e conhecimento**. Unicamp, Brasília, 1994.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (1975). Tradução Eni Orlandi [et al.] 3.ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 1997.
- PEREIRA, Márcia Moreira. ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo. **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola, 2012.
- PESCADOR, Cristina M. **Tecnologias Digitais E Ações De Aprendizagem Dos Nativos Digitais**. V CINFE, Caxias do Sul, RS, 2010. Disponível em: [https://www.ucs.br/ucs/tp/cinfe/eventos/cinfe/artigos/artigos/arquivos/eixo\\_tematico7/TECNOLOGIAS%20DIGITAIS%20E%20ACOES%20DE%20APRENDIZAGEM%20DOS%20NATIVOS%20DIGITAIS.pdf](https://www.ucs.br/ucs/tp/cinfe/eventos/cinfe/artigos/artigos/arquivos/eixo_tematico7/TECNOLOGIAS%20DIGITAIS%20E%20ACOES%20DE%20APRENDIZAGEM%20DOS%20NATIVOS%20DIGITAIS.pdf)
- SANTOS, Grazielle da Silva. O imaginário sobre a aprendizagem de língua estrangeira: O olhar de Intercambistas Hispanofalantes. **Revistas Linguagem**, São Carlos, v.28, n. 1, 2008, p. 264-273.



## CAPÍTULO 10

### A ROBÓTICA EDUCACIONAL COMO FERRAMENTA NO ENSINO DA MATEMÁTICA

Carlos Eduardo Eustáquio

#### INTRODUÇÃO

O período pós-pandemia nos evidenciou o grande abismo educacional entre as escolas privadas e as escolas públicas, principalmente com relação às questões tecnológicas. Enquanto as escolas particulares articularam-se rapidamente para dar início ao ensino remoto, as escolas públicas sequer tinham estrutura suficiente para oferecer tal modalidade de ensino.

Conforme afirma Prestes (2020), a utilização de recursos digitais pelas escolas particulares foi motivada, principalmente, pela necessidade de a instituição manter seus alunos em aulas durante o distanciamento e, conseqüentemente, recebendo as mensalidades e mantendo-os em atividade.

Por outro lado, ainda conforme Prestes (2020), as escolas públicas, que já enfrentavam problemas relacionados ao uso da tecnologia, tiveram maior dificuldade em inserir esta modalidade de ensino. Muitas vezes o que acontecia era o envio de atividades impressas aos alunos, porém sem a atuação direta do professor. O que dificultou o processo de ensino e aprendizagem aumentando ainda mais o abismo entre as escolas públicas e privadas no país.

Obviamente, há uma certa generalização nesta afirmação. No entanto, esta é a realidade vivenciada na região de Sorocaba, no interior de São Paulo, especificamente na cidade de Votorantim, onde se encontra a escola participante deste estudo, que enfrentou este tipo de dificuldade.

A partir deste cenário e com o retorno das aulas presenciais, percebemos que as dificuldades, que já eram muitas, pioraram neste período. Uma pesquisa publicada pela revista Exame em março de 2022 comprova essa lacuna deixada pelo ensino remoto, demonstrando que “as crianças apresentaram cerca de 2,2 anos de defasagem escolar em matemática, 1,9 anos em leitura e 1,7 anos em redação” (Revista Exame, 2022).

Outro dado relevante a este respeito foi revelado pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, que divulgou os resultados de uma pesquisa amostral realizada ainda em 2021 que afirma que para alcançar o mesmo patamar de aprendizado de 2019 nos anos iniciais do ensino fundamental em matemática seriam necessários cerca de 11 anos para recuperar a aprendizagem perdida (Seduc, 2021).

Por isso, a observação e a pesquisa com relação a diferentes maneiras de ensinar matemática visando mitigar essas dificuldades se faz necessária. A robótica educacional pode ser um caminho para isso, já que é um campo de interesse dos alunos e isso pode favorecer o ensino de habilidades nesta área.

Assim, em meados de 2022 foi firmada parceria entre a Escola Municipal Maria do Rosário Arcuri de Oliveira Campos e a UNESP (Universidade Estadual Paulista) para o desenvolvimento do projeto de Robótica Educacional visando auxiliar os alunos dos quintos anos do Ensino Fundamental I no desenvolvimento de habilidades matemáticas. Como funcionário gestor da Unidade Escolar, houve interesse em observar o andamento do projeto e os seus benefícios para os alunos e comunidade escolar.

Percebemos que a implementação do projeto produziu significativos efeitos no rendimento dos alunos. Surgiu, então, a hipótese de que a realização do projeto promoveu impactos no ensino da matemática, bem como melhores rendimentos. Desta maneira, pudemos perceber esta evolução tanto por meio das notas (análise quantitativa) quanto por meio do engajamento e participação da comunidade escolar (análise qualitativa).

O objetivo principal da pesquisa, então, foi o de avaliar, por meio de análise documental, como, após o período de distanciamento, os alunos retornaram ao ambiente escolar e quais foram as contribuições que a robótica educacional trouxe para este processo de recuperação, principalmente a evolução durante a aplicação do projeto.

Para além do objetivo principal, foram traçados outros objetivos que puderam ser ainda analisados por meio da observação do desenvolvimento do projeto na escola. Com isso, percebemos maior interesse dos alunos pelas aulas de matemática, envolvimento dos mesmos em atividades realizadas pela escola, maior participação dos pais durante as aulas.

Foram analisados documentos relacionados a mesma etapa de ensino no que diz respeito ao rendimento dos estudantes antes e depois da pandemia (no retorno presencial). Foram comparados os dados afim de quantificar e qualificar os avanços alcançados após a finalização do projeto que ocorreu ao longo do ano de 2022.

## **METODOLOGIA**

Trata-se, esta pesquisa, de um estudo de caso de uso de robótica nas aulas de matemática na Escola Municipal Maria do Rosário Arcuri de Oliveira Campos. Para tanto, utilizamos o método de pesquisa de campo de caráter exploratório-descritivo, que, segundo Marconi & Lakatos (2003), consiste em empregar procedimentos sistemáticos para análise de dados onde se obtém, frequentemente, descrições tanto quantitativas quanto qualitativas do objeto de estudo.

Ainda sobre o método de pesquisa utilizado, pode-se dizer que os

estudos exploratório-descritivos combinados são estudos exploratórios que têm por objetivo descrever completamente determinado fenômeno, como, por exemplo, o estudo de um caso para o qual são realizadas análises empíricas e teóricas. Podem ser encontradas tanto descrições quantitativas e/ou qualitativas quanto acumulação de informações detalhadas como as

obtidas por intermédio da observação participante (Marconi & Lakatos, 2003, p. 188).

Cabe acrescentar ao método de pesquisa a observação assistemática que se caracteriza pela observação casual, sem necessidade de roteiros previamente elaborados que acontece de maneira livre (Marconi & Lakatos, 2003). Desta maneira, além da pesquisa de análise documental que tem como objetivo definir os resultados quantitativos, foi possível ainda mensurar o alcance qualitativo do projeto de robótica no ensino da matemática.

Trazemos, a seguir, algumas características do projeto, da comunidade escolar e das turmas envolvidas no projeto em estudo.

O projeto foi proposto por iniciativa das instituições envolvidas, a própria Unidade Escolar e a direção do *Campus* da UNESP de Sorocaba que ainda contaram com apoio técnico e financeiro da prefeitura municipal de Votorantim, cidade onde se localiza a escola.

A escola localiza-se em um bairro de classe média residencial, em sua maioria, e também comercial. Estão instalados nas proximidades da escola dois mercados pertencentes a redes regionais, pequenos restaurantes, farmácias, lojas de roupas, materiais de construção, academia, mecânicas e outros pequenos comércios que atendem aos moradores locais e também bairros mais próximos.

Participaram do estudo três turmas do 5º ano do Ensino Fundamental, com aproximadamente noventa alunos entre 9 e 11 anos. Deste total, há três alunos com deficiência que foram envolvidos nas atividades, mas que não foram objetos de estudo quantitativo, isto é, a avaliação destes é feita de forma diferenciada por meio do Plano de Ensino Individual (PEI). Assim, foram analisados apenas de maneira qualitativa.

Visando a avaliação mais ampla, analisamos as notas/ aproveitamento dos alunos de quinto ano de períodos anteriores à pandemia, isto é, de 2018 e 2019. Também foram levados em consideração dados específicos de rendimento escolar dos anos

2020 e 2021, períodos em que estiveram em ensino remoto e, por fim o rendimento do ano de 2022 durante os quatro bimestres do ano letivo.

## ANÁLISES E RESULTADOS

A análise final deste trabalho passa, inicialmente, por um processo de verificação quantitativa histórica que abrangeu dois anos antes da pandemia (2018 e 2019) e os dois anos em que as atividades presenciais estavam suspensas (2020 e 2021). Essa apreciação foi realizada a partir de gráficos com dados do período tendo como base as planilhas de notas finais das turmas dos quintos anos do Ensino Fundamental I.

Posteriormente realizamos estudo com os dados do ano de 2022 quando o projeto de Robótica Educacional foi posto em prática, conforme descrito antes. Para isso, foram analisadas as menções bimestrais dos alunos participantes do projeto, comparando-as entre si.

Por fim, apresentaremos avaliação qualitativa do projeto com base na observação assistemática (Marconi & Lakatos, 2003), desenvolvida durante o projeto. Por meio de contato informal e espontâneo com a comunidade escolar, foi possível constatar o contentamento ou descontentamento durante a execução do trabalho.

Importante ressaltar que, conforme Santos *et al* (2022) a preocupação com os processos de ensino-aprendizagem na área da Matemática cresceu nos últimos tempos, principalmente com relação a metodologia. E este trabalho também traz essa discussão e, ao mesmo tempo, uma possibilidade do uso da robótica neste processo.

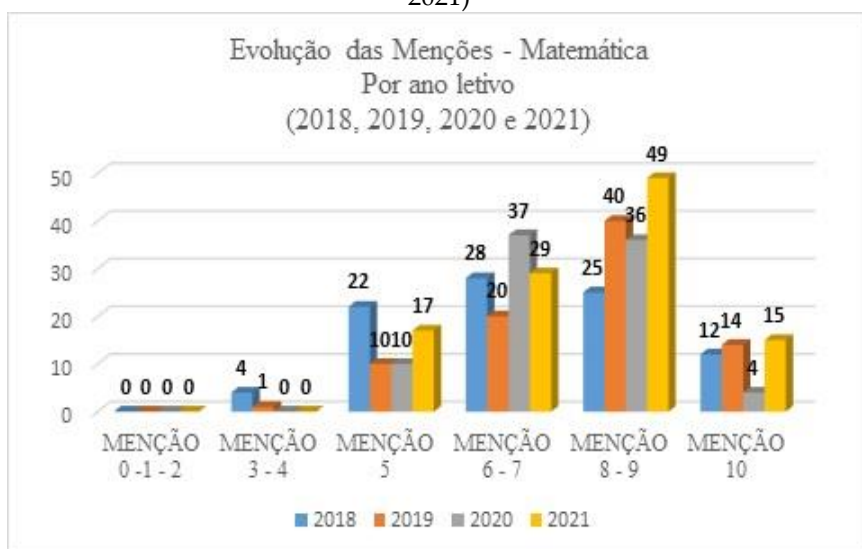
Desta forma, buscamos, com esta análise, refletir sobre mais uma possibilidade de ensinar e aprender matemática. Pois “esses processos de aprendizagem são potencialmente ricos para o desenvolvimento de competências fundamentais para o letramento matemático e para o desenvolvimento do pensamento computacional (Brasil, 2017, p. 266).



## ANÁLISE HISTÓRICA

Para que se possa compreender os resultados quantitativos atuais, fez-se necessário avaliar a série histórica e seus avanços ou retrocessos. A seguir, apresentamos um gráfico elaborado exclusivamente para este trabalho a partir das planilhas de notas finais dos anos 2018, 2019, 2020 e 2021<sup>1</sup>.

Gráfico 1. Evolução das menções de matemática por ano letivo (de 2018 a 2021)



Fonte: Autor

Para melhor interpretação do quadro, são necessárias algumas elucidacões. Tais como: as menções representadas no gráfico são atribuídas pelos professores da turma de acordo com uma média ponderada das quatro notas bimestrais.

Até o ano de 2018 as médias eram representadas por letras que, para facilitar a compreensão do gráfico, foram alteradas para a média numérica.

<sup>1</sup> <http://bit.ly/3RhOCiw> (Os nomes dos alunos, bem como dos profissionais da escola, foram ocultados para preservação da identidade).

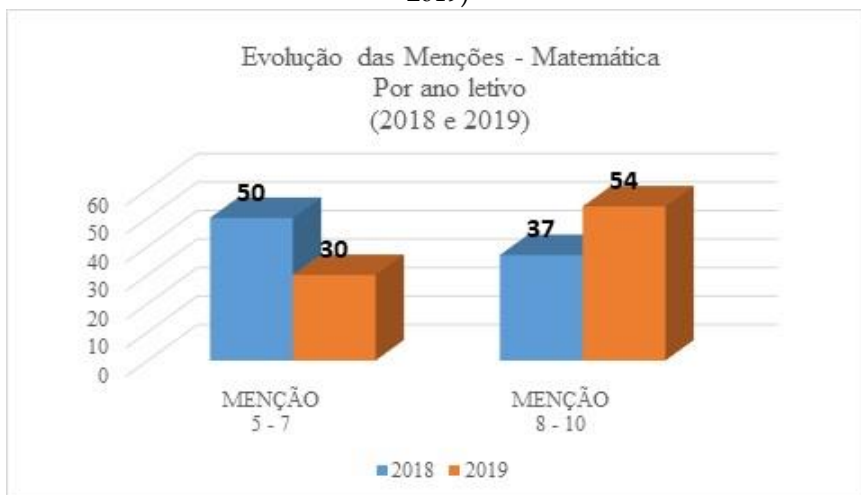
Durante os anos de 2020 e 2021, por força de resolução municipal, nenhum aluno obteve média inferior a 5 (cinco), apenas em casos de abandono escolar. O que deveria ser comunicado ao Conselho Tutelar para as devidas providências. Visando minimizar prejuízos às crianças por conta do distanciamento social em virtude da pandemia, não houve retenção/ reprovação de alunos matriculados nas escolas que compunham a rede municipal de educação.

Observemos, primeiramente, os anos 2018 e 2019 que, pode-se dizer, foram “normais”. Considerando que os totais de alunos eram 91 e 85 respectivamente, pode-se dizer que houve pouca mudança com relação aos números dos alunos com notas 3 e 4, 6 e 7 e também notas 10.

A maior diferença neste caso, se destaca entre os alunos com notas 5 (22 e 10 alunos) e os de notas 8 e 9 (25 e 40). Comparativamente, os alunos da turma de 2019 eram mais bem avaliados que os da turma de 2018.

Para evidenciar essa avaliação aqui exposta, analisamos também o total de alunos com notas entre 5 e 7 e a soma dos estudantes com menções entre 8 e 10. Conforme gráfico 2 a seguir:

Gráfico 2. Evolução das menções de matemática por ano letivo (2018 e 2019)



Fonte: Autor

Os valores são inversamente proporcionais, ou seja, enquanto em 2018, 50 alunos tinham notas entre 5 e 7, em 2019 havia 54 alunos com notas entre 8 e 10. Por outro lado, em 2019, 30 discentes atingiram média entre 5 e 7 e foram 37 alunos em 2018 com notas entre 8 e 10. Portanto, pode-se afirmar que os formandos do ano letivo de 2019 obtiveram notas maiores que os demais formandos de 2018.

Em síntese, de um período para o outro, houve, quantitativamente, melhor aproveitamento por parte dos alunos na disciplina de matemática. Isto evidencia, ainda, sensivelmente que a escola procurou qualificar o trabalho nesta área do conhecimento.

Vejam, agora, os anos de 2020 e 2021 quando passamos a grande parte do tempo em isolamento social. Em Votorantim, os alunos retornaram à escola em sistema de revezamento em agosto de 2021 com a presença facultativa. Apenas em novembro as atividades aconteceram com a possibilidade de lotação máxima das salas de aula. É importante verificar que em 2020 as menções finais com nota máxima foram atribuídas a 4 alunos, aproximadamente 4,5% do total.

Já em 2021 esse número salta para 15, quase quadruplicando a quantidade do ano anterior em valores absolutos. Se compararmos os valores percentuais, são 4,5% em 2020, contra 16,5% do ano seguinte.

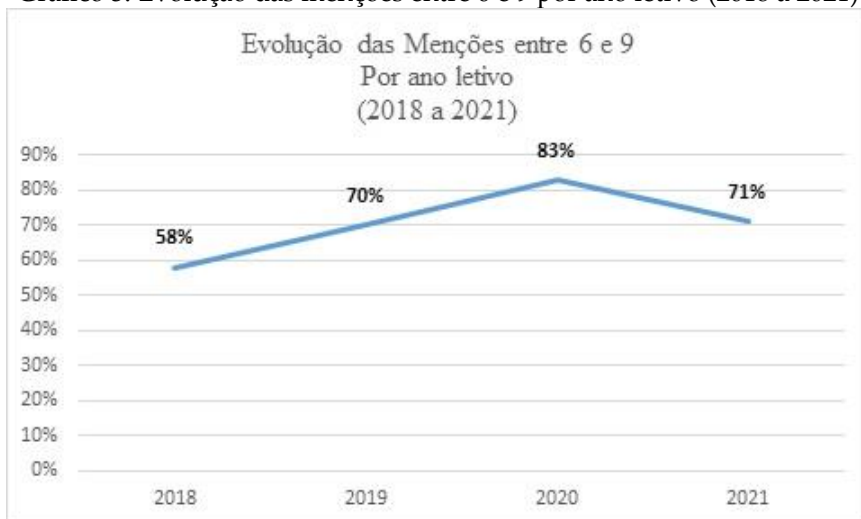
Trazemos esta comparação, pois foram dois encerramentos de anos letivos bem distintos entre si e bastante atípicos no geral. O que se pode supor é que em 2020 os professores não se sentiam seguros em atribuir uma nota máxima a seus alunos sem que tivessem absoluta certeza disso, pois as atividades eram realizadas a distância e, desta forma, a possibilidade dos alunos terem recebido auxílio para a produção das avaliações era grande. Essa afirmativa se baseia também nos anos de 2018 e 2019 em que se verificam números parecidos com os de 2021.

Em geral, no ano de 2020, a maioria das médias finais ficou entre 6 e 9, em um total de 83%. Valor superior aos anos de 2018 (58%), 2019 (70%) e até mesmo de 2021 (71%), o que denota um

certo conservadorismo para com os valores extremos permitidos à época (menções 5 e 10).

A evolução deste intervalo, pode ser observada no gráfico 3, conforme segue:

Gráfico 3. Evolução das menções entre 6 e 9 por ano letivo (2018 a 2021)



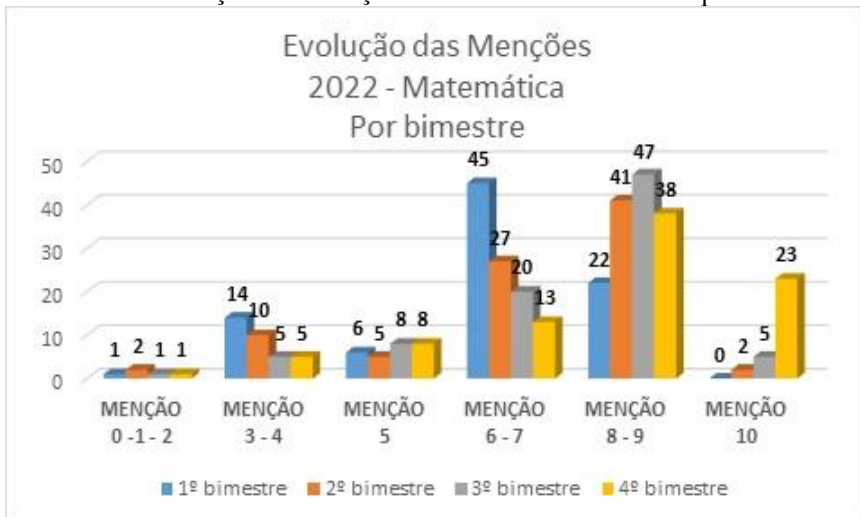
Fonte: Autor

## ANÁLISE ATUAL

O desenvolvimento do projeto iniciou-se no mês de abril quando o primeiro bimestre letivo já estava quase no fim. Portanto, a sequência comparativa teve como base as menções deste bimestre em comparação com os demais que se seguiam.

Desta maneira, analisemos as notas finais de cada bimestre do grupo de alunos participantes constantes no gráfico 4:

Gráfico 4. Evolução das menções em 2022 de Matemática por bimestre



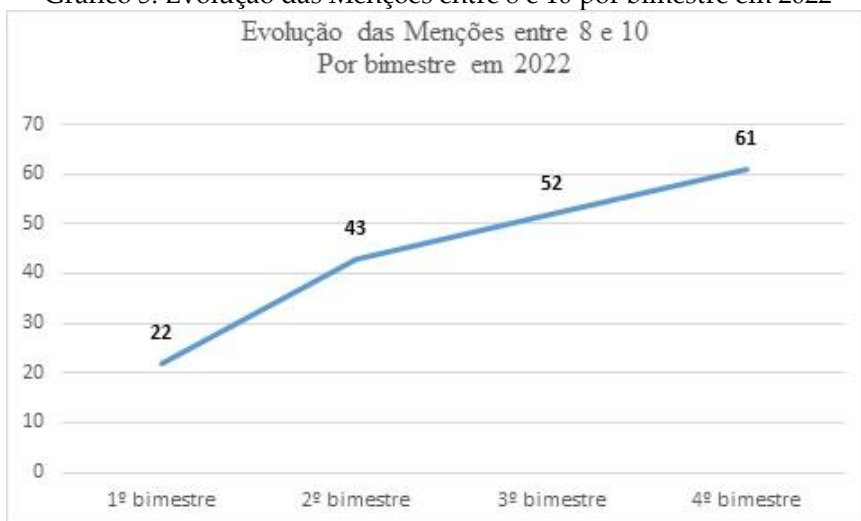
Fonte: Autor

A primeira mudança significativa tem relação com as médias entre 6 e 7 que, no primeiro bimestre, somavam 45. Em comparação com os demais bimestres, percebeu-se que houve diminuição deste total enquanto que as notas 8 e 9 tiveram aumento significativo e os alunos com menção 10 que no primeiro período não existiam, no último eram 23 alunos.

É possível apontar indício de mudança com relação às menções abaixo de 5 que totalizavam 15 no primeiro e 6 nos dois últimos bimestres. Isso demonstra a diminuição das notas mais baixas enquanto as notas mais altas seguem em significativo aumento.

A evolução das notas mais altas (entre 8 e 10) ao longo dos bimestres letivos, conforme aponta o gráfico 5 a seguir, deixa clara a tendência de aumento das notas em consonância com o trabalho desenvolvido com os estudantes durante o projeto de robótica educacional. Ainda que o objetivo inicial fosse avaliar uma habilidade específica o que posteriormente mostrou-se inviável, é possível fazer esta análise mais abrangente, conforme expomos aqui.

Gráfico 5. Evolução das Menções entre 8 e 10 por bimestre em 2022



Fonte: Autor

É possível que esta evolução tenha sido alcançada pelos trabalhos nas duas frentes: a primeira pelas próprias professoras das turmas, o que é natural e justo que atribuamos este crescimento ao trabalho do docente e a segunda pelo trabalho desenvolvido durante as aulas de robótica.

Essa possibilidade se viabiliza quando, ao entrar em contato com as professoras das turmas, as mesmas afirmaram que percebiam uma certa “empolgação” dos discentes em buscar conhecimentos matemáticos, principalmente após as atividades desenvolvidas com os professores do projeto.

Na próxima análise que traremos neste texto, possibilitaremos a percepção que tivemos *in loco* por meio da análise qualitativa do trabalho.

## ANÁLISE QUALITATIVA

Para esta análise, foi utilizada a observação assistemática que, segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 192) “consiste em recolher e registrar os fatos da realidade sem que o pesquisador utilize meios técnicos especiais ou precise fazer perguntas diretas. É mais empregada em estudos exploratórios e não tem planejamento e controle previamente elaborados.”

Desta forma, ao longo de todo o período da pesquisa, foi possível coletar elementos que comprovassem o êxito do projeto desenvolvido. Por meio de acompanhamento das oficinas, de conversas informais tanto com professores, alunos, comunidade escolar e com os professores de robótica e, ainda, por meio de observações em sala de aula nas atividades de matemática com os demais docentes foi compreensível e notório o sucesso do trabalho desenvolvido.

Os primeiros meses (abril, maio e junho) foram destinados à programação nos computadores e os alunos comentavam que era diferente usá-los nas aulas comuns e usá-los nas aulas de robótica, principalmente porque quando eles não conseguiam realizar algum comando, os professores conseguiam ajudá-los, mas quando era a professora da sala, às vezes, elas, assim como os próprios alunos, não sabiam.

Este relato denota a importância de as escolas conservarem em seu quadro de apoio, profissionais capazes de sanar esses problemas porque, ainda que o professor seja um “curioso”, ele, na grande maioria das vezes, não é especialista em informática. Assim, mesmo que de maneira indireta, esses profissionais colaboraram para com o bom uso dos computadores por parte dos estudantes.

Após a chegada dos equipamentos, que foram disponibilizados para as atividades práticas, atingiu-se o ápice. Mesmo que a felicidade seja algo imensurável, era possível verificá-la nos rostos dos alunos que manuseavam e colocavam em prática aquilo que aprenderam ao longo do ano.

Os relatos dos professores e também de pais de alunos mostraram-nos que aquele contato era único para eles que estudam em escola pública. Segundo já mencionado, esta foi uma iniciativa que se deu entre escola e universidade, tendo apenas apoio financeiro por parte do poder público municipal.

Por fim, ao conversarmos com as professoras regentes das turmas, as mesmas relataram que o interesse por assuntos na área de matemática, em especial a geometria plana. Assunto este bastante explorado nos comandos realizados na programação do carrinho construído durante o projeto.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante todo o processo de análise e observação do projeto, procuramos valorizar a intenção dos professores de robótica que fizeram o máximo possível para transformar as aulas em uma prática prazerosa aos estudantes.

Foi-nos possível elaborar um parâmetro histórico de notas e avaliações que transpassaram os anos de 2018 a 2021 em que possibilitou-nos observar o desempenho dos alunos antes e durante a pandemia. Foi possível, ainda, perceber os desafios de avaliar os conhecimentos adquiridos pelos estudantes enquanto estiveram em isolamento social.

Este panorama, obviamente, necessita de estudos mais aprofundados para que seja sensível aos olhos dos educadores e para que se reflita sobre futuras ações em possíveis novas situações semelhantes ao que ocorrera, sobretudo, nos anos de 2020 e 2021.

Em relação ao desenvolvimento do projeto ter ou não influenciado as notas dos alunos, podemos afirmar que o mesmo foi fator preponderante, contudo o que alavancou as menções foi o trabalho em conjunto entre os docentes envolvidos (professores regentes e professores de robótica).

Desta maneira, acreditamos que trabalhos futuros que possam avaliar e acompanhar por período mais longo este tipo de abordagem possam nos trazer respostas mais precisas. Este



trabalho teve por finalidade avaliar, por meio de uma pesquisa de campo, além das questões quantitativas.

Por fim, acreditamos que a pesquisa aqui descrita servirá como referencial para futuros questionamentos referentes à robótica educacional e seus avanços. Pois, foi possível compreender diversos outros aspectos como a interação com a tecnologia por alunos que, talvez, em futuro próximo, não pudessem ter contato com tais equipamentos e sobretudo quanto às reações dos próprios alunos e familiares.

A avaliação final deste estudo que fazemos é de que a escola pública precisa inserir seus alunos, bem como seus professores, neste mundo que, em verdade, é o mundo em que vivemos. A tecnologia está em nossas vidas, assim como deve estar nas escolas.

A análise que podemos fazer é de que a oportunidade dada a esses estudantes foi, de certa, maneira, inédita. Porque nenhuma outra escola da rede municipal de Votorantim realizou atividade semelhante.

Neste sentido, este trabalho cumpre o seu papel social de olhar para este público comumente esquecido para um futuro mais igualitário e mostra que existe a possibilidade da inclusão da robótica educacional e das tecnologias da informação e comunicação nas escolas públicas com qualidade e responsabilidade.

## REFERÊNCIAS

Após pandemia, brasileiros apresentam até 4 anos de defasagem educacional, **Revista Exame**, Edição on-line, 10 de mar. 2022. Disponível em: < <https://exame.com/bussola/apos-pandemia-brasileiros-apresentam-ate-4-anos-de-defasagem-educacional/>>.

Acesso em 30 mai. 2022.

BRASIL. MEC - Ministério da Educação (Org.). **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://portal.m>

ec.gov.br/conselho-nacional-deeducacao/base-nacional-comum-curricular-bncc>. Acesso em: 10 fev. 2022.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PRESTES, Luciane. **Diferença no enfrentamento da pandemia: básico público e privado**, Central de Notícias Uninter, 20 de setembro de 2020. Disponível em: <<https://www.uninter.com/noticias/diferenca-no-enfrentamento-da-pandemia-basico-publico-e-privado>>. Acesso em: 17 abr. 2023.

SANTOS, A. O.; OLIVEIRA, G. S.; RODRIGUES, M. C.; BORGES, T. D. F. F. **A Teoria das Habilidades Cognitivas e o Ensino-aprendizagem de Matemática**. Cadernos da Fucamp, v.20, n.45, p.178-2021/2022. Disponível em: <<https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2685/1681>>. Acesso em: 10 mar. 2023.

SEDUC-SP, O impacto da pandemia na Educação: avaliação amostral da aprendizagem dos estudantes, São Paulo, SP, 2021. Disponível em: <<https://www.educacao.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/04/Apresenta%C3%A7%C3%A3o-Estudo-Amostral.pdf>>. Acesso em 30 jan. 2022.



## SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

1. Carlos Eduardo Eustáquio é diretor escolar na Prefeitura Municipal de Votorantim. Tem graduação em Letras - Inglês/Português pela Universidade Católica de Santos e licenciatura em pedagogia com habilitação em Gestão Escolar, Supervisão Escolar e Orientação Educacional. Possui pós-graduação Lato Sensu pela UFSCar pelo Programa Escola de Gestores em Gestão Escolar. É, também, pós-graduado pela UNIFEI (Universidade Federal de Itajubá) em Tecnologias, Formação de Professores e Sociedade.

2. Cristian Luan dos Santos é acadêmico do curso de Enfermagem da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), campus Arapiraca. cursou o Técnico integrado em Agropecuária no Instituto Federal de Alagoas (Ifal), campus Santana do Ipanema, onde também atuou como monitor da disciplina de Língua Portuguesa e participou como membro de diferentes projetos.

3. Éderson Luís Silveira é Professor Adjunto Efetivo da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS/PR). É Vice-Líder do Grupo de Pesquisa Michel Foucault e os Estudos Discursivos (CNPq/UFAM); Doutor e Mestre em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Desenvolve pesquisas e estudos voltados para as áreas dos estudos linguísticos, literários e educacionais, sobretudo voltados para o campo da análise do discurso e dos estudos do currículo.

4. Felipe Augusto Santana do Nascimento é professor de Língua Portuguesa do Instituto Federal de Alagoas. É Doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), realizando Doutorado Sanduíche na *Université Sorbonne Nouvelle*, em Paris - França, e na *Universidad de Buenos Aires*, em Buenos Aires

- Argentina. Atualmente, é coordenador do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígenas (Neabi) do Ifal *campus* Coruripe.

5. Héilton Diego Lau é graduado em Letras Inglês pela UNICENTRO (2014), em Letras Português/Espanhol pela UNICSUL (2023), especialista em Educação Especial com Ênfase em Libras pelo ISAM (2015), mestre em Linguagem, Identidade e Subjetividade pela UEPG (2016) e doutor em Letras pelas UFPR (2021). Atualmente é pesquisador do grupo interinstitucional de pesquisas “Estudos do texto e do discurso: entrelaçamentos teóricos e analíticos” (GPTD/UNICENTRO-UFPR/CNPq). Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Linguística, atuando principalmente nos seguintes temas: análise de discurso, estudos de gênero, estudos culturais, teoria queer, linguística queer e Libras.

6. Jéssica Ítala Melo Leite Farias é bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e graduanda em Letras/Português pela Universidade Aberta do Brasil/ IFAL; atualmente é bolsista de iniciação científica com financiamento da FAPEAL e do IFAL.

7. Kátia Leilany Beserra Siqueira é integrante do grupo LER/IFAL/CNPq; é servidora pública municipal desde 2009 e atua na área de RH desde 2021; é formada em Pedagogia (2016) pela Faculdade Kurios, licenciada em Letras pelo Instituto Federal de Alagoas (2022) e pós graduada em Psicopedagogia Institucional e Clínica pela UniFaveni (2022).

8. Laís Virginia Alves Medeiros, atualmente bolsista do Programa de Pesquisador de Pós-Doutorado da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), é bacharela em Letras - Francês (UFRGS), licenciada em Letras - Português (Centro Universitário Claretiano), mestra em Letras - Estudos da Linguagem (UFRGS) e doutora em Linguística (Unicamp). Integrante do grupo de pesquisa Mulheres em Discurso e do grupo de trabalho Alhures - Análise de Discurso,

Linguagem, História, Urbano e Resistência. Suas pesquisas se inserem no campo da Análise do Discurso de linha materialista em diálogo com a História das Ideias Linguísticas, os feminismos e os estudos de gênero.

9. Odair José Silva dos Santos é pós-doutor junto ao programa de Letras e Cultura da Universidade de Caxias do Sul (UCS), doutor em Letras e mestre em Letras, Cultura e Regionalidade pela Universidade de Caxias do Sul (UCS), especialista em Língua Portuguesa pelo Centro Universitário Barão de Mauá (2012) e graduado em Letras pela Universidade da Região da Campanha - URCAMP (2010). Atualmente é professor no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Alagoas (IFAL), Campus Santana do Ipanema, na área de Língua Portuguesa; também atua em cursos de pós-graduação no país e como revisor, parecerista e membro de conselho editorial em diferentes revistas. Tem investigações e interesse nas seguintes áreas: Linguística Cognitiva, Lexicologia e experiencialismo.

10. Vinícius Brito é doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) com estágio de pesquisa na Universidad de Sevilla, Espanha. Mestre em Divulgação Científica e Cultural pelo Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo da Unicamp em 2019, com mobilidade acadêmica para a Universidad Nacional Autónoma de México. Licenciado em Letras - Língua Portuguesa pela Universidade Estácio de Sá em 2023 e bacharel em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal de Pernambuco em 2016. É orientador de TCC nos MBAs de Gestão de Negócios e Gestão de Pessoas da Universidade de São Paulo, interessando-se pela tríade sujeito-espaco-discurso, além de assuntos relacionados à Comunicação e ao Marketing.

11. Viviane da Conceição Silva é graduada na de Letras/Português no Instituto Federal de Alagoas, e Tecnóloga em Gestão de Recursos Humanos na Faculdade Alagoas de Administração, pós-

graduanda em Docência para Educação Profissional e Tecnológica, também pelo Instituto Federal de Alagoas. Atualmente atua na área de Licitações e Contratos.

12. Wellton da Silva de Fatima é vice-líder do grupo LER/IFAL/CNPq e professor da área de Letras/Português do Instituto Federal de Alagoas. Atualmente, é doutorando em Linguística, na área de Análise do Discurso, no IEL da Unicamp, com período sanduíche na Université de Pircardie, na França. É mestre em Estudos da Linguagem, pela UFF; especialista em Mídias na Educação, pela UFSJ; e graduado em Letras/Português pela UFRRJ. É autor do livro “O discurso religioso e as sexualidades mal ditas” (2020).

Este livro é uma iniciativa do grupo Leitura, Educação e suas Ressonâncias (CNPq), financiado pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (IFAL). Nele são publicados resultados de pesquisas desenvolvidas pelo grupo desde sua criação, nos diferentes campos do saber. Boa leitura!



**INSTITUTO  
FEDERAL**  
Alagoas

